

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE MULUNGU DO MORRO

CONTRATO DE GESTÃO: 014/ANA/2010
ATO CONVOCATÓRIO: 026/2016
NÚMERO DO CONTRATO: 021/2017


CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO SÃO FRANCISCO



**PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO,
PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO PMSB
OUTUBRO 2017**

REALIZAÇÃO APOIO TÉCNICO EXECUÇÃO MULUNGU DO MORRO



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE MULUNGU DO MORRO

001	11/2017	B	REVISÃO	EQUIPE TÉCNICA	RPSA	GD	
000	10/2017	A	PARA APROVAÇÃO	EQUIPE TÉCNICA	RPSA	GD	
<i>REV</i>	<i>DATA</i>	<i>TIPO</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>POR</i>	<i>VERIFICADO</i>	<i>AUTORIZADO</i>	<i>APROVADO</i>
EMISSÕES							
<i>TIPOS</i>	<i>A – PARA APROVAÇÃO</i>		<i>C – ORIGINAL</i>		<i>B – REVISÃO</i>		<i>D – CÓPIA</i>
EMPRESA CONTRATADA:							
<p>PROJETA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. Alameda Oscar Niemeyer, nº 500, Salas 503/507 – Vale do Sereno 34000-000 – Nova Lima – MG Tel.: (31) 3347-4405 // (31) 3347-7079 www.projetaengenharia.eng.br</p>							
PRODUTO:							
<p>PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO, PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO PMSB</p>							
REFERÊNCIA:							
<p>Novembro / 2017</p>							

Arquivo: PMSB-PT-CBHSF/AGB-MLM-0106-1117-REV00.doc

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Elaboração



EQUIPE TÉCNICA	
Nome	Formação
Equipe chave	
Raphael Eduardo de Melo e Silva	Ciências contábeis
Guilherme Diniz	História/Engenharia Civil
Gracielle Muniz	Engenharia Ambiental
Rafaela Priscila Sena do Amaral	Tecnologia em Gestão Ambiental
Matheus Comanducci Fernandes Neto	Engenharia Civil
Juliana Gonçalves	Administração
Henrique Flávio Matos Saliba	Direito
Cristiane Passos	Comunicação Social
Emanuel José Vaz Brandão	Geografia
Equipe de apoio	
Adélia Nascimento	Engenharia Civil
Aline Souza Cavalcante Pires	Engenharia Ambiental
Aline Maia	Engenharia Elétrica
Danilo da Silva	Engenharia Civil
Fabiano Lopes	Engenharia Civil
Larissa Costa Silveira	Ciências Biológicas
Luciano Fernandes Souza	Engenharia Civil
Marina Santos Mattioli Meneghini	Engenharia Ambientale Sanitarista
Michele Ribeiro	Engenharia de Produção
Renato Queiros Cury	Engenharia Civil e Ambiental
Roberth Bruno Oliveira e Silva	Estagiário - Engenharia Civil
Sayuri Osawa	Arquitetura e Urbanismo
Tayrini Campos Soares	Engenharia Civil
Tiago Rafael Marques	Estagiário - Comunicação Social
Vânia Lúcia Gonçalves	Letras
Virginia Rodrigues da Silva	Comunicação Social
Wallison Silva	Geografia

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



AGB Peixe Vivo

Célia Maria Brandão Fróes – Diretora Geral
Alberto Simon Schvartzman – Diretoria Técnica
Ana Cristina da Silveira – Diretora de Integração
Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – Diretora de Administração e Finanças
Jacqueline Evangelista Fonseca – Assessora técnica
Patrícia Sena Coelho – Assessora técnica
Thiago Batista Campos – Assessor técnico

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Anivaldo de Miranda Pinto – Presidente
José Maciel Nunes Oliveira – Vice Presidente
Lessandro Gabriel da Costa – Secretário
Silvia Freedman Ruas Durães – Coordenação da CCR Alto São Francisco
Ednaldo de Castro Campos – Coordenação da CCR Médio São Francisco
Julianeli Tolentino de Lima – Coordenação da CCR Sub Médio SF
Honey Gama Oliveira – Coordenação da CCR Baixo São Francisco

Prefeitura Municipal

Fredson Cosme Andrade de Souza – Prefeita
Givanildo Gomes de Souza – Vice-Prefeito

Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Elaboração do Plano Municipal de Saneamento (GT-PMSB)

Eselei Alves Sales – Secretário de Administração
Ezionise Maria Alves – Sindicatos Dos Trabalhadores Rurais
Guilherme Coutinho Maciel – Diretor de Agricultura
Natália Gaspar Cedro – Associação Dos Trabalhadores Rurais Do Povoado De
Espia
Reinilson Rodrigues de Oliveira – Associação Dos Trabalhadores Rurais Do
Povoado De Mandacaru
Renato Oliveira Silva – Câmara de Vereadores
Romilson Alves da Silva – Sindicatos Dos Trabalhadores Rurais
Sinvaldo Jose Alves – Diretor De Meio Ambiente

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



DADOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratante:	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo
Contrato:	021/2017
Assinatura do Contrato em:	11 de setembro de 2017
Assinatura da Ordem de Serviço em:	11 de setembro de 2017
Escopo:	Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de América Dourada, Canarana, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra e Remanso
Prazo de Execução:	12 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.
Valor global do contrato:	R\$ 903.244,01 (novecentos e três mil, duzentos e quarenta e quatro reais)
Documentos de Referência:	<ul style="list-style-type: none">• Ato Convocatório Nº 026/2016• Termo de referência para contratação, parte integrante do Ato Convocatório Nº 026/2016• Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico” da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)• Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico do Ministério das Cidades• Proposta Comercial da Projeta Consultoria e Serviços Ltda.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



APRESENTAÇÃO

A Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico e estabeleceu a obrigatoriedade dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico elaborarem seus Planos de Saneamento Básico, abrangendo os quatro eixos do saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais), tendo como prazo final de apresentação o dia 31 de dezembro de 2017, conforme Decreto da Presidência nº 8.629, de 30 de dezembro de 2015. Ainda, a Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), prevê como condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União a elaboração de seus respectivos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS), estabelecendo que este pode estar inserido no plano de saneamento básico, desde que respeitado o conteúdo mínimo previsto na PNRS.

Os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) constituem um documento essencial como ferramenta de planejamento estratégico para a futura elaboração de projetos e execução de serviços e obras, servindo de diretriz na elaboração de Planos de Investimentos com vistas à obtenção de financiamentos para obras e serviços necessários aos municípios. São instrumentos que definem critérios, parâmetros, metas e ações efetivas para atendimento dos objetivos propostos, englobando medidas estruturais e estruturantes na área do saneamento básico para garantir a melhoria da qualidade de vida de seus munícipes.

Nesse contexto, o CBHSF decidiu investir recursos na elaboração de PMSBs, visando à melhoria da quantidade e qualidade das águas da Bacia do Rio São Francisco, decorrente da minimização dos impactos ambientais ocasionados pela deficiência em saneamento básico nos municípios pertencentes à bacia. Dessa forma, por meio da Deliberação CBHSF nº 88, de 10 de dezembro de 2015, foi aprovado o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



período 2016-2018, no qual consta a relação de ações a serem executadas com os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, dentre as quais está incluída a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (item II.1.1 – da Componente 2 - Ações de Planejamento).

Por decisão da Diretoria Colegiada (DIREC) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foi lançada, em março de 2016, uma solicitação de Manifestação de Interesse para que as Prefeituras Municipais se candidatassem à elaboração dos seus respectivos PMSB. Atendendo à solicitação da DIREC, a Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro encaminhou ao CBHSF demanda de contratação de serviços técnicos para elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento Básico.

Dentre os 83 municípios que se candidataram dentro do prazo, a Diretoria Executiva (DIREX) do CBHSF selecionou 42 municípios para receberem os respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico, cuja hierarquização foi realizada com base em critérios estabelecidos no Ofício Circular de Chamamento Público CBHSF nº 01/2016, indicando a contratação conjunta da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de América Dourada, Canarana, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra e Remanso, localizados no estado da Bahia, na bacia hidrográfica do rio São Francisco (Médio São Francisco).

A Projeta Consultoria e Serviços Ltda venceu o processo licitatório realizado pela AGB Peixe Vivo (Ato Convocatório nº 026/2016), firmando com a mesma o Contrato nº 021/2017, referente ao Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios de América Dourada/BA, Canarana/BA, Itaguaçu da Bahia/BA, Lapão/BA, Mulungu do Morro/BA, Presidente Dutra/BA e Remanso/BA. . Visando também o atendimento dos municípios à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratação prevê que o conteúdo mínimo especificado na legislação para elaboração do PMGIRS seja abordado nos PMSBs a serem elaborados, atendendo dessa forma às duas Leis Federais (11.445/2007 e 12.305/2010).

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Este documento – **Produto 1: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB** – contém a metodologia a ser empregada para execução dos trabalhos, bem como o planejamento do processo de elaboração do plano, detalhando as ações a serem desenvolvidos com vistas à elaboração do PMSB de Mulungu do Morro, incluindo as etapas e atividades, cronogramas e prazos, os meios necessários para a realização de eventos setoriais de mobilização social, bem como os modelos prévios, as especificações e os quantitativos de material de divulgação a serem utilizados no processo de elaboração do PMSB do município.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	3
2.1	HISTÓRICO E PANORAMA DO SANEAMENTO BÁSICO	3
2.2	PANORAMA DOS RECURSOS HÍDRICOS	6
2.2.1.	<i>O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e sua área de atuação</i>	8
2.2.1.1	<i>Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré</i>	15
2.2.1.2	<i>Mecanismo de Cobrança e Financiamento de Projetos</i>	18
2.2.1.3	<i>Agência de Água e Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo)</i>	19
3	CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO	24
3.1	CONTEXTO DE INSERÇÃO REGIONAL	24
3.2	CONTEXTO DE INSERÇÃO LOCAL	31
3.3	CONTEXTO DO SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE MULUNGU DO MORRO	33
4	PLANO DE TRABALHO	37
4.1.	ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA GERAL	37
4.1.1.	<i>Produto 2 – Elaboração do Diagnóstico Técnico Participativo da Situação do Saneamento Básico</i>	38
4.1.2.	<i>Produto 3 – Elaboração do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações</i>	43
4.1.3.	<i>Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências</i>	46
4.1.4.	<i>Produto 5 – Elaboração do Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico</i>	47
4.1.5.	<i>Produto 6 – Elaboração do Documento Síntese do PMSB (Relatório Final)</i>	48
4.2.	BASES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO	49
5	PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO	56
5.1	OBJETIVOS	62
5.2	ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO	63
5.3	PÚBLICO ALVO	65
5.4	AÇÕES E ATIVIDADES PROPOSTAS	65
5.5	JUSTIFICATIVA	66
5.6.	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	66

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5.6.1.	Reunião de Nivelamento com Gestores Municipais e Prestadores de Serviços	67
5.6.2.	Oficina Setorial de Diagnóstico Técnico Participativo	68
5.6.3.	Reuniões interativas com o Grupo de Trabalho (GT-PMSB)	70
5.6.4.	Oficina de Educação Ambiental e Controle Social para o Saneamento	71
5.6.5.	Audiências Públicas	72
5.6.6.	Solenidade de Entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico	73
5.7.	FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DO PMSB	76
5.8.	CRONOGRAMA DE EVENTOS.....	81
5.9.	JUSTIFICATIVA, QUANTITATIVOS E CUSTOS DOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO	82
5.10.	MODELOS DE MÍDIAS PARA DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS	85
6	FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES TÉCNICAS E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	95
7	CRONOGRAMA FÍSICO DE ATIVIDADES	96
8	EQUIPE TÉCNICA DA PROJETA ENGENHARIA.....	97
9	INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS E RESPONSABILIDADES	98
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
	ANEXOS	107
	<i>Anexo 1 – Lista de presença da reunião de nivelamento com gestores municipais e prestadores de serviços</i>	<i>107</i>
	<i>Anexo 2 - Termo de Compromisso assinado entre o CBHSF, Agência de Bacias Peixe Vivo e a Prefeitura Municipal para a elaboração do PMSB.....</i>	<i>108</i>
	<i>Anexo 3 – Breve descrição, lista de presença e fotos da solenidade de assinatura do Termo de Compromisso entre o CBHSF, Agência de Bacias Peixe Vivo e as Prefeituras contempladas com a elaboração do PMSB.....</i>	<i>112</i>
	<i>Anexo 4 – Modelo de questionário a ser aplicado para diagnóstico da situação do saneamento básico. 121</i>	
	<i>Anexo 5 – Ofício entregue em mãos aos representantes municipais, sobre o início da elaboração do PMSB, acompanhado do convite para a solenidade de assinatura dos termos de compromisso</i>	<i>125</i>
	<i>Anexo 6 – Publicação do Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.....</i>	<i>127</i>

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2-1 – REGIÕES FISIográfICAS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	9
FIGURA 2.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	13
FIGURA 2-3 – BACIA HIDROGRÁFICA DE ATUAÇÃO DO CBHVJ	17
FIGURA 2.4 – CBHSF (CCR MÉDIO) E PREFEITOS/REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO	19
FIGURA 2.5 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AGÊNCIA PEIXE VIVO	22
FIGURA 3-1 – MUNICÍPIOS INSERIDOS NO MÉDIO SÃO FRANCISCO	26
FIGURA 3-2 – LOCALIZAÇÃO E VIAS DE ACESSO AOS MUNICÍPIOS OBJETO DE ESTUDO.....	28
FIGURA 3-3 – RPGAS DO ESTADO DA BAHIA, NAS QUAIS ESTÃO INSERIDOS OS MUNICÍPIOS OBJETO DE ESTUDO.....	30
FIGURA 3.4 – LOCALIZAÇÃO E VIAS DE ACESSO – MUNICÍPIO DE MULUNGU DO MORRO	32
FIGURA 3.5 – DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM LAPÃO.	36
FIGURA 4.1 – SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DAS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DO PMS.....	38
FIGURA 5-1: SETORES DE MOBILIZAÇÃO NO MUNICÍPIO	64
FIGURA 5-2: PÁGINA DO PMSB NO FACEBOOK	78

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



LISTA DE TABELAS

TABELA 3-1: DISTÂNCIA ENTRE OS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	27
TABELA 3-2: INSERÇÃO DOS MUNICÍPIOS NAS RPGAS DO ESTADO DA BAHIA	29
TABELA 4-1: FORMAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS A SEREM UTILIZADAS	40
TABELA 4-2 – CONTATOS PRINCIPAIS EM MULUNGU DO MORRO (PONTOS FOCAIS).....	53
TABELA 5-1: DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO	74
TABELA 5-2: CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO	81
TABELA 5-3: MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO DO LANÇAMENTO DO PMSB	82
TABELA 5-4: MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO PARA CONFERÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	83
TABELA 5-5: MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO PARA CONFERÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE AÇÕES E PROGRAMAS PARA INTERVENÇÃO NOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	84

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



LISTA DE SIGLAS

AGÊNCIA PEIXE VIVO – ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

APAC – AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA

CBH – COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA

CBH PARA – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARÁ

CBH VELHAS – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

CBHLS – BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS BAIANOS DO ENTORNO DO LAGO DO SOBRADINHO

CBHSF – COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

CBHVJ – COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS VERDE E JACARÉ

CCR – CÂMARA CONSULTIVA REGIONAL

CERH – CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CESB – COMPANHIAS ESTADUAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

CNRH – CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CONERH-BA – CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DA BAHIA

CT – CÂMARA TÉCNICA

CTAI – CÂMARAS TÉCNICAS

CTCT – CÂMARAS TÉCNICAS

CTIL – CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)

CTOC – CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA (CTOC)

CTPPP – CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS (CTPPP)

DIREC – DIRETORIA COLEGIADA

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



DIREX – DIRETORIA EXECUTIVA

EMBASA – EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.

GACG – GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

GAT – GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

GTOSF – GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO HIDRÁULICA NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

GT-PMSB – GRUPO DE TRABALHO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

INSA – INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

LDNSB – LEI DE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PMGIRS – PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PMSB – PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PNRH – POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PNRS – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PRH-SF – PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

RPGAs – REGIÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS ÁGUAS

SESP – SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

SINGREH – SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabeleceu as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, definindo como obrigatoriedade dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico a elaboração de Plano de Saneamento Básico, que deve propor diretrizes e ações para os quatro eixos do saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Também é obrigatoriedade do município elaborar seu plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (PMGIRS), conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal 12.305 de 2010, podendo este ser incluído no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

O PMSB tem por objetivo apresentar o diagnóstico atual do saneamento básico no território do município de Mulungu do Morro, o prognóstico de ampliação e implantação de novos sistemas (quando necessário), analisar e avaliar as carências e necessidades do município no setor para então definir um planejamento de ações para os quatro eixos do saneamento básico.

O plano busca a consolidação dos instrumentos de planejamento e gestão, visando atender as múltiplas realidades sociais, ambientais e econômicas, em busca da universalização do acesso aos serviços de saneamento às populações urbanas e rurais, da garantia de qualidade e suficiência desses serviços e da promoção da melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais, tendo como horizonte de planejamento um período de 20 (vinte) anos, incluindo metas de prazos imediato, curto, médio e longo.

A elaboração do PMSB deve-se dar em consonância com as políticas públicas previstas para o município e região onde se insere, devendo-se também levar em consideração outras ações de caráter interdisciplinar – a exemplo das questões urbanísticas, socioeconômicas, ambientais e de saúde, dentre outras –, de modo a compatibilizar as soluções a serem propostas com as leis, planos e projetos previstos para a área de estudo.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



O município de Mulungu do Morro está inserido na região hidrográfica do médio São Francisco, no Estado da Bahia. Nessa região, a maior das quatro divisões, alcançando 339.763 km², o rio atravessa todo o oeste da Bahia, até o ponto onde se forma o lago represado de Sobradinho, no município de Remanso (CBHSF, 2017).

Um dos grandes desafios na bacia do Rio São Francisco se relacionam aos usos múltiplos dos recursos hídricos, envolvendo o abastecimento de água à população, a irrigação, o aproveitamento do potencial hidráulico, a navegação e a exploração das atividades de pesca, aquicultura, turismo e lazer.

Ainda, segundo dados do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB 2008), a abrangência dos serviços de saneamento básico no país em muitos setores é ainda incipiente e caracterizada pela falta de planejamento efetivo. Esse fator contribui de forma direta para os elevados índices das desigualdades sociais enfrentados no Brasil, constituindo uma ameaça constante à saúde pública e ao meio ambiente. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam níveis mais baixos de atendimento e precariedade dos serviços prestados, tais índices refletem em altos índices de doenças relacionadas à falta de serviços de saneamento básico. Desta forma, o saneamento básico torna-se indispensável para manutenção dos usos múltiplos da água na bacia hidrográfica do rio São Francisco, contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente, e para a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população.

Nesse contexto, as Leis nº 11.445/2007 e 12.305/2010 vieram fortalecer o mecanismo de planejamento do setor de saneamento, estabelecendo a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, sendo estes condição para acesso aos recursos da União para o setor de saneamento básico.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Histórico e Panorama do Saneamento Básico

Conforme contextualização histórica apresentada por Brito e Rezende (2017), após a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em meados do século XIX, adotou-se a responsabilização municipal ante a questão sanitária. Com o aumento e adensamento da população nas principais cidades do Império, em meio à insalubridade ambiental e às doenças, surgiu o debate pautado na teoria do contágio e, decorrente deste, a defesa da existência da interdependência sanitária. Isso resultou em que o poder público se posicionasse diante das demandas sanitárias e, dada a sua incapacidade técnica de assumir diretamente a gestão e a prestação dos serviços, no final do século XIX e início do XX, transferisse à iniciativa privada tal prerrogativa, papel ocupado em grande parte pelas companhias inglesas. No entanto, a atuação dessas companhias foi breve, devido principalmente, à qualidade variável e abastecimento de água estratificado. Dessa forma, foi consenso de que apenas o Estado poderia mobilizar os recursos necessários para viabilizar a complexa infraestrutura sanitária requerida, assumindo assim a prerrogativa de cuidar do saneamento. Nesse período ocorreu então a municipalização dos serviços apoiada pelo governo federal, resultando em discussões sobre a titularidade local e a intervenção por parte das unidades da federação, no caso de os municípios não estarem aptos a resolverem problemas de interesse regional (BRITO e REZENDE, 2017).

Em um novo contexto, iniciou-se uma proposta para a gestão pública do saneamento, sendo criado no Brasil o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), com o auxílio técnico e financeiro dos EUA, sendo frequente a presença de engenheiros norte-americanos, que inovaram ao introduzir um modelo de gestão público vinculado ao ente municipal, mas com autonomia para a gestão dos sistemas: as autarquias municipais. Até a década de 1950, as diretrizes para os setores de saúde e saneamento eram bastante relacionadas, distanciando-se a partir daí, e o setor de saneamento voltou seu foco para a gestão regionalizada,

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



representada pelas companhias estaduais, que passaram a atuar, já na década de 1960, prioritariamente no abastecimento de água. Nesse contexto, surgiu o PLANASA, primeiro plano de saneamento do País, baseado principalmente pela escolha das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB) como agentes do Plano, fator determinante para a consolidação desse modelo de gestão, em especial para o eixo de abastecimento de água (BRITO e REZENDE, 2017).

Em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 21, inciso XX, determina ser competência da União “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”. No artigo 23, inciso IX, aponta a competência conjunta entre União, Estados e Municípios no que se refere à promoção de “programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

Quanto à prestação de serviços públicos de interesse local, que possuam caráter essencial, fica determinado pela Constituição Federal, em seu artigo 30, como atribuições do Município: (i) I - legislar sobre assuntos de interesse local; (ii) V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; (iii) VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Sendo assim, fica estabelecida a competência municipal na prestação, direta ou mediante concessão ou permissão, dos serviços de saneamento básico, que são de interesse local, de caráter essencial, entre os quais o abastecimento de água, a coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários, a coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e a drenagem urbana, obedecendo às diretrizes federais, instituídas na forma de Lei.

A Lei nº 11.445/07 dispõe sobre as formas legalmente possíveis de organização institucional dos serviços de saneamento básico, de forma a atender as múltiplas realidades sociais, ambientais e econômicas do Brasil. Entre suas principais

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



determinações, destacam-se o estabelecimento do saneamento básico como objeto do planejamento integrado, juntamente com diretrizes e regras para a prestação e cobrança dos serviços. De acordo com a Lei de Diretrizes Nacionais Para o Saneamento Básico (LDNSB), a prestação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual, do Distrito Federal, ou municipal, na forma da legislação, assim como por empresa a que se tenham concedido os serviços (BRASIL, 2007).

Conforme determinado nessa Lei, é obrigação dos titulares dos serviços públicos de saneamento básico a elaboração de seus respectivos PMSBs, obrigando assim a elaboração dos mesmos por parte das Prefeituras (titulares dos serviços). A obrigatoriedade para apresentação do Plano era até 2013, posteriormente até 2015, sendo esse prazo prorrogado para o dia 31 de dezembro de 2017, conforme Decreto da Presidência nº 8.629, de 30 de dezembro de 2015. O não atendimento ao disposto na Lei acarretará na impossibilidade dos titulares dos serviços de recorrerem a recursos Federais destinados ao setor.

Os planos municipais de saneamento básico visam garantir a universalização dos serviços de saneamento, propondo diretrizes e ações para os quatro eixos do saneamento básico. Atualmente, segundo estudos do Instituto Trata Brasil (2015):

- 83,3% da população brasileira é atendida com abastecimento de água tratada;
- 50,3% da população têm acesso à coleta de esgoto;
- 42,67% dos esgotos do país são tratados.

Se tratando da Bahia:

- 79,20% da população é atendida com rede de abastecimento de água;
- 34,80% da população têm acesso à coleta de esgoto;
- 45,69% dos esgotos coletados na Bahia são tratados;
- As perdas de água no sistema são da ordem de 36,07%.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Previsto na Lei Federal nº 11.445/2007, foi aprovado e publicado em 2013 o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), visando definir diretrizes nacionais para o saneamento básico, sendo nele estabelecidos os objetivos e metas nacionais e macrorregionais, em busca da universalização e do aperfeiçoamento na gestão desses serviços em todo o País.

2.2 Panorama dos Recursos Hídricos

Os serviços públicos de saneamento, estabelecidos pela Política Nacional de Saneamento Básico, devem ser prestados conforme diversos princípios fundamentais, dentre eles a eficiência e sustentabilidade econômica, e a integração das infraestruturas com a gestão eficiente dos recursos hídricos (BRASIL, 2007). Dessa forma, torna-se importante contextualizar o panorama dos recursos hídricos e sua relação com o Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Mulungu do Morro.

A Lei Federal Nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

A PNRH baseia-se em seis principais fundamentos, dentre eles, os que dizem respeito à gestão dos recursos hídricos, que deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, e sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; e à bacia hidrográfica, que é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do SINGREH. É um dos seus objetivos, dentre outros, assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos (BRASIL, 1997).

São seis instrumentos legais da PNRH para atingir os seus objetivos propostos: os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a compensação a municípios; e

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos. Destaque para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que reconhece a água como bem econômico e proporciona ao usuário uma indicação de seu real valor; além disso, é por meio da cobrança pela água, que se dá a possibilidade de obtenção de recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos Planos de Recursos Hídricos.

Conforme estabelecido pela Lei Federal N° 9.433/97, os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados no financiamento de estudos, programas, projetos e obras, e no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH (BRASIL, 1997). Integram esse sistema o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA), os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH) e do Distrito Federal, os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais – cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos – os Comitês de Bacia Hidrográfica e as Agências de Água.

Os Comitês podem ser de âmbito Estadual ou Federal, dependendo da bacia hidrográfica de sua área de atuação, sendo que uma bacia hidrográfica é de domínio estadual quando toda sua extensão se localiza dentro de um único estado da Federação e é de domínio da União quando engloba mais de um estado da Federação ou se localiza na fronteira com outro País. No âmbito de sua área de atuação, os Comitês de Bacia Hidrográfica possuem, entre outras competências, aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia e o estabelecimento dos mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a sugestão dos valores a serem cobrados.

A área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) é a totalidade de uma bacia hidrográfica; uma sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; e de um grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



A função de secretaria executiva desses Comitês de Bacia Hidrográfica, de acordo com a PNRH, deve ser exercida pelas Agências de Água, tendo esta a mesma área de atuação de um ou mais Comitês. A criação das Agências de Água será autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos mediante solicitação de um ou mais Comitês de Bacia Hidrográfica. No âmbito de sua área de atuação, uma das competências das Agências de Água é o acompanhamento da administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e a elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos Hídricos para apreciação do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

Nesse contexto, a partir da aprovação do plano de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) é que se dá o início do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mulungu do Morro.

2.2.1. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e sua área de atuação

Conforme informações do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (PRH-SF), a bacia do Rio São Francisco possui uma área de 638.883 km² e está localizada entre as coordenadas geográficas 7°17' a 20°50' de latitude sul e 36°15' a 47°39' de longitude oeste. É formada por sete unidades da federação (Figura 2-1), Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal, 507 municípios (cerca de 9% do total de municípios do país). O rio São Francisco possui cerca de 2.697 km de extensão. Sua nascente está localizada na Serra da Canastra, no Estado de Minas Gerais, escoando no sentido sul-norte pelos Estados da Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para leste, chegando ao Oceano Atlântico através da divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



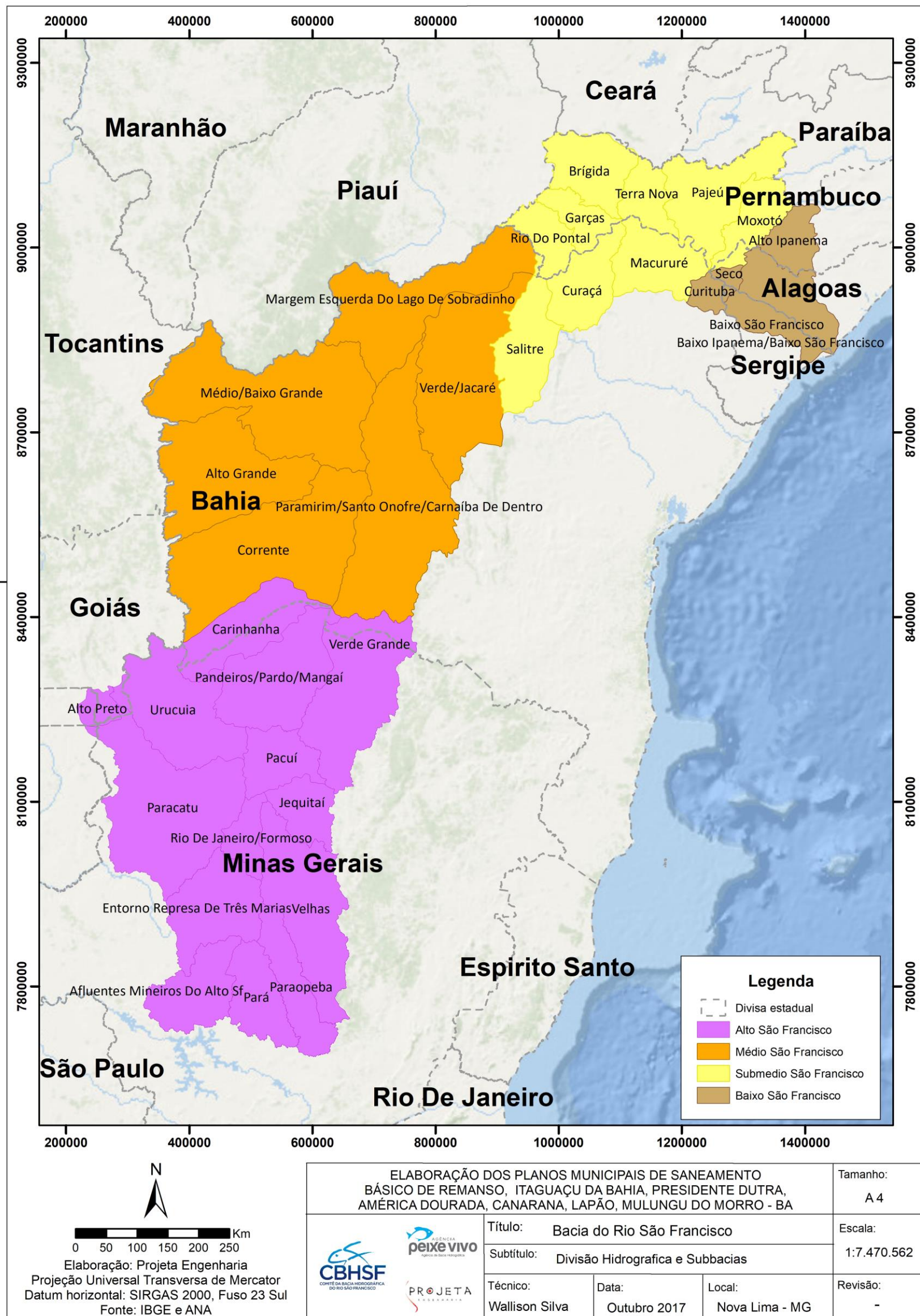


Figura 2-1 – Regiões Fisiográficas da Bacia do Rio São Francisco

Fonte: CBHSF (2017); Projeta Engenharia (2017)



A grande dimensão da bacia hidrográfica do rio São Francisco apresenta contrastes entre as regiões, entre os estados, e entre os meios urbanos e rural. Dessa forma, para fins de planejamento e para facilitar a localização das suas diversas populações e ambientes naturais, ela foi dividida em quatro regionais distintas (regiões fisiográficas).

✓ **Alto São Francisco**

A regional denominada Alto São Francisco (39,8% da área da bacia) está compreendida entre a nascente do rio São Francisco, na região da Serra da Canastra, Estado de Minas Gerais até os limites das sub-bacias de Carinhanha, Verde Grande e Pandeiros/Pardo/Manga. A região drena parte dos estados de Minas Gerais (92,6% da região fisiográfica), Bahia (5,6% da região), Goiás (1,2% da região) e Distrito Federal (0,5% da região), em uma área de drenagem 253.291,0 km². O Alto São Francisco abrange um total de 14 sub-bacias, sendo: Afluentes Mineiros do Alto São Francisco, Pará, Paraopeba, Velhas, Entorno da Represa de Três Marias, Rio de Janeiro/Formoso, Pacuí, Jequitaí, Paracatu, Alto Preto, Urucuia, Pandeiros/Pardo/Manga, Verde Grande e Carinhanha. Com a nova divisão fisiográfica da bacia do Rio São Francisco essa região passou a ser o trecho de maior extensão da BHSF.

✓ **Médio São Francisco**

Essa região abrange 38,9% da área total da bacia, com 247.518,8 km² de área. A região vai dos limites da região do Alto São Francisco até a barragem de Sobradinho. A região do Médio SF, que está totalmente inserida no estado da Bahia, abrange seis sub-bacias, sendo: Alto Grande, Corrente, Paramirim/Santo Onofre/Carnaíba de Dentro, Médio/Baixo Grande, Verde/Jacaré e Margem Esquerda do Lago de Sobradinho.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



✓ **Submédio São Francisco**

A região do Submédio São Francisco, considerada a 3ª maior da bacia hidrográfica (16,6% da área da bacia), com 105.540,5 km² de área, estende-se por 9 sub-bacias distribuídas nos estados de Pernambuco (59,4% da região fisiográfica), Bahia (39,5% da região) e Alagoas (1,1% da região), sendo: Rio do Pontal, Salitre, Curaçá, Garças/GI6/GI7, Brígida, Macururé, Terra Nova/GI4/GI5, Pajeú/GI3 e Moxotó.

✓ **Baixo São Francisco**

A região Baixo São Francisco corresponde à menor área da bacia hidrográfica (4,7% da área da bacia), com cerca de 29.866,5 km². Inclui as sub-bacias dos rios Curitiba, Seco, Alto Ipanema, Baixo Ipanema/Baixo São Francisco (AL) e Baixo São Francisco (SE). Em termos de abrangência nos Estados, 43,9% dessa região se encontra no estado de Alagoas, 23,8% no estado de Sergipe, 22,8% no estado de Pernambuco e 9,5% no estado da Bahia.

Ainda de acordo com o PRH-SF, a região do São Francisco é a que possui maior concentração e diversificada presença de indústrias de transformação. Nas regiões do Médio, Submédio e Baixo São Francisco prevalece a agropecuária (em especial a agricultura familiar e produção de leite) e a pesca tradicional. Ainda, na região Baixo São Francisco a atividade industrial mais importante é a indústria sucroenergética.

➤ **O comitê**

Um comitê de bacia hidrográfica possui, entre outras competências, a função de promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, seja em âmbito federal ou estadual, dependendo de sua área de atuação. Dessa forma, por meio de Decreto Presidencial foi instituído em 5 de junho 2001, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). O CBHSF, de âmbito federal, é um órgão colegiado, integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, que tem por finalidade realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



da bacia, na perspectiva de proteger os seus mananciais e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

No plano federal, o Comitê é vinculado ao CNRH, órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e se reporta ao órgão responsável pela coordenação da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos no país, a ANA.

Em sua composição tripartite, o CBHSF possui 62 membros titulares, onde 38,7% do total de membros representam os usuários de água, 32,2% são compostos pelo poder público (federal, estadual e municipal), 25,8% são da sociedade civil e as comunidades tradicionais representam 3,3% do total dos membros (CBHSF, 2017). Os membros titulares se reúnem duas vezes por ano – ou mais, em caráter extraordinário. O plenário é o órgão deliberativo do Comitê e as suas reuniões são públicas.

As atividades político-institucionais do CBHSF são exercidas, de forma permanente, por uma Diretoria Colegiada (DIREC), que abrange a Diretoria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário) e pelos coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais (CCRs) das quatro regiões fisiográficas da bacia: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

Além das Câmaras Consultivas Regionais, o CBHSF conta com quatro Câmaras Técnicas (CTs), que examinam matérias específicas, de cunho técnico-científico e institucional, para subsidiar a tomada de decisões do plenário. As CTs instituídas são: CT Técnicas (CTAI), CT Institucional e Legal (CTIL), CT de Outorga e Cobrança (CTOC), CT de Planos, Programas e Projetos (CTPPP); além de 3 Grupos de Trabalho: de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG), de Acompanhamento Técnico (GAT), e Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio São Francisco (GTOSF) – e uma CT em composição, as Câmaras Técnicas (CTCT). As CTs são compostas por especialistas indicados por membros titulares do comitê (CBHSF, 2017).

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Ainda segundo o site do CBHSF, Conforme estabelecido pela PNRH, a função de secretaria executiva do CBHSF é exercida pela Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas (Agência Peixe Vivo), escolhida através da realização de processo seletivo público, como determina a legislação, para ser a Agência de Bacia do comitê. Para o exercício das funções de agência de água, a ANA e a Agência Peixe Vivo (entidade delegatária) assinaram o Contrato de Gestão nº 014 em 30 de junho de 2010, com a anuência do CBHSF. Esse contrato estabelece o Programa de Trabalho da agência, obrigando-a, entre outras funções, a analisar e emitir pareceres sobre obras e projetos financiados com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, propor os planos de aplicação desses recursos ao CBHSF e aplicá-los em atividades previstas no plano e aprovadas pelo CBHSF.

A estrutura do CBHSF pode ser observada na Figura 2.2.



Figura 2.2 – Estrutura Organizacional do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Fonte: CBHSF (2017)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



2.2.2 Comitês Estaduais da bacia hidrográfica do rio São Francisco – inserção municipal no PMSB

Da mesma forma que se têm em âmbito Federal o CBHSF, há também a instituição dos comitês de bacias hidrográficas no âmbito estadual. Os comitês estaduais (especificamente na Bahia) têm como área de atuação os limites das suas unidades de gestão, denominadas de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGAs), estas implementadas pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (CONERH-BA) N° 43 de 02 de março de 2009, e alteradas pela Resolução CONERH-BA N° 88 de 26 de novembro de 2012.

De acordo com a Resolução CONERH-BA N° 43/2009, para fins de integração com a Política Nacional de Recursos Hídricos, conforme a Divisão Hidrográfica Nacional, a gestão dos recursos hídricos estaduais considerará que o território baiano se encontra totalmente inserido em duas Regiões Hidrográficas Nacionais: a do Atlântico Leste e a do Rio São Francisco. As RPGAs compostas por rios federais poderão ter gestão compartilhada entre os Estados interessados e a União, mediante autorização da ANA.

A fração da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco que corresponde ao Estado da Bahia foi dividida em 11 RPGAs, a saber:

- **RPGA XV** : Riacho do Tará
- **RPGA XVI**: Rios Macururé e Curaçá
- **RPGA XVII**: Rio Salitre
- **RPGA XVIII**: Rios Verde e Jacaré
- **RPGA XIX**: Lago de Sobradinho
- **RPGA XX**: Rios Paramirim e Santo Onofre
- **RPGA XXI**: Rio Grande
- **RPGA XXII**: Rio Carnaíba de Dentro
- **RPGA XXIII**: Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- **RPGA XXIV:** Rio Carinhanha
- **RPGA XXV:** Rio Verde Grande

De acordo com a Resolução CONERH-BA N° 43/2009, as RPGAs XXIV (Rio Carinhanha) e XXV (Rio Verde Grande) possuem gestão compartilhada com a Região do Rio São Francisco.

O município de Mulungu do Morro, objeto deste PMSB pertence a RPGA XVIII: Rios Verde e Jacaré.

2.2.1.1 Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré

Em 22 de março de 2006, o Decreto Estadual N° 9.939 instituiu o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré (CBHVJ), tendo como área de atuação a totalidade das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré, englobando os municípios de Jussara, Central, São Gabriel, Presidente Dutra, Irecê, Uibaí, João Dourado, Lapão, Cafarnaum, Barra do Mendes, Ibipeba, América Dourada, Mulungu do Morro, Ibititá, Itaguaçu da Bahia, Barro Alto, Sento Sé, Souto Soares, Seabra, Ipupiara, Ouroândia, Bonito, Gentio do Ouro, Brotas de Macaúbas, Xique-Xique, Umburanas, Mulungu do Morro, Morro do Chapéu e Ibitiara, conforme definido no Decreto citado acima. Atualmente o CBHVJ é composto por 54 membros, apresentando estruturação paritária entre Poder Público, Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil Organizada.

De acordo com o referido Decreto, o CBHVJ tem como finalidade “*promover o debate sobre questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, acompanhar a sua execução e sugerir providências necessárias ao cumprimento das metas*” (CBHSF, 2017).

Os municípios que integram totalmente o CBHVJ são: Jussara, Central, São Gabriel, Presidente Dutra, Irecê, Uibaí, João Dourado, Lapão, Cafarnaum, Barra do Mendes, Ibipeba, América Dourada, Canarana e Ibititá. Os municípios com mais de 60% do

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



seu território no CBHVJ são: Itaguaçu da Bahia e Barro Alto. Os municípios que têm menos de 40% do seu território no CBHVJ são:Ourolândia, Bonito, Gentio do Ouro, Brotas de Macaúbas, Xique-Xique, Umburanas, Mulungu do Morro, Morro do Chapéu e Ibitiara (INEMA, 2017).

O Decreto Estadual Nº 9.939/2006 estabelece o Regimento Interno do CBHVJ e a sua função como órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, vinculado ao CONERH-BA.

A bacia de atuação desse comitê está localizada na região Centro-norte do Estado da Bahia, somando uma população de 349.628 habitantes e ocupando uma área de 33.000km² (INEMA, 2017).

A região dos rios Verde e Jacaré (Figura 2-3) compreende as sub-bacias dos rios Verde, Jacaré e de pequenos rios que deságuam no Lago de Sobradinho, limitadas a leste pela RPGA do Lago do sobradinho e pela RPGA do Rio Salitre, ao Sul pela RPGA do Rio Paraguaçu, e a Oeste pela RPGA do Rio Paramirim e Santo Onofre. Os principais afluentes localizados à margem direita do Rio São Francisco são: Rio Verde e Rio Jacaré. Demais cursos de água inseridos na bacia são: Riacho do Santo Eusébio, Riacho Lagoinha, Rio Guariba, Riacho do Mari, Riacho do Meio, Riacho das Pedras e Riacho Brejo das Minas.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



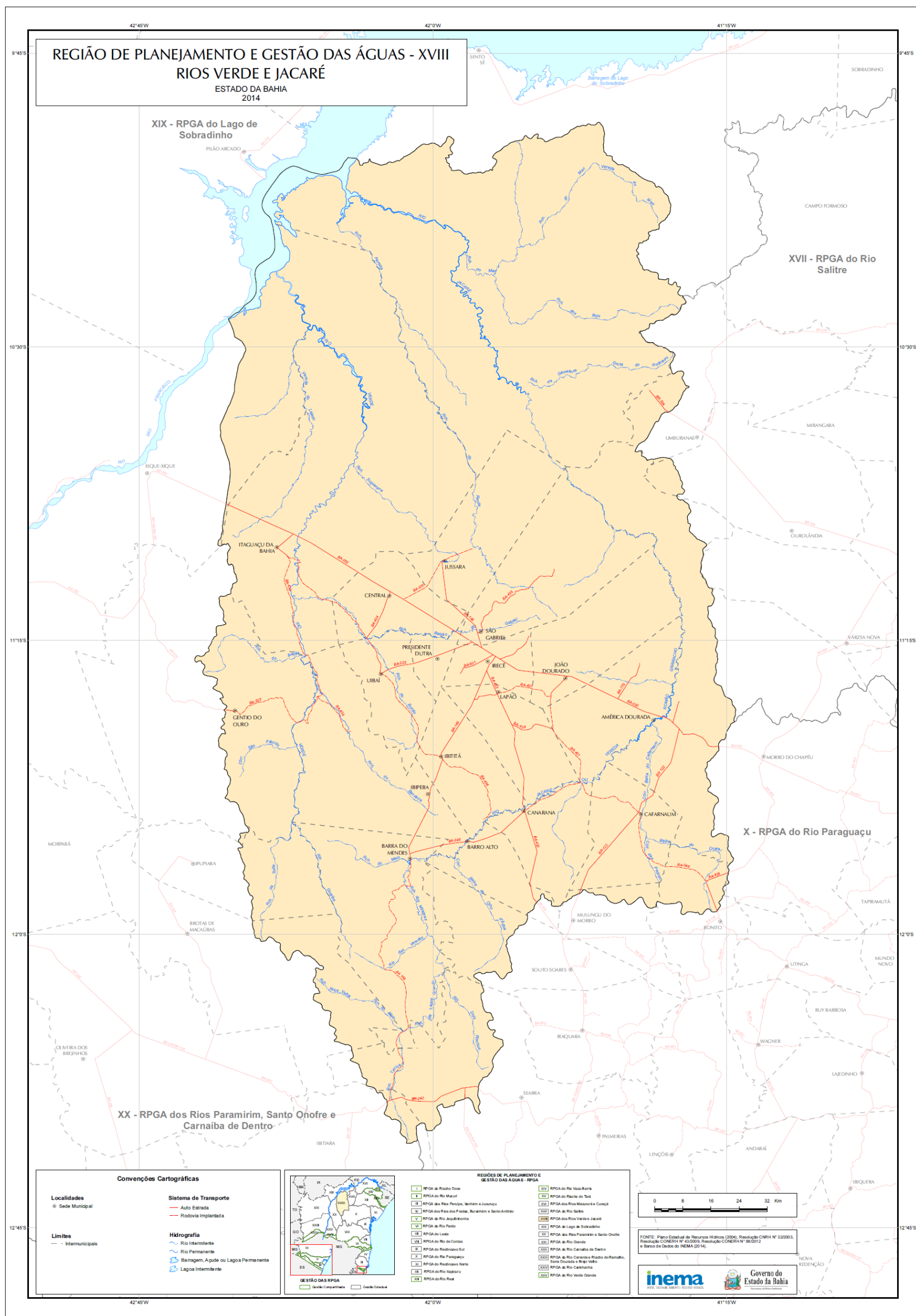


Figura 2-3 – Bacia Hidrográfica de atuação do CBHVJ

Fonte: INEMA (2014)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio Institucional:



Execução:



2.2.1.2 Mecanismo de Cobrança e Financiamento de Projetos

Hoje, as principais diretrizes legais que orientam a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e por consequência o financiamento de estudos, planos, projetos e ações na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco são:

- Deliberação CBHSF nº 94, de 25 de agosto de 2017: Atualiza, estabelece mecanismos e sugere novos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco;
- Deliberação CBHSF nº 88, de 10 de dezembro de 2015: Aprova o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2016-2018.

Conforme mencionado no item 4.2.2, consta a relação de ações a serem executadas com a arrecadação da cobrança, dentre as quais devem estar incluídas aquelas ações relativas à elaboração de PMSB. A partir da decisão da DIREC do CBHSF em conjunto com a Agência Peixe Vivo, esta última deu encaminhamento aos trabalhos de contratação dos serviços para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios de América Dourada, Canarana, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Remanso, objeto do contrato firmado entre a Agência Peixe Vivo e a PROJETA, financiado com recursos advindos da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

No dia 28 de setembro de 2017 ocorreu, na Câmara de Vereadores do município de Lapão (BA), a solenidade de assinatura oficial do Termo de Compromisso para elaboração do PMSB, entre o CBHSF (por intermédio da CCR Médio), Agência Peixe Vivo, PROJETA e as Prefeituras de América Dourada, Canarana, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra e Remanso, para assinatura do contrato, conforme a Figura 2.4.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Figura 2.4 – CBHSF (CCR Médio) e Prefeitos/representantes dos municípios da região do Médio São Francisco

Fonte: CBHSF (2017)

2.2.1.3 Agência de Água e Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo)

Segundo informações do site da ANA, as Agências de Água (ou Agências de Bacias) integram o SINGREH e a sua criação deve ser solicitada pelo CBH e autorizada pelo respectivo CERH. A viabilidade financeira de uma agência deve ser assegurada pela cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação.

Além de exercerem a função de secretaria executiva do CBH, compete as Agências de Água:

I - manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos em sua área de atuação;

II - manter o cadastro de usuários de recursos hídricos;

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



III - efetuar, mediante delegação do outorgante, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

IV - analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem financiados com recursos gerados pela cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e encaminhá-los à instituição financeira responsável pela administração desses recursos;

V - acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação;

VI - gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos em sua área de atuação;

VII - celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

VIII - elaborar a sua proposta orçamentária e submetê-la à apreciação do respectivo ou respectivos CBHs;

IX - promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação;

X - elaborar o Plano de Recursos Hídricos para apreciação do respectivo CBH;

XI - propor ao respectivo ou respectivos CBHs:

a) o enquadramento dos corpos de água nas classes de uso, para encaminhamento ao respectivo Conselho Nacional ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio destes;

b) os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos;

c) o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos;

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



d) o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Enquanto as Agências de Água não estiverem constituídas, os Conselhos de Recursos Hídricos podem delegar, por prazo determinado, o exercício de funções de competência das Agências de Água para organizações sem fins lucrativos (consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos; organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos; organizações não-governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade; outras organizações reconhecidas pelos Conselhos de Recursos Hídricos).

A ANA está autorizada a firmar contratos de gestão, por prazo determinado, com entidades que receberem delegação do CNRH para exercer funções de competência das Agências de Água, relativas a recursos hídricos de domínio da União. Uma vez instituída a Agência de Água, o contrato de gestão é automaticamente encerrado.

✓ ***Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo)***

Conforme a Lei Federal Nº 9.433/1997, foi instituída a implantação das Agências de Águas, ou entidades delegatárias de funções de agência para prestar apoio administrativo, técnico e financeiro aos CBHs. As agências são entidades dotadas de personalidade jurídica própria, descentralizada e sem fins lucrativos. Para o exercício de suas atribuições legais, elas são indicadas pelos CBH e podem ser qualificadas pelo CNRH, ou pelos Conselhos Estaduais.

A Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo) é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, criada em 15 de setembro de 2006 para exercer as funções de Agência de Bacia. Inicialmente, foi equiparada à Agência de Bacia para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Velhas), conforme Deliberação Normativa CERH-MG Nº 56

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



de 18 de julho de 2007. Com o desenvolvimento dos trabalhos, outros comitês negociaram a indicação de Agência de Bacia. A Deliberação Normativa do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará (CBH Pará) Nº 15, de 04 de junho 2009 e a Deliberação CBHSF Nº 47, de 13 de maio de 2010, aprovaram a indicação da Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água, respectivamente, do CBH Pará e do CBHSF (Agência Peixe Vivo, 2017).

Atualmente, a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois Comitês estaduais mineiros, CBH Velhas (SF5) e CBH Pará (SF2), além do CBHSF. A Agência Peixe Vivo é composta por uma Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, como mostra a Figura 2.5 (Agência Peixe Vivo, 2017).

ORGANOGRAMA AGB PEIXE VIVO



Figura 2.5 – Estrutura Organizacional da Agência Peixe Vivo

Fonte: Agência Peixe Vivo (2017)

São objetivos específicos da Agência Peixe Vivo:

- Exercer a função de secretaria executiva dos Comitês;

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- Auxiliar os Comitês de Bacias no processo de decisão e gerenciamento da bacia hidrográfica avaliando projetos e obras a partir de pareceres técnicos, celebrando convênios e contratando financiamentos e serviços para execução de suas atribuições;
- Manter atualizados os dados socioambientais da bacia hidrográfica em especial as informações relacionadas à disponibilidade dos recursos hídricos de sua área de atuação e o cadastro de usos e de usuários de recursos hídricos e;
- Auxiliar a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos na sua área de atuação, como por exemplo, a cobrança pelo uso da água, plano diretor, sistema de informação e enquadramento dos corpos de água.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



3 CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de planejamento e gestão participativa que tem por objetivo a institucionalização do processo de planejamento das atividades de saneamento básico do município. O PMSB fomenta a melhoria das condições de saúde, qualidade de vida e o desenvolvimento local, garantindo através da regulação, do controle social e da participação, uma gestão eficaz e de qualidade dos serviços de saneamento básico do município.

Nesse contexto o presente item possui por objetivo apresentar a área de abrangência para elaboração dos PMSB do município de Mulungu do Morro. Demonstrando um panorama preliminar das condições do saneamento básico no município, indicando as informações e dados necessários ao seu desenvolvimento e suas respectivas fontes, tanto primárias quanto secundárias.

3.1 Contexto de Inserção Regional

Os municípios de América Dourada; Canarana; Itaguaçu da Bahia; Lapão; Mulungu do Morro; Presidente Dutra e Remanso, focos dos presentes planos de saneamento básico encontram-se situados na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, curso d'água de aproximadamente 2.697 km, que nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e escoar no sentido Sul-Norte pelos estados da Bahia e Pernambuco, quando altera seu curso para o Sudeste, chegando ao Oceano Atlântico na divisa entre Alagoas e Sergipe. O trecho dessa bacia está totalmente em território brasileiro, sendo o maior curso d'água com nascente e foz do país.

A Bacia Hidrográfica do São Francisco também envolve parte do estado de Goiás e o Distrito Federal, abrangendo 507 municípios em sete unidades federativas, com uma área de drenagem de aproximadamente 638.883 km², cerca de 8% do território nacional. Desponta, portanto, como de fundamental importância para economia e sustentabilidade das regiões em que percorre, atravessando regiões bastante heterogêneas do ponto de vista ambiental e socioeconômico, acaba por permitir o

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



desenvolvimento de atividades em suas margens, principalmente na região do semiárido nordestino.

Visto essas características e sua extensa dimensão territorial, motivou-se a sua divisão por regiões, para fins de planejamento e para facilitar a localização das suas muitas e diversas características geográficas desse recorte. Dessa forma, conforme o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF, 2004), a Bacia foi dividida em quatro regiões fisiogeográficas, sendo elas: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco (conforme já apresentado na Figura 2-1).

Os municípios estudados estão inseridos na região do Médio São Francisco, área totalmente inserida no estado da Bahia, um recorte espacial que se inicia nas sub-bacias Corrente e Paramirim/Santo Onofre/Carnaíba de Dentro indo até o ponto onde se forma o lago de Sobradinho, no município baiano de Remanso (Figura 3-1).

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



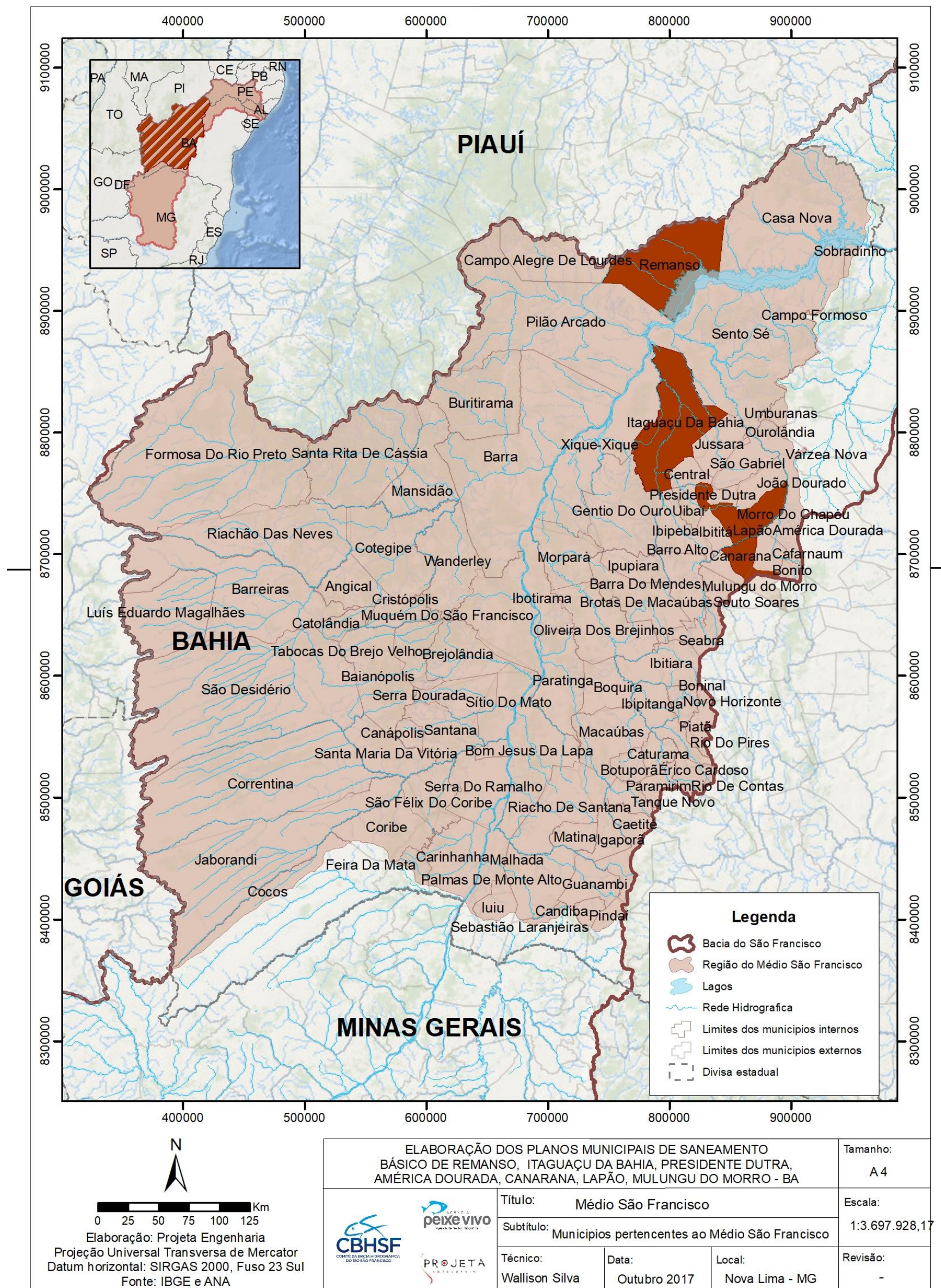


Figura 3-1 – Municípios inseridos no Médio São Francisco

Fonte: Projeta (2017)



Alcançando 247.518,8 km², a segunda maior das quatro divisões da bacia são franciscana, o médio São Francisco é bastante diversificado ambiental e economicamente. Seus municípios apresentam uma considerável amplitude de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) o qual varia entre 0,343 a 0,724. Em relação às atividades econômicas desenvolvidas nessa região da bacia, predomina-se a agricultura, pecuária, aquicultura e as de cunho industrial.

A maior parte dos municípios contemplados nos presentes planos encontram-se localizados sob a margem direita do rio São Francisco, a exceção de Remanso, localizado a margem esquerda do curso d'água e nas proximidades do lago da hidrelétrica de Sobradinho. Embora a maioria dos municípios sejam limítrofes, algumas de suas distâncias são bastante discrepantes, como pode ser observado na Tabela 3-1, a qual apresenta a distância em quilômetros entre um município e outro, em relação à via de acesso mais curta.

Tabela 3-1: Distância entre os municípios contemplados

	Remanso	Presidente Dutra	Mulungu do Morro	Lapão	Itaguaçu da Bahia	Canarana
América Dourada	529 km	71,8 km	80,9 km	50,2 km	122 km	80,5 km
Canarana	525 km	68,2 km	57,9 km	36,8 km	119 km	
Itaguaçu da Bahia	412 km	68,1 km	80,9 km	50,2 km		
Lapão	491 km	33,8 km	88,8 km			
Mulungu do Morro	585 km	128 km				
Presidente Dutra	485 km					

Os principais acessos entre esses são feitos, em sua maioria, por rodovias de jurisdição estadual, sendo elas as BA-432, BA-428, BA-4238 e BA 434, destacando-se a BR 160 e a BA – 161 para acessar o município de Remanso. Em relação ao deslocamento tendo como ponto de referência a capital Salvador, o acesso se dá pelas BRs 110 e 324; BA-052 e BR 130, sendo posteriormente necessário optar pela melhor via de acesso ao município específico, conforme pode ser observado no mapa da Figura 3-2.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



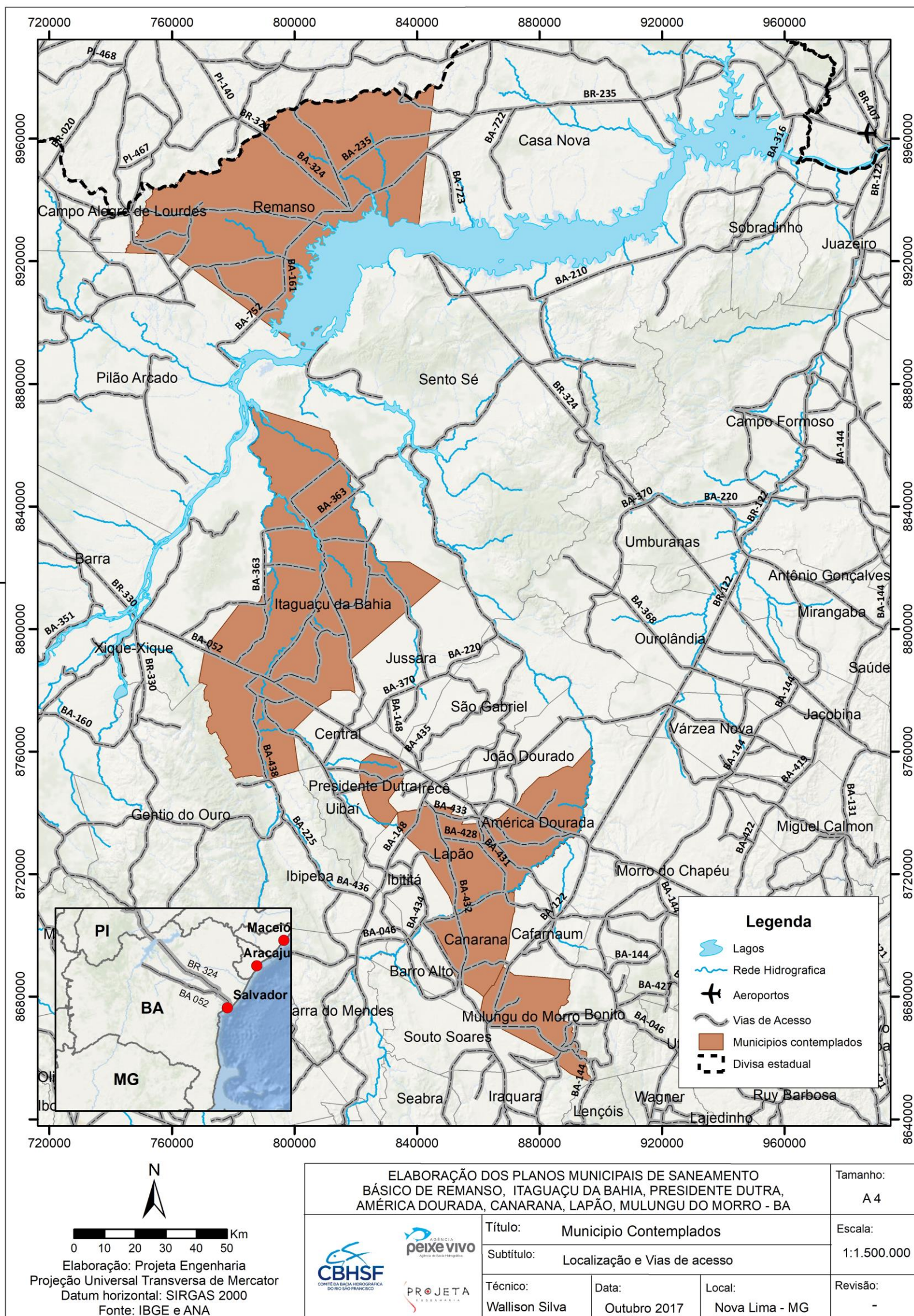


Figura 3-2 – Localização e vias de acesso aos municípios objeto de estudo
Fonte: Projeta (2017)



Os municípios contemplados localizam-se em sua maior parte nas sub-bacias hidrográficas do Rio Verde e Jacaré, e da bacia dos afluentes da margem esquerda do Lago de Sobradinho. Ambas bacias estão sob gestão do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) da Bahia, que como órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos vem aperfeiçoando o processo de planejamento e gestão das águas em seu território.

Como disposto na Lei Federal 9.433 de 1997 e na Lei Estadual 11.612 de 2009, o INEMA estabeleceu na última década a criação das RPGA (regiões de planejamento e gestão das águas) para uma melhor definição dos recortes espaciais e uma melhor gestão dos recursos hídricos do estado. As RPGAs são de gestão exclusiva da Bahia e, por consequência, restritas a seu espaço territorial, Entretanto há de se ressaltar que ainda assim há outras regiões hidrográficas de gestão compartilhadas com outras entidades governamentais, tais como as que abrangem também seus estados vizinhos.

Tabela 3-2: Inserção dos municípios nas RPGAs do Estado da Bahia

	Região Hidrográfica Nacional do Rio São Francisco		Região Hidrográfica Nacional do Atlântico Leste
RPGA	XVIII. Rios Verde e Jacaré	XIX. Lago de Sobradinho	X. Rio Paraguaçu
Município			
América Dourada			
Canarana			
Itaguaçu da Bahia			
Lapão			
Mulungu do morro			
Presidente Dutra			
Remanso			

Fonte: INEMA (2017)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



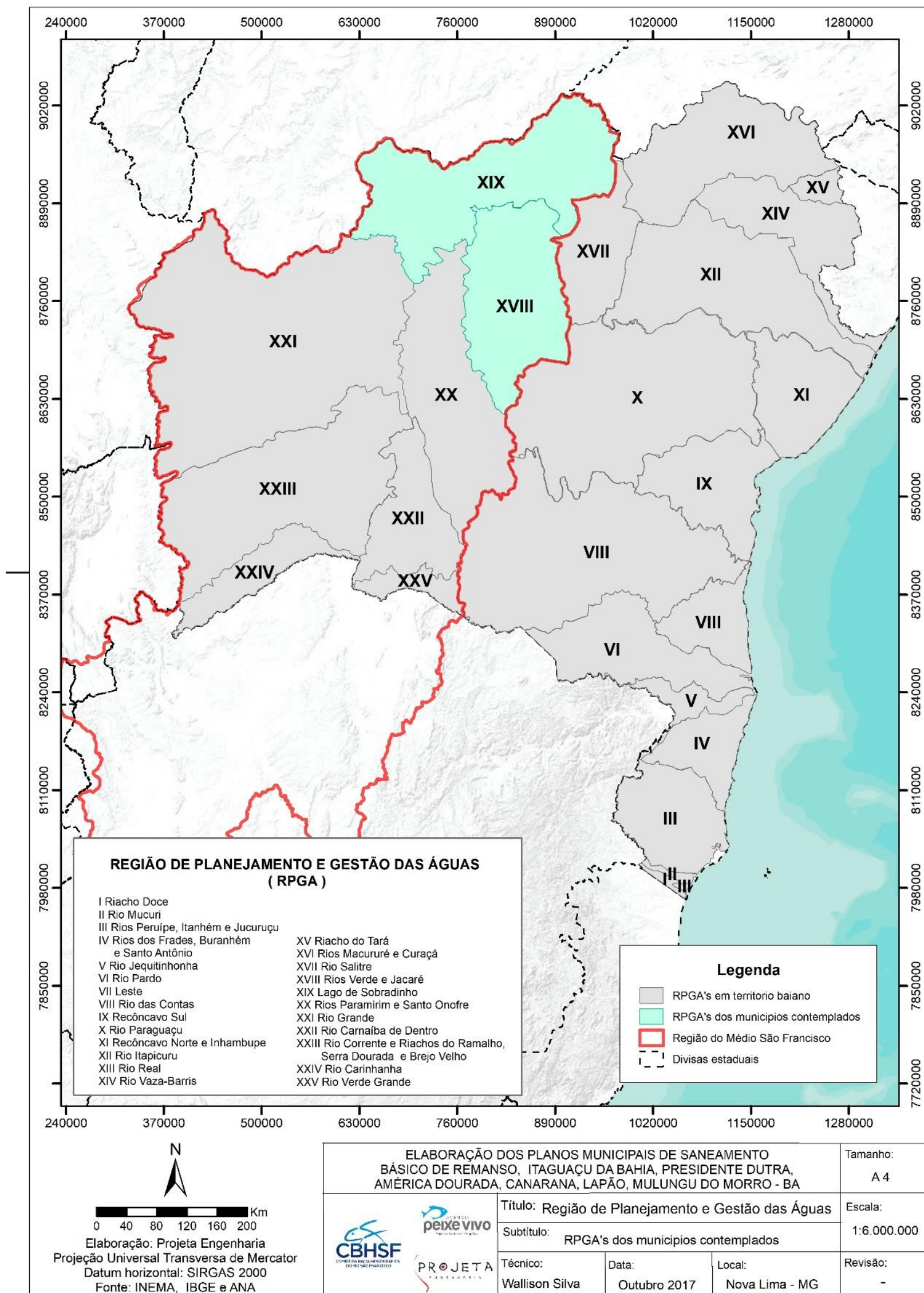


Figura 3-3 – RPGAs do estado da Bahia, nas quais estão inseridos os municípios objeto de estudo
Fonte: INEMA (2017)

3.2 Contexto de Inserção Local

O município de Mulungu do Morro esteja situado em sua maior proporção na Região de Planejamento e Gestão das Águas X Rio Paraguaçu, estando sua porção norte e oeste situados na RPGA XVIII, Rios Verde e Jacaré. Este recorte espacial está localizado na porção centro-norte do estado da Bahia, alocado entre as coordenadas geográficas latitude 11° 58' 9" Sul, e longitude 41° 38' 17" Oeste. Tal município encontra-se a uma distância de 358 Km da capital Salvador, aportando-se a uma altitude de 822 metros em relação ao nível do mar.

Mulungu do Morro abrange uma área de aproximadamente 583,874 km², ao norte faz limite com os municípios de Canarana e Carfanaum, a sul com Bonito; a leste Iraquara e Lenções, e a oeste com Barro Alto e Souto Soares. Como estratégia de trabalho, em especial para a mobilização social, a sede, os distritos e localidades do município foram divididos em setores de trabalho, conforme apresentado no item 5.2 deste documento.

Segundo o último censo demográfico (IBGE, 2011) a população total do município é de cerca de 12.249 habitantes, composta por 6.330 habitantes na área rural e 5.919 habitantes na urbana, o que representa que a maioria, cerca de 51,68% do total de habitantes vivem em áreas rurais, sendo a densidade demográfica municipal de 21,64 hab/km². Entre 2000 e 2010, a população de Mulungu do Morro cresceu a uma taxa média anual de -2,43%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 39,33% para 48,32%.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



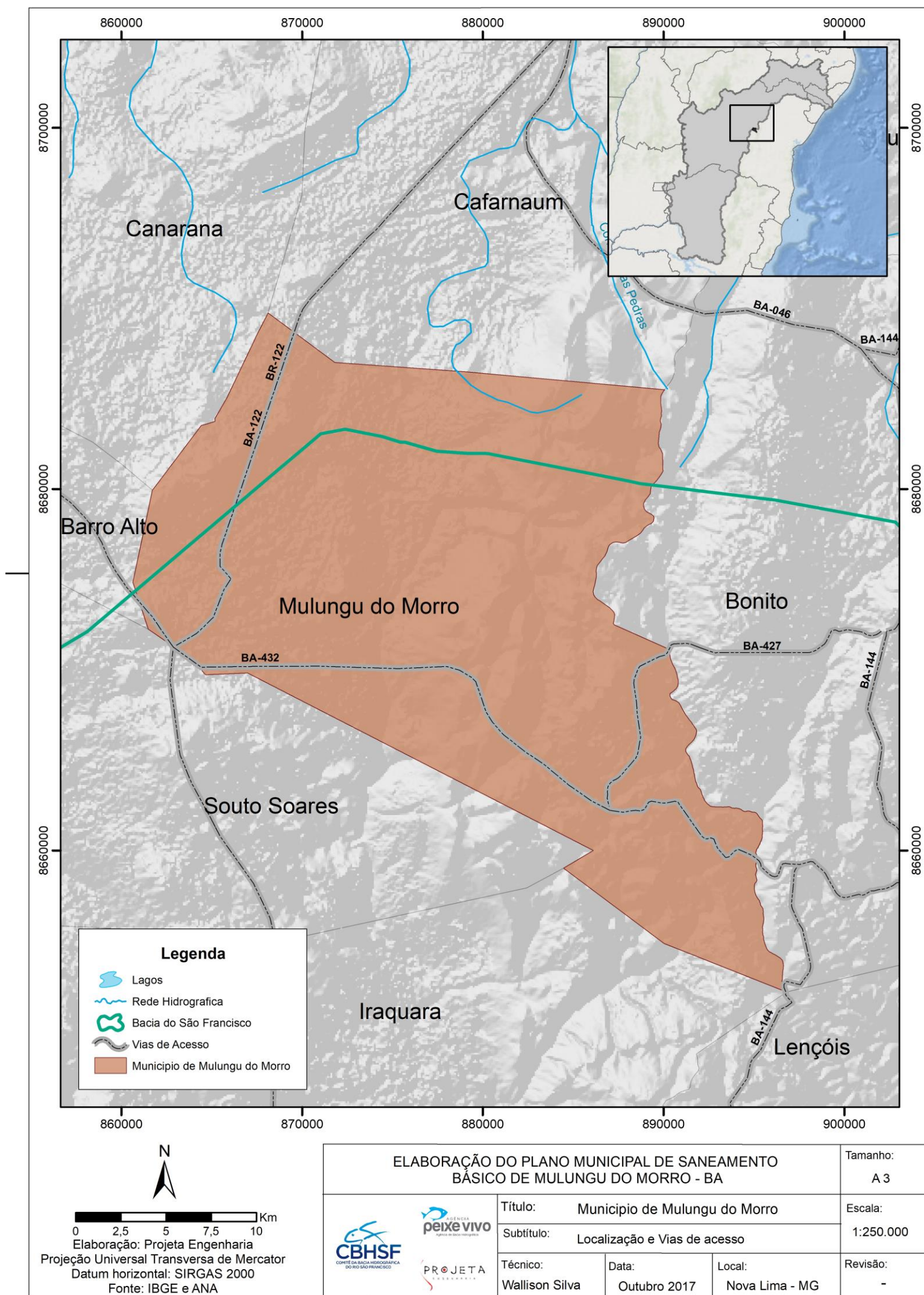


Figura 3.4 – Localização e vias de acesso – Município de Mulungu do Morro
 Fonte: Projeta (2017)

O supracitado município está localizada na mesorregião Centro norte Baiano, e na microrregião de Irecê. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD et. al 2010) seu IDHM é de 0,566, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), ocupando a 4921ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, e a 312ª posição entre os 417 outros municípios da Bahia. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,753, seguida de Renda, com índice de 0,517, e de Educação, com índice de 0,466.

Segundo o IBGE (2013) a economia local, assim como nos demais municípios da região, é baseada principalmente nos setores de prestação de serviços, responsável por grande parte do PIB municipal, e no de agropecuária, sendo esse último responsável pelo emprego de 64,95 % da mão de obra local. Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas destaca-se a criação de gado bovino e caprino e a produção de tomate, mandioca, mamona, cebola e feijão. Ainda segundo o IBGE (2017) em 2014, Mulungu do Morro tinha um PIB per capita de R\$ 5038.25. Observou-se que em 2015, tal município possuía 91.4% do seu orçamento proveniente de fontes externas.

O acesso a esse município pode ser feito por rodovias federais e estaduais, destacando principalmente as rodovias BR - 122 e BA - 432. Os acessos existentes entre o distrito sede e as localidades rurais, bem como às áreas relacionadas à prestação dos serviços públicos de se dão por vias federais, estaduais ou locais como as estradas vicinais.

3.3 Contexto do Saneamento Básico no Município de Mulungu do Morro

Será apresentado aqui um panorama geral do saneamento básico no Município de Mulungu do Morro, com informações preliminares sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos e drenagem urbana.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



As informações apresentadas são informações levantadas em campo pela equipe Projeta junto à Prefeitura Municipal, durante visita realizada no mês de setembro de 2017, e ainda, com base em informações de órgão oficiais.

✓ **Abastecimento de água**

O sistema de abastecimento de água se constitui pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais, contemplando também os instrumentos de medição.

A prestação de serviço de abastecimento de água no município de Mulungu do morro é de responsabilidade da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA.

O município está inserido nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraguaçu e do Rio Verde/Jacaré. Atualmente a captação de água é realizada através da barragem do Rio Tijuco, tratada em ETA convencional, seguindo por adutoras, reservatórios e posteriormente distribuída para rede de abastecimento da população (EMBASA - 2012)

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, o município possui um índice de atendimento de 56,16% para a população total 12.200 habitantes.

Segundo o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto do SNIS (2015), o município conta com os seguintes dados operacionais referentes ao abastecimento de água: 2.224 ligações ativas de abastecimento de água, 2.224 economias residenciais ativas, consumo médio *per capita* de água equivalente a 86,5 L/hab.dia.

✓ **Esgotamento sanitário**

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



O sistema de esgotamento sanitário se constitui pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, tratamento e disposição final de esgotos, desde as ligações prediais até o lançamento final do efluente tratado no meio ambiente.

Conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS no município de Mulungu do Morro não há rede coletora de esgoto e não possui sistema de tratamento fornecido por uma companhia de saneamento ou pela Prefeitura Municipal. Conforme informações repassadas pela Prefeitura as residências na área urbana utilizam de fossa rudimentar e algumas residências descartam as águas de servidão nas vias publicas.

✓ **Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**

O sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos compreende o conjunto de atividades e infraestruturas relacionadas à coleta, manipulação, transporte, transborda e destinação final dos resíduos sólidos (domiciliares, de limpeza urbana, de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, de serviços públicos de saneamento básico, industriais, de serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, de transporte e mineração).

Fica a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro o gerenciamento dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, o município executa a coleta convencional de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, atendendo 100% da população urbana e 48,3% da população total, além de realizar a coleta e disposição final também dos resíduos de saúde e de construção civil. O município conta ainda com a realização dos serviços de varrição de vias e logradouros públicos.

No momento todos os resíduos coletados são encaminhados para um lixão sem qualquer controle operacional ou ambiental da área. Mulungu do Morro não dispõe dos serviços de coleta seletiva.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Figura 3.5 – Disposição de resíduos sólidos em Lapão.

Fonte: PROJETA, 2017.

✓ ***Drenagem urbana e manejo de águas pluviais***

O sistema de drenagem urbana e manejo de águas pluviais corresponde às atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias.

De acordo com dados do IBGE (2008), o município possui apenas sistema de drenagem superficial, que contempla de 50% a 75% das ruas pavimentadas.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



4 PLANO DE TRABALHO

Neste item são pontuadas as bases para a realização do trabalho (descrição das atividades, metodologia, cronograma e equipe), indicando as informações e dados necessários ao seu desenvolvimento e suas respectivas fontes, tanto primárias – baseadas em visitas ao município, quanto secundárias.

4.1. Estruturação Metodológica Geral

Durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mulungu do Morro serão apresentados seis produtos, a saber:

- **Produto 1:** Plano de Trabalho, Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social
- **Produto 2:** Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico
- **Produto 3:** Prognósticos, Programas, Projetos e Ações
- **Produto 4:** Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências
- **Produto 5:** Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipais de Saneamento Básico
- **Produto 6:** Relatório Final do PMSB – Documento Síntese

Para elaboração desses seis produtos, a elaboração do plano se pautará na sequência cronológica apresentada pelo Ministério das Cidades (2012), conforme Figura 4.1.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



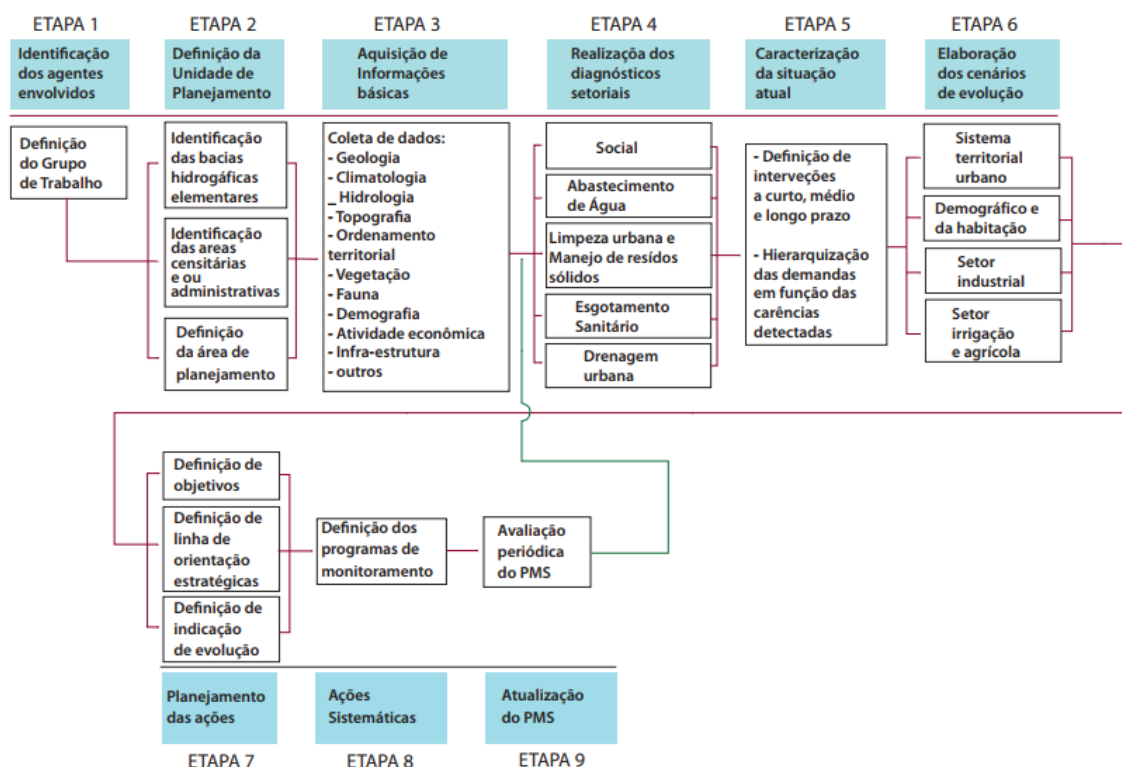


Figura 4.1 – Sequência cronológica das etapas necessárias para a elaboração do PMS

Fonte: Ministério das Cidades (2012)

4.1.1. Produto 2 – Elaboração do Diagnóstico Técnico Participativo da Situação do Saneamento Básico

A condição em que se encontra o município de Mulungu do Morro em relação ao saneamento básico será identificada pelo Diagnóstico Técnico Participativo, que abordará as áreas urbanas e rurais desse município e será apresentado de forma clara e precisa. Serão priorizadas visitas de campo a essas áreas, sendo definidas amostras de locais a serem visitados, buscando-se entender melhor sobre as questões do saneamento rural.

O Diagnóstico Técnico Participativo da Situação do Saneamento Básico abordará os quatro eixos do saneamento básico, sendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais, tanto em termos de cobertura como de qualidade da prestação dos serviços. Serão também avaliadas a estrutura e

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



capacidade institucional existente para a gestão dos serviços de saneamento básico em relação ao planejamento, prestação, fiscalização e regulação dos serviços e controle social.

É essa fase de Diagnóstico que irá orientar os prognósticos para se conhecer as demandas futuras sobre os serviços de saneamento, orientando assim a definição de objetivos, diretrizes e metas e o detalhamento dos Programas, Projetos e Ações o município.

O diagnóstico considerará as bacias hidrográficas e contexto regional no qual o município esteja inserido e além dos eixos do saneamento básico abordará itens que estejam direta ou indiretamente relacionados com esses eixos, apresentando também a caracterização geral do município em relação aos seus aspectos históricos, culturais, territoriais, socioeconômicos, demográficos, ambientais, institucionais, arcabouço legal no campo do saneamento básico, saúde e meio ambiente (Federal, Estadual e Municipal) entre outros. Dessa forma o Diagnóstico terá uma abordagem sistêmica, cruzando informações socioeconômicas, ambientais e institucionais.

Como o próprio nome do Produto já diz, a elaboração do mesmo será Técnico-Participativa, ou seja, considerará a visão dos técnicos da Projeta e também da sociedade, que poderá e será incentivada a dar suas contribuições. Os momentos formais em que essa participação poderá ser mais evidenciada será nos eventos públicos a serem realizados, no entanto as sugestões e contribuições também serão recebidas por outros meios, como mídia social, e-mail, links nos sites da Prefeituras, dentre outros. As metodologias para participação social nessa fase de elaboração do Plano são descritas no Programa de Mobilização e Programa de Comunicação Social, constante nesse documento.

Já em relação à perspectiva técnica, serão levantados os estudos e projetos existentes ou previstos, de modo a avaliar as condições técnicas, operacionais, gerenciais e administrativas, sendo utilizadas diferentes fontes de dados e

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



informações disponíveis. O diagnóstico abordará ainda as tecnologias utilizadas e a compatibilidade com a realidade local, a situação socioeconômica e capacidade de pagamento dos usuários e os dados e informações de outras políticas correlatas.

Para obtenção desses dados e informações serão realizados levantamentos de dados primários¹ e secundários de diferentes formas e diferentes fontes, conforme apresentado no item 4.2 e na Tabela 4-1.

Tabela 4-1: Formas de levantamento de dados a serem utilizadas

Tipo de dado	Formas de levantamento
Primário	Visitas de campo para verificação <i>in loco</i> das condições de prestação dos serviços; aplicação de questionário (impresso e on-line) e realização de entrevistas aos prestadores de serviços, população e outros atores envolvidos; realização de dinâmicas e aplicação de metodologias participativas em eventos públicos para obtenção de informações; reuniões técnicas com os prestadores de serviços.
Secundário	Bases de dados municipais e outros bancos de dados oficiais disponíveis, apresentados no item 4.2. desse documento.

No caso de escassez de dados julgados imprescindíveis para o desenvolvimento do PMSB, poderão ser realizadas inferências, análises qualitativas ou emprego de metodologias alternativas para a consecução dos trabalhos, sempre respeitando o cronograma planejado para a sua execução. Feito o levantamento de dados necessários, será elaborado o Diagnóstico Técnico Participativo, que irá abordar, no mínimo, as seguintes seções:

¹ Não está prevista a realização de levantamentos primários além dos descritos neste Plano de Trabalho e no Termo de Referência integrante do ato convocatório.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Seção	Conteúdo
<p>Caracterização Geral do Município</p>	<p>Dados gerais do município como área, localização, altitude, distância entre a sede municipal e os distritos; demografia urbana e rural com análise estratificada por renda, gênero, faixa etária, densidade e acesso ao saneamento; dados populacionais referentes aos quatro últimos censos do IBGE; vocações econômicas do município, no contexto atual e projeções em termos das atividades produtivas por setor; infraestrutura; caracterização dos aspectos geomorfológicos, climatológicos, hidrográficos, hidrogeológicos e topográficos; caracterização das áreas de interesse social, indicação das áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente; identificação de áreas de fragilidade sujeitas a inundações ou deslizamentos; consolidação das informações socioeconômicas, cartográficas, físicos territoriais disponíveis sobre o município e a região; situação institucional do município (legislação aplicável; conteúdo dos contratos de concessão firmados; Política tarifária da prestação dos serviços de saneamento; ações previstas nos Planos Plurianuais; programas locais existentes de interesse do saneamento; sistema de comunicação local); entre outros.</p>
<p>Caracterização dos setores inter-relacionados com o saneamento básico</p>	<p>Situação do desenvolvimento urbano e habitação; Situação ambiental e de recursos hídricos; Situação da Saúde.</p>
<p>Caracterização do Serviços de Abastecimento de Água</p>	<p>Caracterização da cobertura e qualidade dos serviços, com a identificação das populações não atendidas e sujeitas à falta de água; regularidade e frequência do fornecimento de água, com identificação de áreas críticas; consumo <i>per capita</i> de água; existência de outorga para as captações de água; avaliação da disponibilidade de água dos mananciais e da oferta à população; levantamento e avaliação das condições atuais e potenciais dos mananciais de abastecimento de água; apontamento de novas alternativas para captação, caso seja identificada a necessidade; descrição e avaliação dos sistemas de abastecimento de água existentes nos municípios, quanto à captação, elevação, adução, tratamento, reservação, estações de bombeamento, rede de distribuição e ligações prediais; elaboração de mapas de abrangência dos sistemas; identificação de projetos futuros para aprimoramento dos sistemas; indicadores técnicos, operacionais e financeiros dos serviços.</p>
<p>Caracterização dos Serviços de Esgotamento Sanitário</p>	<p>Caracterização da cobertura e a identificação das populações não atendidas ou sujeitas a deficiências no atendimento a sistemas de esgotamento sanitário; avaliação da situação atual da geração de esgoto <i>versus</i> capacidade de atendimento pelos sistemas de esgotamento sanitário disponíveis; descrição e avaliação dos sistemas de esgotamento sanitário quanto à capacidade instalada frente à demanda atual e ao estado das estruturas implantadas; elaboração de mapas de abrangência dos sistemas; identificação de projetos futuros para aprimoramento dos sistemas de esgotamento; análise dos processos e resultados do monitoramento da quantidade e qualidade</p>

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Seção	Conteúdo
	dos efluentes, quando implantados; existência de outorga para lançamento de efluentes; dados da avaliação das condições dos corpos receptores, quando existentes; indicadores técnicos, operacionais e financeiros dos serviços.
Caracterização dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Diagnóstico da geração de resíduos sólidos, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas; identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos; identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico ou a sistema de logística reversa; procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos, observadas as demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual; definição das responsabilidades quanto à implementação e operacionalização do Plano, identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos; análise da situação da gestão do serviço de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; descrição e análise da situação dos sistemas de acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, manuseio, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos do município; elaboração de mapas com a localização das principais estruturas que compõe o serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, indicando a setorização da coleta de resíduos sólidos, com as respectivas frequências; identificação de lacunas no atendimento à população; identificação da cobertura da coleta porta a porta, bem como das áreas de varrição, identificando a população atendida; análise dos serviços de varrição e serviços especiais; identificação das formas da coleta seletiva; quando existirem; análise da atuação dos catadores, nas ruas ou nos lixões (quando existirem), identificando seu potencial de organização; avaliação das soluções adotadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde elaborado pelos geradores dos resíduos e identificação da abrangência da coleta e destinação final destes resíduos; avaliação das soluções adotadas na gestão dos resíduos da construção civil; quando o município já possuir Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, avaliar o atendimento das condições especificadas.
Caracterização dos Serviços de manejo das águas pluviais e drenagem urbana	Análise crítica dos sistemas de manejo e drenagem das águas pluviais (macro drenagem e micro drenagem) e das técnicas e tecnologias adotadas; identificação de lacunas no atendimento pelo Poder Público, com análise do sistema de drenagem existente quanto à sua cobertura, capacidade de transporte e estado das estruturas; identificação das deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos; análise das condições de operação e manutenção dos sistemas existentes; estudo das características morfológicas e determinação de índices físicos (hidrografia, pluviometria, topografia e outros) para as bacias e microbacias, em especial das áreas urbanas; caracterização e complementação da indicação cartográfica das áreas de risco de enchentes, inundações, escorregamentos, em especial para as áreas urbanas e, quando possível, destacando hidrografia, pluviometria, topografia, características do solo, uso atual das terras,

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Seção	Conteúdo
	índices de impermeabilização e cobertura vegetal; avaliação dos estudos elaborados para o município, quanto ao zoneamento de riscos de enchentes para diferentes períodos de retorno de chuvas; análise dos processos erosivos e sedimentológicos e sua influência na degradação das bacias e riscos de enchentes, inundações e escorregamentos; elaboração de mapas com a localização dos principais componentes do sistema de drenagem urbana, indicando as áreas críticas e identificando o tipo de pavimentação, sempre que possível.
Metodologias participativas para elaboração do Diagnóstico	Estratégias de mobilização e de divulgação utilizadas, incluindo os materiais produzidos, lista de presença, fotos e uma ata da oficina para diagnóstico do município (ver item 5.6), com os principais aspectos discutidos, além do atendimento ou não às colocações apresentadas pelos participantes; relato sobre o encontro com o GT-PMSB para apresentação da versão preliminar do Diagnóstico.

4.1.2. Produto 3 – Elaboração do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações

✓ Prognóstico (Volume 1)

O prognóstico é uma projeção das demandas futuras sobre os serviços de saneamento, tomando-se como base a situação atual identificada no diagnóstico (daí a importância de se ter um diagnóstico bem realista, de forma que a projeção retrate demandas futuras mais condizentes).

O desenvolvimento do Prognóstico se guiará pela:

- Realização do estudo de projeção populacional por diferentes métodos, que serão estimadas para um período de 20 anos, e terão como base os censos demográficos oficiais do IBGE; avaliações de projetos e outros estudos demográficos existentes; evolução do número de habitações cadastradas na Prefeitura; evolução do número de consumidores de energia elétrica; contagem direta de casas, em campo, sempre que possível; contagem direta de edificações em aerofotos ou mapas aerofotogramétricos cadastrais atuais e antigos, sempre que possível, sendo escolhida ao final uma projeção populacional a ser utilizada no restante do estudo;

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- b) Definição de variáveis relacionadas aos serviços de saneamento, para construção dos cenários, como unidade territorial, percentual de atendimento pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, coleta de resíduos sólidos, cobertura de coleta seletiva, cobertura de microdrenagem; domicílios acometidos por inundações, entre outras;
- c) Elaboração de cenários de planejamentos futuros distintos, que representem aspirações factíveis de serem atendidas nos prazos estabelecidos, estabelecendo-se hipóteses de variação das variáveis e de atendimento das metas futuras que vislumbrem diferentes horizontes de demandas e de planejamento, considerando prazos imediatos (anual ou até 2 anos), de curto prazo (entre 2 e 4 anos), médio prazo (entre 4 e 8 anos) e longo prazo (acima de 8 e até 20 anos);
- d) Seleção do cenário normativo que melhor compatibilize a qualidade e quantidade da prestação dos serviços conforme as demandas estudadas.

Esse Produto abordará também as alternativas institucionais para o exercício das atividades de planejamento, prestação de serviços, regulação, fiscalização e controle social, sugerindo/definindo órgãos municipais competentes para criação ou reformulação do existente.

✓ Programas, Projetos e Ações (Volume 2)

Com base no Produto 2 e Prognóstico serão propostos o objetivos e metas e os programas, projetos e ações a serem realizados para atingimentos desses objetivos e cumprimento das metas. Os objetivos e metas de curto, médio e longo prazos definidos serão compatíveis com os objetivos de universalização do Plano Nacional de Saneamento Básico e também com outros planos regionais/locais correlacionados.

Nesse Produto será apresentada a hierarquização das áreas de intervenção prioritária, sendo posteriormente propostas ações e metas compatíveis com essa hierarquização.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



O conteúdo dos programas englobará aspectos de ordem técnica e institucional, incluindo questões afetas ao planejamento e à prestação dos serviços, à sua regulação e fiscalização e ao controle social. As metas consideradas para cada ação apresentam-se divididas em quatro períodos ao longo do horizonte de 20 anos do Plano, segundo a sua urgência de implementação e viabilidade de concretização nos prazos estipulados, assim considerados: prazos imediatos (até 2 anos), de curto prazo (entre 2 e 4 anos), médio prazo (entre 4 e 8 anos) e longo prazo (acima de 8 e até 20 anos).

Os Programas, Projetos e Ações necessárias para atingir os objetivos e metas serão compatíveis com os respectivos Planos Plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento e as formas de acompanhamento, avaliação e de integração entre si e para todas as ações será apresentada uma memória de cálculo com a indicação das fontes de referência utilizadas.

Conforme apresentado no TDR do ato convocatórios, serão elaborados, no mínimo, Programas que promovam o Direito à Cidade, a Saúde e a Qualidade de Vida, a Sustentabilidade Ambiental, a Melhoria do Gerenciamento, da Prestação dos Serviços, e da Sustentabilidade.

Neste produto também serão apresentados indicadores de monitoramento básicos para a prestação dos serviços, os quais serão objeto de detalhamento no produto posterior (Produto 4), referente aos mecanismos de avaliação das ações do Plano e da prestação dos serviços.

Assim como para o Diagnóstico, antes do fechamento, esse Produto será apresentado ao Grupo de Acompanhamento do PMSB (GT-PMSB) no município, de forma a serem discutidas a prévia do Produto a ser entregue, para que sejam inseridas no produto as contribuições do grupo.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



4.1.3. Produto 4 – Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Emergências e Contingências

✓ Ações para Emergências e Contingências (Volume 1)

Nesse produto serão estabelecidas as ações para emergência e contingência em imprevistos de riscos de contaminação, incômodos a população, interrupções dos serviços, casos de racionamento e aumento de demanda temporária, assim como para solucionar problemas em função de falhas operacionais. O produto a ser apresentado estabelecerá os planos de Racionamento e Atendimento a Aumentos de Demanda Temporária; regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços públicos de saneamento básico em suas 4 (quatro) vertentes, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência para cada uma delas; diretrizes para a articulação com os Planos Municipais de Redução de Risco e para a formulação do Plano de Segurança da Água. Para elaboração desse produto serão consultadas fontes oficiais, documentos técnicos/planos já elaborados com essa temática, realizadas buscas por eventos já ocorridas e estudadas quais ações foram tomadas, além de contar com a experiência da equipe da Projeta Engenharia em ações desse cunho.

✓ Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB (Volume 2)

Os Planos Municipais de Saneamento Básico devem ser revisados periodicamente, de forma articulada com as Políticas Municipais de Saúde, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano e Rural e de Habitação. Existem diversas formas de se avaliar o desempenho de ações, sendo a mais difundida a metodologia baseada no uso de indicadores, instrumentos de apoio ao monitoramento da eficiência e da eficácia das ações do PMSB. Nesse sentido, a Projeta Engenharia irá propor indicadores que permitam o acompanhamento e avaliação dos objetivos, metas, programas e ações propostos, abrangendo os aspectos técnico, operacional, econômico-financeiro, ambiental, social, institucional e de saúde.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Para avaliação sistemática das ações programadas, além de elaborar um conjunto de indicadores para monitoramento e avaliação dos resultados do PMSB, será proposta a constituição de uma comissão de acompanhamento e avaliação formada por representantes, autoridades e/ou técnicos das instituições do Poder Público Municipal, Estadual e Federal relacionadas com o saneamento ambiental, além de membros da Defesa Civil, dos Conselhos Municipais de Saneamento, Saúde, Meio Ambiente e de representantes da Sociedade Civil, podendo ser os mesmos integrantes do GT-PMSB com o adendo de outros membros.

Nesse Produto serão sugeridos ainda as atividades para a divulgação das ações e mecanismos de controle social para o município, sendo esse já previsto em Lei.

Para elaboração desse produto serão consultadas fontes oficiais, documentos técnicos/planos já elaborados com essa temática, realizadas buscas por estudos e propostas já elaboradas, e estas serão estudadas e analisadas (contando nesse caso com a experiência da equipe da Projeta Engenharia em ações desse cunho) para que possam ser propostos mecanismos de acordo com a realidade do município).

4.1.4. Produto 5 – Elaboração do Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico

O sistema de informações Municipal de Saneamento Básico é uma exigência legal da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007). Sendo assim, a Projeta irá elaborar um produto com as diretrizes necessárias para elaboração e implantação desse sistema. A descrição e/ou especificação do sistema de informações desejado deve buscar objetividade e discriminar, o mais detalhadamente possível, os processos que o sistema deverá abranger (e, dentro de cada processo, quais as funcionalidades e limitações esperadas). O sistema a ser proposto deve ser capaz de coletar e armazenar dados e processá-los com o objetivo de produzir informações. Ressalta-se que o grau de complexidade desse sistema irá variar em função da necessidade do município, sendo que ele deverá ser articulado com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



O termo de referência para o sistema preverá indicadores de fácil obtenção, apuração e compreensão, confiáveis do ponto de vista do seu conteúdo e fontes e que sejam capazes de medir os objetivos e as metas estabelecidos no Plano, conforme apresentado no TDR.

Para a composição inicial desse sistema, será entregue junto ao Termo de Referência do sistema um arquivo no formato *xls*. ou *xlsx*. com a sistematização dos dados técnicos coletados para os quatro eixos do saneamento básico, necessários para o cálculo dos indicadores propostos e seus valores iniciais, quando esses forem existentes. Poderão ser utilizados para tal os indicadores propostos no Produto 4, desde que os mesmos sejam possíveis de calcular com os dados obtidos na fase de diagnóstico.

Para elaboração desse produto serão consultados os sistemas já existentes e em operação no município, a capacidade do município em operar sistemas informatizados, avaliados os sistemas nacionais e estaduais de informação (como o SNIS e o e-SUS), e um técnico em Tecnologia da Informação (TI) será responsável por propor as especificações necessárias para cada município.

4.1.5. Produto 6 – Elaboração do Documento Síntese do PMSB (Relatório Final)

Nesta etapa será elaborado um relatório síntese dos produtos anteriormente descritos, constituindo-se a materialização do Plano Municipal de Saneamento Básico. Este relatório síntese apresentará linguagem acessível, abrangência e independência para entendimento, podendo ser utilizado para consulta às propostas e demais assuntos abordados no PMSB, sendo os volumes dos demais produtos utilizados para análises técnicas mais aprofundadas dos seus conteúdos. O Produto será elaborado com um *layout* criativo, de forma a facilitar a leitura do mesmo.

Esse Produto será composto ainda das Minutas de Regulação dos serviços, sendo:

- Minutas de Regulamento da Política Municipal de Saneamento Básico, que terá como anexo o PMSB do município;

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- Minutas de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água;
- Minutas de Regulamento dos Serviços de Esgotamento Sanitário;
- Minutas de Regulamento dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos;
- Minutas de Regulamento dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

4.2. Bases para Elaboração do Trabalho

Os documentos técnicos do PMSB do município de Mulungu do Morro, que deverão ser apresentados para aprovação, conforme Termo de Referência (Ato Convocatório Nº 026/2016 Contrato de Gestão Nº 014/ANA/2010), serão elaborados considerando a dinâmica da bacia hidrográfica do rio São Francisco. A análise dos aspectos espacial e temporal dessa dinâmica será determinante para o conhecimento atualizado do município em questão, sob o aspecto de inserção na bacia, além de direcionar a proposição de ações estruturantes e de gestão ambiental.

As relações políticas e os programas regionais existentes do município de Mulungu do Morro serão consideradas e verificadas no âmbito da região do Médio São Francisco, além de se avaliar as cooperações intermunicipais, mesmo que ultrapassem os limites das RPGAs deste estudo.

A construção dos produtos deste PMSB será norteadada por observação de dados secundários, complementados por dados primários, sempre que necessário. Essas informações serão levantadas por meio de visitas de campo que contemplarão os quatro eixos do saneamento básico, realizadas com o acompanhamento de representantes técnicos municipais. Além disso, serão aplicados questionários e entrevistas junto aos prestadores de serviços, ao corpo técnico da Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro e à população.

Visando o bom desenvolvimento do PMSB e tendo como referência o cronograma planejado para a sua execução, poderão ser realizadas inferências, análises

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



qualitativas ou emprego de metodologias alternativas para a continuidade dos trabalhos no caso de escassez de dados considerados imprescindíveis.

As proposições técnicas deverão associar, sempre que possível, todos os municípios contemplados nessa contratação, e devem também abranger outros municípios próximos que possam ser relevantes para as soluções propostas.

Por fim, para a elaboração de todo o processo desse PMSB, serão considerados os seguintes dados e informações, julgados fundamentais:

DADOS E INFORMAÇÕES GERAIS	
Dados e Informações	Fontes
<ul style="list-style-type: none"> • Base cartográfica georreferenciada do município (com malha urbana, hidrografia, uso e ocupação do solo, zoneamento urbano, Áreas de Preservação Permanente (APPs), Áreas de Preservação Ambiental (APAs), setores censitários, loteamentos, etc.) • Dados físicos (geomorfologia, geologia, hidrologia, etc.) • Acessos e rotas • PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social • Legislação complementar (Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, Código de Posturas, etc.) • Estudos, Projetos e Planos existentes ou em elaboração dos setores interrelacionados ao saneamento básico • Demografia, infraestrutura, saneamento, renda, etc. • Curvas de nível das áreas urbanas municipais (de preferência, a cada 2m) • Plano Diretor Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Secretaria do Meio Ambiente (SEMA); Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) ➤ Agência Nacional de águas (ANA) ➤ Sistema Nacional de Dados Ambientais (SINDA) ➤ Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS) ➤ Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) ➤ Ministério do Meio Ambiente (MMA) e das Cidades (MC) ➤ Serviço Geológico do Brasil (CPRM) ➤ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ➤ Prefeitura Municipal ➤ CBHSF, CBH Médio São Francisco, CBH Verde e Jacaré, e CBH Lago de Sobradinho ➤ Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA); Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos (SEIA); Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB) ➤ Projeção da Demanda Demográfica Habitacional, o Déficit Habitacional e Assentamentos Precários (Ministério das Cidades) ➤ Censo IBGE 2010 ➤ Estudos, Projeto e Planos existentes ou em elaboração dos setores interrelacionados ao saneamento básico ➤ Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



SETOR DE SAÚDE	
Dados e Informações	Fontes
<ul style="list-style-type: none"> Plano de contingência no combate e controle do avanço da dengue; Índice de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; Dados oficiais das prefeituras sobre doenças de veiculação hídrica e ações de controle de vetores 	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria de Saúde Departamento de Vigilância Epidemiológica IBGE SISAB
EIXOS DO SANEAMENTO BÁSICO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
Dados e Informações	Fontes
<ul style="list-style-type: none"> Demografia: domicílios e população atendida (urbana e rural) Base cadastral dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário Dados financeiros <ul style="list-style-type: none"> Valores faturados de água e esgoto, por categoria; Investimentos realizados nos Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) nos últimos 10 anos; Planos de metas. Dados físicos <ul style="list-style-type: none"> Número de ligações e economias de água e esgoto ativas e inativas, por categoria (residencial, comercial, industrial, pública, mista); Volume produzido de água (m³); Volume medido e faturado de água e esgoto; Extensões de redes e adutoras de água e redes/coletores/interceptores e emissários de esgoto; Sistemas de tratamento de esgoto: volume tratado, tipo de tratamento, condições de operação, qualidade do efluente final, etc. Indicadores <ul style="list-style-type: none"> Índice de atendimento em abastecimento de água, coleta de esgotos e tratamento de esgotos; Consumo de água (m³/mês), por categoria; Tarifa média (R\$/m³) de água e esgoto; Hidrometração (%), por categoria; Índice de perdas por 	<ul style="list-style-type: none"> IBGE Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) Prefeitura Municipal Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) SEIA CERB Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS (Ministério das Cidades) Esgotamento Sanitário: Panorama para o Semiárido Brasileiro (Instituto Nacional do Semiárido - INSA, 2014) Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas (ANA, 2017) Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 (IBGE) Disponibilidade e Demandas de Recursos Hídricos no Brasil (ANA, 2007) Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PBHSF) 2004-2013 (CBHSF, 2004) – Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco, ANA/GEF/PNUMA/OEA Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF, 2015), Plano de Recursos Hídricos do Estado da Bahia (PERH-BA, 2005) e Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Verde e Jacaré, Ações de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MMA); Programa Água Doce (PAD) – Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU)/MMA Programa Monitora – Relatório Anual de Qualidade das Águas do Estado da Bahia - Instituto do Meio Ambiente e

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



faturamento e micromedição	Recursos Hídricos (INEMA, 2015) ➤ Recursos Hídricos em Regiões Áridas e Semiáridas (INSA, 2011)
----------------------------	--

EIXOS DO SANEAMENTO BÁSICO – LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Dados e Informações	Fontes
<ul style="list-style-type: none"> • Condições da gestão e operação dos serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final • Produção de resíduos domiciliares, de construção civil, de saúde, industriais e da agroindústria • Áreas clandestinas de disposição • Lixões e aterros desativados (passivos ambientais) • Área de atendimento, frequência da coleta e equipamentos; Condições de operação, saúde e segurança do trabalho • Custo de coleta, transporte e disposição final de resíduos; Custo dos serviços para o município; Situação contratual dos serviços prestados por terceiros • Programas existentes e planejamentos complementares e alternativos que envolvam os resíduos sólidos • Resíduos de lodo de Estações de tratamento de água (ETAs) e Estações de tratamento de esgoto (ETEs) • Resíduos da zeladoria do município (limpeza de bocas-de-lobo, desassoreamento de córregos e canais, poda e jardinagem, varrição, etc.) • Coleta seletiva e informações sobre a sociedade civil organizada para a coleta 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ SEIA ➤ CERB ➤ EMBASA ➤ Prefeitura Municipal ➤ INEMA ➤ SNIS ➤ IBGE ➤ Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia (SEDUR, 2010) ➤ Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos - Manual de Orientação (MMA, 2017) ➤ INEMA ➤ Lei Federal N° 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

EIXOS DO SANEAMENTO BÁSICO – DRENAGEM URBANA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Dados e Informações	Fontes
<ul style="list-style-type: none"> • Dados de estações pluviométricas e fluviométricas • Dados de estações climáticas que estejam presentes dentro do perímetro de estudo e em um raio de 50-100 Km • Mapas de riscos de inundação; Mapas hipsométricos • Plano de Contingência para Chuvas • Cadastro das redes de macro e microdrenagem • Ocorrência de inundações e alagamentos • Levantamento topográfico • Dados hidrológicos e climatológicos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ INMET ➤ SEIA ➤ Estudos existentes e/ou em elaboração ➤ Prefeitura Municipal ➤ ANA (HidroWeb) ➤ SINDA

Para realização do levantamento de dados secundários de maneira uniforme e visando complementar as informações não disponíveis em fontes oficiais, foram

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



elaborados os formulários (checklists) que serão aplicados quando das visitas ao município e também encaminhados às respectivas equipes técnicas da prefeitura municipal responsáveis por cada eixo do saneamento, para complementação das informações. Para realização do diagnóstico, a equipe da PROJETA irá consistir todas as informações resultantes dos formulários, que também serão apuradas nas visitas de campo, assim como nas diferentes esferas de participação, inclusive quando da realização dos eventos de mobilização social, conforme planejamento constante do item 5.6 deste documento.

Os dados disponíveis e necessários para elaboração dos documentos técnicos previstos, em relação aos eixos de saneamento, abastecimento de água e esgotamento sanitário, serão solicitados pela PROJETA junto à Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro e à concessionária ou autarquia municipal responsável (se for o caso).

Assim como acontece na maioria dos municípios brasileiros, a drenagem urbana é o eixo do saneamento que apresenta um cenário de menor disponibilidade de dados nos municípios. Não existem informações, projetos, estudos e até mesmo cadastro das redes nessa esfera do saneamento. Dessa maneira, a evolução do documento técnico desse tema será fundamentada nas informações primárias das visitas de campo e entrevistas junto aos técnicos das Secretarias Municipais, assim como à população.

Na Tabela 4-2 são apresentados os contatos principais da Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro.

Tabela 4-2 – Contatos principais em Mulungu do Morro (Pontos focais)

Município de Mulungu do Morro			
Nome	Telefone	Setor	E-mail
Elselei Alves	(74) 99194-5525	Secretaria de Administração	elsisales@hotmail.com

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Município de Mulungu do Morro			
Nome	Telefone	Sector	E-mail
Sinvaldo	(74) 99938-9765	Secretaria de Meio Ambiente	silval.alves243@hotmail.com

Para o acompanhamento das atividades de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mulungu do Morro, a serem realizadas pela PROJETA, é importante destacar a formação do Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT-PMSB). Ressalta-se a importância desse grupo, que terá o objetivo de construir um Plano realista e adequado, no âmbito do contexto municipal. Esse grupo deve ser designado pelo gestor executivo, sendo oficializado por meio de portaria ou decreto municipal, o mais breve possível, para que os trabalhos possam ser iniciados.

É importante destacar também o acompanhamento realizado pelo Comitê, principalmente por meio de sua Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco. Todas as informações, bem como eventos e reuniões relacionadas aos trabalhos de elaboração do PMSB de Mulungu do Morro serão divulgadas pelas mídias sociais do CBHSF. Os produtos devidamente aprovados pela Agência Peixe Vivo também serão disponibilizados para consulta no site do comitê: www.cbhsaofrancisco.org.br.

Os dados secundários aqui referenciados serão acessados por meio de consultas diretas junto às fontes oficiais – disponíveis na internet, em publicações ou outros documentos de livre acesso –, ou por meio de solicitação junto aos órgãos públicos, secretarias ou afins. A Agência Peixe Vivo está disponível, sempre que necessário, a realizar a interlocução junto aos organismos competentes, visando agilizar o andamento dos trabalhos, contextualizando a necessidade de acesso aos dados solicitados, essenciais para a elaboração do PMSB de Mulungu do Morro.

Um dos pilares previstos na Lei Federal nº 11.445/2007 e que orienta a construção dos Planos Municipais de Saneamento Básico é a participação social, efetivada por meio do envolvimento de atores estratégicos diversos, que podem ou não ter o

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



conhecimento técnico. Esses atores, na maioria das vezes, são cidadãos que possuem amplo conhecimento, experiência e vivência locais, e que contribuem de maneira efetiva para que o Plano construído seja realista e adequado à situação atual de cada município. Considerando essa ampla participação social, a equipe multidisciplinar de profissionais qualificados da PROJETA, tem como foco a realização exitosa dos trabalhos previstos para elaboração do PMSB de Mulungu do Morro.

No âmbito da participação social, será fornecido um canal de Ouvidoria, sob responsabilidade da empresa PROJETA, possibilitando a manifestação cidadã. Por meio desse canal, serão recebidas sugestões, informações ou até mesmo reclamações que tenham relevância para os trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Qualquer informação poderá ser enviada por meio do e-mail ou telefone.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5 PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Este item apresenta o Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social como parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Mulungu do Morro, baseado na Proposta Técnica apresentada pela Projeta Engenharia, em atendimento ao “Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico da Agência de Bacias Peixe Vivo – Ato Convocatório 026/2016”, Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento / Item 4 – Planejamento Participativo e o Plano de Saneamento (Ministério das Cidades/2011) e na determinação da Lei 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Nestes documentos são estabelecidas as formas de participação e controle social das comunidades envolvidas com o PMSB, como condição básica para elaboração e legitimação do Plano. São descritas as ferramentas e métodos necessários à divulgação do processo de elaboração do mesmo, formas e canais de comunicação com a população, mecanismos que estimulem a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico, entre outras diretrizes.

O Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social é um planejamento considerado de suma importância para elaboração do PMSB, representando uma ferramenta eficaz e dinâmica para construção das políticas públicas, fundamentada na participação e no controle social, e dando a visibilidade necessária para todas as fases de construção do Plano, garantindo assim, o caráter participativo e informativo do processo, conforme estabelecido na lei nº 11.445/2007, que define o controle social e sistema de informação, como princípios fundamentais para elaboração do PMSB. Sendo assim, é necessário traçar estratégias que estimulem a participação social em todas as etapas da elaboração do PMSB.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



O artigo 3º Inciso IV das Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, cita o controle social como o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas públicas, de planejamentos e de avaliações, relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

A Mobilização e Comunicação Social ao longo da elaboração do PMSB de Mulungu do Morro favorece a oportunidade de a população conhecer a realidade do saneamento básico de seu município, e proporciona junto com o poder público, discussões sobre as carências e demandas municipais existentes, buscando soluções eficientes para o contexto regional, fazendo com que os munícipes sejam parte atuante na construção das políticas públicas.

As ferramentas definidas no plano de trabalho auxiliarão a difusão de informações de forma clara, objetiva e dinâmica, atendendo toda a população municipal, acolhendo dúvidas, críticas e sugestões, e as respondendo de forma satisfatória, evitando possíveis conflitos decorrentes da divulgação de informações incorretas e incoerentes com as ações a serem executadas. Para a realização das ações e eventos de educação ambiental, comunicação social, mobilização social e controle social tomaram-se como base os conceitos e considerações apresentadas nos itens a seguir.

Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº. 9795/1999 apresenta o conceito de Educação Ambiental:

“Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

O artigo 4º da referida lei, trata dos princípios básicos onde cita em seus incisos VII e VIII que a educação ambiental deve ser realizada com a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, e com o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural, e tem como objetivo trabalhar a educação ambiental de forma a analisar as particularidades das sociedades e trabalhar de maneira a atender as necessidades especiais de cada uma delas.

A Política Nacional de Educação Ambiental apresenta ainda seus objetivos fundamentais:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.”

(BRASIL, 1999).

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Nesse sentido, a educação ambiental torna-se uma ação pontual e permanente na elaboração do PMSB, pois possibilita por meio de ações articuladas com a comunidade local, a formação de possíveis multiplicadores e/ou agentes ambientais, bem como proporciona a emancipação dos atores sociais envolvidos na elaboração do Plano, que irão contribuir de forma mais crítica e eficaz nos seus meios de convívio, despertando o protagonismo popular para construção das políticas públicas.

Mobilização Social

A mobilização social ocorre sempre em prol de algo, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. De acordo com Toro & Werneck (1996), *“mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”*. Portanto, pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. E para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados contínuos.

De acordo com Piccoli *et al* (2015) a:

Mobilização social mediada pela população organizada, informada e atuante na exigência do cumprimento de seus direitos, com potencial crítico para observar, controlar, monitorar e cumprir seus deveres de não degradar e não desperdiçar o recurso natural.

Moradores e lideranças sociais voltadas para o desenvolvimento de ações de mobilização, comunicação, formação de tecnologias sociais que visem o controle social e a reivindicação qualificada sobre as ações de saneamento em suas

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



comunidades, contribuem para um melhor planejamento, execução e manutenção dos serviços de saneamento, aumentando as probabilidades de melhoria nas condições de saúde da população assistida, sempre tendo como ponto de partida as necessidades locais (Piccoli *et al.*, 2015).

A mobilização social também pode ser considerada como um ato de comunicação. E que não pode ser confundido com propaganda ou divulgação, pois exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que está sendo realizado e decidido no campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos.

Nesse sentido, para alcançar um objetivo é fundamental o empenho dos gestores municipais durante a elaboração e implementação do PMSB, devendo ainda contar com a participação democrática da comunidade. Deve-se buscar a conscientização e capacitação da população através de suas lideranças, para que essas participem de todas as etapas do processo de elaboração do plano, que acompanhem o atendimento as proposições sugeridas, e a execução das ações e metas elencadas para o horizonte de planejamento do PMSB e em suas revisões previstas pela Lei 11.445/07.

Dessa maneira, o processo de mobilização social é mais complexo e abrangente, sendo constituído por ações de educação ambiental e de comunicação social intimamente interligadas.

Controle Social e Participação Comunitária

O controle social no Brasil tem seu grande marco estabelecido pela Constituição Federal de 1988, a qual, pautando-se pelos princípios da descentralização e da participação popular, criou instrumentos para que a sociedade possa exercer o seu

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



papel, participando e controlando as ações do Estado na busca do bem comum e do interesse público. Um abrangente arcabouço de normas legais, voltado para a implementação de mecanismos de democracia participativa vem sendo produzido desde então.

Ressalta-se ainda que o controle social é a descentralização do Estado, motivando grupos de pessoas a solucionar problemas sociais, tendo este amparo legal e constitucional, ou seja, é a participação social na gestão pública. Esta participação se torna mais eficiente e constante porque a sociedade brasileira está mais participativa e preparada para reparar os conflitos sociais.

De acordo com Ministério do Meio Ambiente (2009)

Participação comunitária e Controle social – busca estimular os diversos atores sociais envolvidos para interagir de forma articulada e propositiva na formulação de políticas públicas, na construção dos planos municipais de saneamento, nos planos diretores municipais e setoriais, assim como na análise dos estudos e projetos realizados, no acompanhamento das obras em execução e na gestão dos serviços de saneamento. A ideia é que a comunidade seja mais do que a beneficiária passiva dos serviços públicos, seja atuante, defensora e proponente dos serviços que deseja em sua localidade, por meio de canais de comunicação e de diálogo entre a sociedade civil e o poder público.

Esta solução se torna mais rápida porque a própria sociedade que sofre com os conflitos é a mesma que busca os mecanismos para reparar essas deficiências. O Controle Social é um instrumento democrático no qual há a participação dos cidadãos no exercício do poder, colocando a vontade social como fator de avaliação para a criação e metas a serem alcançadas no âmbito de algumas políticas públicas. Ou seja, é a participação do Estado e da sociedade conjuntamente em que o eixo central é o compartilhamento de responsabilidades com o intuito de tornar programas públicos mais eficazes. Portanto, Controle Social é uma maneira de estabelecer um compromisso entre o poder público e a sociedade, com a finalidade de encontrar saída para os problemas econômicos e sociais.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5.1 Objetivos

Objetivo Geral:

Definir instrumentos, estratégias e mecanismos de mobilização e comunicação social que garantam à população de Mulungu do Morro o acesso à informação, participação e controle social, visando assegurar as condições necessárias para a elaboração, viabilização e legitimação do seu PMSB.

Objetivos Específicos:

- ✓ Divulgar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Mulungu do Morro;
- ✓ Apresentar a situação atual dos serviços prestados de saneamento básico do município de Mulungu do Morro aos gestores públicos e munícipes em geral;
- ✓ Apresentar e divulgar aos munícipes os Programas, Projetos e Ações necessários à execução do PMSB;
- ✓ Envolver a população nas discussões sobre as fragilidades e potencialidades referentes ao saneamento ambiental no município em questão;
- ✓ Definir estratégias de capacitação de lideranças e membros locais, visando fortalecê-los como agentes permanentes de controle social, divulgação e fiscalização do PMSB nas comunidades.
- ✓ Discutir sobre as implicações do saneamento básico na qualidade de vida da população;
- ✓ Conscientizar as comunidades para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação ambiental;
- ✓ Sensibilizar a comunidade quanto à relevância do PMSB e da participação social na sua elaboração e implementação, bem como no processo de fiscalização dos serviços de saneamento básico;
- ✓ Apontar diretrizes e propostas para soluções de problemas nos quatro eixos do saneamento, através da manifestação popular, a serem consideradas na construção dos diagnósticos e propostas do PMSB.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- ✓ Definir mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre os produtos elaborados, o processo e os eventos previstos;
- ✓ Definir canais para recebimento de críticas e sugestões, incluindo redes virtuais e formulários impressos no processo de elaboração do Plano;
- ✓ Definir meios para a realização de pré-conferências, seminários, oficinas e conferências públicas abertas à população das regiões administrativas e distritos, para discussão e participação na elaboração dos produtos do PMSB;
- ✓ Definir estratégias para o envolvimento dos vários atores e segmentos sociais do Município, considerando as formas em que são afetados pelo PMSB;
- ✓ Definir estratégias para estimular a cooperação entre os Municípios vizinhos, visando o benefício de soluções integradas de saneamento, considerando o pertencimento à mesma bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

5.2 Área de Abrangência do Plano

A área de abrangência compreende tanto a população urbana quanto a rural do município de Mulungu do Morro. Será disponibilizado um sistema amplo de divulgação, com canais diversos de comunicação, permitindo que o processo de Comunicação Social aqui proposto atinja todas as comunidades do território municipal. Inclusive com a utilização de canais de contatos ligados à internet, e também por meio de comunicados orais porta-a-porta e por via de instituições escolares, através de parcerias estabelecidas com as Secretárias Municipais de Saúde e de Educação.

Para facilitar a logística da mobilização social, o município foi dividido em setores de mobilização, previamente definidos entre o GT-PMSB e a equipe técnica de mobilização social da Projeta Engenharia, de modo a facilitar o processo de mobilização e também de comunicação social. Há setores contemplando a área rural e setores contemplando a área urbana do município, conforme pode ser observado na Figura 5.1.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



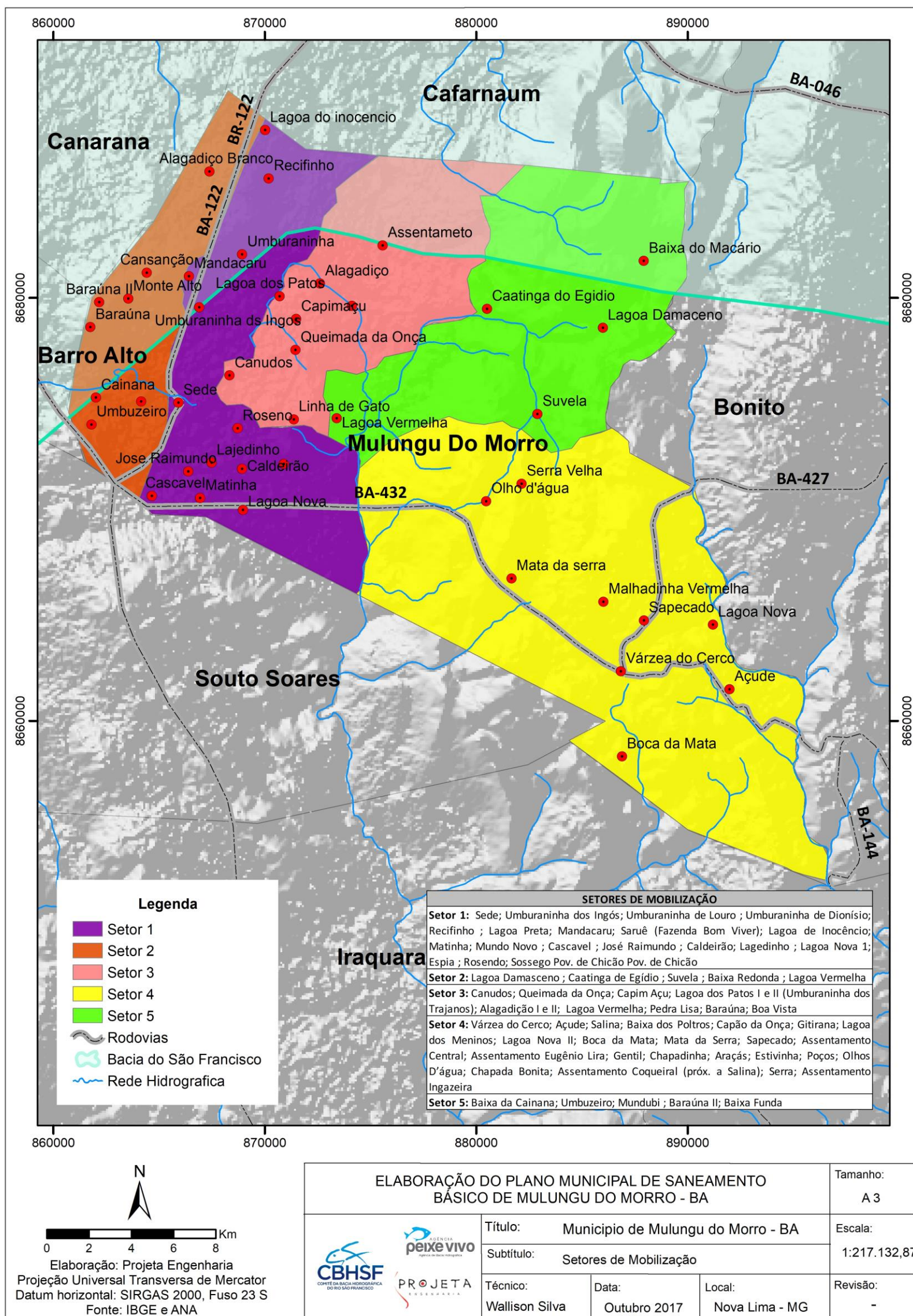


Figura 5-1: Setores de mobilização no município
 Fonte: PROJETA (2017)



5.3 Público Alvo

O público alvo desta proposta compreende prioritariamente a população do município de **Mulungu do Morro** em sua totalidade, mas a proposta em questão também atingirá um público diverso, pois está previsto canal de contato ligado à internet e rádio, além de eventos abertos à comunidade.

No entanto, parte das ações previstas tem como foco a sociedade civil organizada e instituições de interface com o tema, a saber: Conselhos Municipais, tais como de Saúde, Meio Ambiente e Educação, Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais instituições ligadas ao Meio Ambiente, entidades representativas de bairros e/ou regiões e comunidades do município, entre outras.

5.4 Ações e Atividades Propostas

As atividades de mobilização e comunicação social acontecerão para organização de insumos e divulgação preliminares, contemplando três fases distintas:

- Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Divulgação do Diagnóstico atual dos Serviços de Saneamento Básico;
- Divulgação do Prognóstico da Situação do Saneamento e dos Programas, Projetos e Ações do PMSB;

Para o município de Mulungu do Morro estão previstas as seguintes atividades:

- Reunião de nivelamento com gestores municipais e prestadores de serviços;
- Solenidade de assinatura do Termo de Compromisso entre o CBHSF, Agência de Bacias Peixe Vivo e as Prefeituras contempladas com a elaboração do PMSB (Ato Convocatório 026/2016);
- Oficinas Setoriais de Diagnóstico Técnico-Participativo;
- **Audiência Pública de apresentação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico do município de Mulungu do Morro;**
- Oficina de Educação Ambiental e Controle Social para o Saneamento Básico;

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- **Audiência Pública de apresentação do Prognóstico da Situação do Saneamento e dos Programas, Projetos e Ações do PMSB;**
- Solenidade de entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico.

5.5 Justificativa

O Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social trata a difusão das políticas públicas setoriais como um instrumento de estímulo à corresponsabilidade da sociedade nas ações da administração pública, possibilitando que o cidadão aproxime-se das instâncias de decisão e interfira no futuro da cidade, propondo ações para a melhoria da qualidade de vida dos municípios. E também pode ser considerado como proposições de mecanismos para estabelecer o convite à participação popular, que vai ao encontro da regulamentação e implantação das diretrizes nacionais para o saneamento básico e a respectiva política federal do setor, a Lei Nacional do Saneamento Básico nº 11.445/2007. O plano apresenta o detalhamento de todas as ações, os parceiros e atores envolvidos, as estratégias, os recursos materiais e o cronograma das ações para mobilização e comunicação social.

Portanto, o referido Plano justifica-se pela necessidade de garantir que o embasamento da comunidade seja valorizado e, representativo para o processo de elaboração do PMSB, o que garantirá um trabalho pautado pelas diretrizes do Estatuto das Cidades, definido na Lei nº 10.257/2001, sobretudo no que diz respeito ao item b, do inciso II, art.2º, que cita o “Direito da sociedade à participação na gestão municipal [...] na formulação, execução e avaliação dos planos de desenvolvimento urbano”.

5.6. Descrição das Atividades de Mobilização Social

Para a realização das atividades propostas no Plano de Mobilização Social serão identificados pela Projeta Engenharia, juntamente com o GT-PMSB, a caracterização dos grupos de atores e parceiros envolvidos, quais as possíveis

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



datas de realização dos eventos e das reuniões públicas a serem realizadas, e a infraestrutura disponível em cada setor de mobilização para a realização das atividades. Todas as atividades serão registradas através de ata simplificada, lista de presença e registro fotográfico.

5.6.1. Reunião de Nivelamento com Gestores Municipais e Prestadores de Serviços

Como primeiro contato formal entre a Projeta Engenharia e o município, foi realizada uma reunião inicial com a presença de membros da equipe técnica da Projeta Engenharia, gestores públicos municipais e prestadores de serviços no dia 22 de setembro de 2017. Os gestores municipais indicados a participar desta atividade são os que estarão mais a frente do acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Nesta atividade foram tratados os seguintes itens:

- Apresentação realizada pela Projeta Engenharia sobre as instituições envolvidas no processo de elaboração do PMSB de Mulungu do Morro, qual o papel de cada uma dessas instituições, explicações conceituais do que é um PMSB e qual sua importância para o município de acordo com a Lei Federal 11.445/2007;
- Instruções sobre a necessidade da formação do Grupo de Trabalho (GT) para acompanhamento e aprovação dos produtos a serem entregues pela Projeta Engenharia;
- Identificação das alternativas para envolvimento dos gestores na condução dos futuros trabalhos;
- Identificação das alternativas eficazes para o processo de mobilização social e divulgação no município;

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- Identificação de recursos humanos da administração que possam se tornar facilitadores para desenvolvimento do PMSB;
- Discussão dos pontos levantados pelos gestores municipais e acatamento das sugestões pertinentes.

5.6.2. Oficina Setorial de Diagnóstico Técnico Participativo

Para a realização das Oficinas Setoriais de Diagnóstico Técnico Participativo, serão considerados os setores de mobilização já apresentados no item 5.2, sendo realizada uma oficina por setor de mobilização. O público alvo para essa atividade é toda a população do município de Mulungu do Morro, além dos atores sociais dos segmentos envolvidos com a temática de saneamento básico, como prestadores de serviços, cooperativas/associações de trabalhadores com materiais recicláveis, grandes geradores de resíduos e efluentes, funcionários públicos, conselhos municipais, tais como de Saúde, Meio Ambientes e Educação, Organizações Não governamentais (ONGs) e demais instituições ligadas ao Meio Ambiente, entidades representativas de bairros e/ou regiões do Município, entre outros, de forma a permitir a atuação efetiva dos atores chaves no processo e elaboração do PMSB.

Para a realização desta atividade, os conhecimentos e experiências de cada participante são valorizados, ampliando o leque de discussões sobre o tema. A atividade terá duração média de duas a três horas, e tem como objetivo colher informações sobre a situação atual dos serviços prestados de saneamento básico no município de Mulungu do Morro, objetivando proporcionar subsídios para identificação e a busca para soluções dos problemas relacionados ao saneamento básico municipal e às suas interferências na qualidade de vida da população.

Nas oficinas setoriais serão tratados os seguintes itens:

- Definição e conceitos de saneamento básico, explicação do que é o PMSB, abordagem da legislação federal de saneamento básico e da política de

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



resíduos sólidos, qual sua importância para o município e para a qualidade de vida da população, quais são os quatro eixos do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais), e a importância da participação popular em todo o processo de elaboração e acompanhamento das ações do PMSB;

- Realização da dinâmica de Mapa Falado, tendo como objetivo central o apontamento realizado pelos participantes referente às potencialidades e fragilidades dos serviços de saneamento básico existentes no município, fazendo com que a população se sinta parte atuante do processo de construção do PMSB.

Ao término de cada oficina realizada serão indicados pelos participantes, no mínimo quatro delegados. Esses delegados terão a função de estarem presentes e representar os demais participantes nas futuras atividades de mobilização do PMSB.

Questionário de percepção e avaliação do saneamento básico municipal

De acordo com os setores de mobilização preestabelecidos no município, será utilizado um questionário de percepção ambiental e avaliação dos serviços e estruturas de saneamento básico municipal. Este questionário será aplicado por amostra nos setores de mobilização, e também estará disponível nos meios de comunicação digital do PMSB. O questionário faz parte do processo de diagnóstico técnico participativo do Plano, e procura atingir e escutar uma maior parcela da população, tornando amplo o conhecimento das condições, deficiências e potencialidades das estruturas e serviços de saneamento básico do município. Para entrega e aplicação dos questionários físicos, será firmada uma parceria entre a Projeta Engenharia e as Secretárias Municipais de Educação e Saúde, as quais irão

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



auxiliar no processo de aplicação e recolhimento dos questionários. Posterior à aplicação dos questionários, a equipe da Projeta Engenharia irá tabular e analisar os dados levantados. Os resultados obtidos irão incorporar o produto de Diagnóstico Técnico Participativo do município de Mulungu do Morro.

5.6.3. Reuniões interativas com o Grupo de Trabalho (GT-PMSB)

Durante o processo de mobilização social serão realizadas quatro reuniões entre a equipe técnica da Projeta Engenharia, o Grupo de Trabalho do PMSB, prestadores de serviços e membros das Secretarias municipais, como de Assistência Social, de Saúde, Educação, Planejamento Urbano e de Meio Ambiente, entre outros, sendo:

- Reunião para apresentação do Plano de Trabalho para o GT-PMSB;
- Reunião de discussão do Produto 2 com o GT-PMSB;
- Reunião de discussão dos Programas e Ações com o GT;
- Reunião para apresentação do Produto 3 para o GT-PMSB.

O principal objetivo dessas reuniões é construir o PMSB de maneira participativa, junto aos públicos de maior interface com o tema, fomentando a participação das instituições no processo, esclarecer dúvidas e nivelar informações durante a elaboração do PMSB. Nessas reuniões também serão discutidos com o GT-PMSB, os conteúdos dos produtos a serem entregues pela Projeta Engenharia, para que seja feito o apontamento de melhorias e aprovação do mesmo pelo GT. Além disso, todos os produtos serão previamente enviados ao GT-PMSB para recebimento de contribuição antes do envio da Versão final destes à contratante.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5.6.4. Oficina de Educação Ambiental e Controle Social para o Saneamento

Essa atividade tem como foco principal as fases posteriores à elaboração do PMSB, tem o objetivo de dar subsídio e instigar a participação da população no acompanhamento das ações e metas propostas no PMSB, para que estas possam ser acompanhadas com propriedade pelos munícipes. É proposta a realização de uma oficina por município, com duração média de 4 horas, sendo esta direcionada a articuladores locais, como profissionais da saúde, educação, resíduos sólidos, presidentes de associações, e demais atores com potencial para multiplicar tais informações. Essa atividade tem como intuito sensibilizar e correlacionar à importância do saneamento na melhoria da qualidade de vida social e ambiental do município. Na oficina serão tratados os seguintes temas:

- Panorama do saneamento básico em âmbito nacional, estadual e municipal;
- Definições e conceitos de controle social;
- Formas de auxiliar o processo de conscientização e dar subsídio para o exercício do controle social após a entrega do PMSB;
- A importância da responsabilidade compartilhada;
- Exemplos de órgão fiscalizadores que podem auxiliar no controle social e apresentação de experiências bem sucedidas do exercício do controle social.

A metodologia que será aplicada para realização dessa atividade será a partir de apresentação audiovisual, através de slides e vídeos didáticos relacionados ao tema, dinâmicas participativas, bem como a proposição de uma roda de conversa com o objetivo central de propor um debate relacionado ao tema tratado.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5.6.5. Audiências Públicas

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituições estaduais e Leis Orgânicas municipais. É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente. São discutidos também, os resultados de uma política pública, de leis, de empreendimentos ou serviços já implementados ou em vigor. É um mecanismo participativo de caráter presencial, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais. Nesse sentido, as audiências públicas previstas durante a elaboração dos PMSBs têm como objetivo principal consultar e divulgar para a população as informações obtidas em campo e escritório, confrontando-as com a percepção de seus munícipes e buscando a aprovação dos produtos elaborados pela equipe técnica da Projeta Engenharia.

Todas as audiências públicas propostas serão realizadas na sede municipal. Durante os eventos serão recepcionadas as sugestões e críticas ao material elaborado, de tal forma que, após a devida análise técnica sejam ou não agregados aos relatórios do PMSB. É esperado que as manifestações da sociedade sejam feitas na forma oral e escrita, uma vez que será incentivado a participação popular durante e após os eventos.

Será proposta a realização de duas audiências públicas, sendo:

- **1ª audiência pública:** terá o objetivo de apresentar e validar o Diagnóstico dos serviços de Saneamento Básico do município em questão. O rearranjo da dinâmica de apresentação é embasado na percepção da equipe técnica dos eixos e de mobilização social da Projeta Engenharia.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- **2ª audiência pública:** será de apresentação do Prognóstico, Programas, Projetos e Ações do PMSB. Essa audiência pública terá o objetivo de apresentar o cenário das demandas futuras, e as propostas para melhorias e adequações dos serviços de saneamento básico municipal, considerando o horizonte de planejamento do PMSB.

A metodologia para realização das audiências públicas será em forma de apresentação por slides. O Produto em questão será apresentado de forma oral, e posteriormente à apresentação será aberto debate do conteúdo exposto, onde os participantes terão espaço para apontar as considerações necessárias tanto de forma oral quanto escrita, por meio de formulários a serem disponibilizados pela equipe técnica da Projeta Engenharia no início das audiências. Todas as considerações orais serão anotadas pela equipe técnica, e se pertinentes serão incorporados ao Produto Final.

5.6.6. Solenidade de Entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico

Esta atividade refere-se a um momento solene da entrega do PMSB, a qual será entregue para os cidadãos a versão final do PMSB. Este será um momento muito significativo, pois os Produtos já terão sido validados pela população e por autoridades competentes, e estarão aptos para a serem encaminhados à Câmara Municipal para submissão do processo de aprovação e criação da Legislação Municipal de Saneamento Básico. A seguir estão detalhadas as ações e atividades propostas.

Na Tabela 5-1 estão detalhadas as ações e atividades propostas.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Tabela 5-1: Descrição das atividades de mobilização

		O que fazer	Objetivo	Como fazer	Recurso	Público	Quem	Quando
Atividades de mobilização	Oficinas Setoriais de Diagnóstico Técnico Participativo	Promover uma oficina participativa por setor de mobilização, abordando conceitos, características e interfaces dos serviços públicos de saneamento básico com o meio ambiente, saúde, educação, desenvolvimento econômico e social. Duração média de 3 horas.	Promover um espaço de informação e reflexão pertinentes ao saneamento básico, visando à sensibilização e conscientização das comunidades sobre a relevância do PMSB para melhoria das condições locais de saúde, educação, desenvolvimento econômico, ambiental e cultural, incentivando a participação cidadã na busca de soluções integradas de saneamento, além de colher informações acerca das potencialidades e fragilidades de cada setor de mobilização, onde as contribuições serão incorporadas ao Produto de Diagnóstico Técnico Participativo.	1-Elaborar uma programação com temas tais como: Situação atual do saneamento no Brasil e no mundo. Situação atual do saneamento no município. Interfaces com educação, saúde e desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental. As Leis Federais de saneamento básico e de resíduos sólidos. 2-Elaboração da dinâmica de cada seminário, considerando as discussões dos temas, as formas de receber e encaminhar as manifestações das comunidades. 3 - Contratar coffee break 4 - Elaborar formulário de propostas e sugestões 5 - Definir local e horário da atividade 6- Elaborar convites virtuais e impressos e encaminhar ao público almejado 7- Registrar (Ata simplificada, fotos e lista de presença) 8 -Avaliar (relatórios quantificando participantes e qualificando o grau de interesse participativo).	Local, convites, lanche, lista de presença, máquina fotográfica, certificado de comparecimento (virtual), material de apoio.	População geral do município, incluindo a área rural e urbana.	Equipe PROJETA ENGENHARIA	Entre 14 a 19 de dezembro de 2017
	Oficina de Educação Ambiental e Controle Social para o Saneamento Básico	Promover uma oficina na sede municipal com atores sociais que apresentem potencial de mobilizadores. Será abordando temas de educação ambiental para o saneamento básico em suas interfaces com a saúde e educação, desenvolvimento econômico e social, preservação ambiental, além de promover uma discussão de como pode ser exercido o controle social após a entrega do PMSB. Duração média de 4 horas.	Construir conhecimentos relacionados ao sistema de saneamento básico, visando capacitar agentes locais para divulgação e fiscalização do PMSB e para serem multiplicadores do senso de corresponsabilidade na eficiência dos sistemas públicos de saneamento.	1-Elaborar uma programação com temas tais como: Educação ambiental, saúde e saneamento. O papel do cidadão na implantação e manutenção de um sistema eficiente de saneamento e como exercer o controle social após a entrega do PMSB; 2 - Elaboração da dinâmica de cada seminário, considerando as discussões dos temas, as formas de receber e encaminhar as manifestações das comunidades. 3-Elaborar material de apoio pedagógico (cartilha impressa e virtual) 4- Contratar coffee break 5 - Definir local e horário da atividade 6-Elaborar convites impressos e digitais e encaminhar ao público almejado 7- Registrar (Ata simplificada, fotos e lista de presença)	Local, convites, lanche, lista de presença, certificados de comparecimento (virtual), material de apoio pedagógico (cartilha impressa e virtual).	Em torno de 40 pessoas, incluindo profissionais formais e não formais ligados às áreas de saúde, cultura, educação e saneamento (agentes de saúde, professores, lideranças comunitárias, membros dos comitês, EMBASA, limpeza urbana). Esses agentes capacitados serão referência constante do PMSB, divulgando informações, acompanhando e fiscalizando a execução dos planos.	Equipe PROJETA ENGENHARIA	Entre 16 a 30 de março de 2018

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio Institucional:



Execução:



		O que fazer	Objetivo	Como fazer	Recurso	Público	Quem	Quando	
Atividades de mobilização	Audiências Públicas	1ª	Promover uma conferência pública amplamente divulgada no município, pautada na apresentação do diagnóstico atual dos serviços de saneamento básico. Duração média de 3 horas.	Criar um espaço de diálogo organizado e transparente entre o poder público e a comunidade, visando à divulgação do diagnóstico e o fortalecimento da participação social com opiniões, críticas e sugestões para o plano de ação do PMSB.	1-Elaborar material de divulgação do diagnóstico do PMSB 2-Contratar coffee break 3-Definir local e horário 4-Elaborar formulários para manifestações da comunidade (propostas, crítica e sugestões) 5-Definir encaminhamento das manifestações da comunidade 6 - Elaborar e encaminhar convites impressos às autoridades locais 7 - Elaborar e encaminhar material para divulgação ampla (faixas, cartazes, redes sociais, jornais, 8 - Registrar (Ata simplificada, fotos e lista de presença)	Local, convites impressos, material divulgação ampla (faixas, cartazes, redes sociais, jornais, rádios, carro de som), lanche, lista de presença, máquina fotográfica, material de apresentação, formulários para manifestações.	População geral do município, incluindo a área rural e urbana.	Equipe PROJETA ENGENHARIA	Entre 15 a 31 de janeiro de 2018
		2ª	Promover uma conferência pública amplamente divulgada no município, pautada na divulgação dos programas e ações necessárias à efetivação das diretrizes orientadoras do PMSB. Duração média de 3 horas.	Criar um espaço de diálogo organizado e transparente entre o poder público e a comunidade, buscando convergências entre as propostas técnicas do PMSB e as manifestações populares manifestadas nos momentos anteriores, visando ao fortalecimento da participação social no compartilhamento da responsabilidade para a execução do PMSB.	1-Elaborar material de divulgação do prognóstico, programas, projetos e ações do PMSB 2-Contratar coffee break 3-Definir local e horário 4-Elaborar formulários para manifestações da comunidade (propostas, crítica e sugestões) 5-Definir encaminhamento das manifestações da comunidade 6 - Elaborar e encaminhar convites impressos às autoridades locais 7 - Elaborar e encaminhar material para divulgação ampla (faixas, cartazes, redes sociais, jornais, 8 - Registrar (Ata simplificada, fotos e lista de presença)	Local, convites impressos, material divulgação ampla (faixas, cartazes, redes sociais, jornais, rádios, carro de som), lanche, lista de presença, máquina fotográfica, material de apresentação, formulários para manifestações.	População geral do município, incluindo a área rural e urbana.	Equipe PROJETA ENGENHARIA PROJETA	Entre 15 a 31 de maio de 2018
		Encerramento e Celebração do PMSB	Promover um evento público no município pautado na conquista e entrega do PMSB. Duração média de 3 horas.	Celebrar a conquista do PMSB e seu significado para as comunidades, visando incentivar a continuidade da participação cidadã na implantação do PMSB e o fortalecimento da corresponsabilidade para a eficiência dos sistemas de saneamento.	1 - Elaborar uma programação cultural e festiva com temas locais 3-Elaborar apresentações formais (mais política que técnica) sobre PMSB 4 - Providenciar lanche 5 -Definir local e horário 6 - Elaborar e encaminhar convites às autoridades locais 7-Convidar toda a comunidade por meio de faixas e carro de som. 8 - Registrar (fotos e lista de presença)	Local, convites, lanche, máquina fotográfica e material de divulgação ampla (faixas, cartazes, redes sociais, jornais, rádios, carro de som).	População geral do município, incluindo a área rural e urbana.	Equipe PROJETA ENGENHARIA	Entre 03 a 11 de setembro de 2018

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio Institucional:



Execução:



5.7. Ferramentas de Comunicação do PMSB

Durante a elaboração do PMSB serão criadas diversas peças gráficas, com o intuito de comunicar e divulgar a população o seu andamento. Além disso, esses materiais terão conteúdos com linguagem adequada a cada público e a cada momento, considerando sempre a realidade municipal, e a fase de elaboração do respectivo Plano.

Será mantido o mesmo layout em todas as peças para garantir a identidade visual do PMSB de forma que estes sejam facilmente reconhecidos pela comunidade. Estas serão utilizadas não apenas para informar, mas também para auxiliar na participação da comunidade e para validação dos produtos elaborados.

Para alavancar o processo de inserção da sociedade nas discussões sobre saneamento básico, serão indicados aos municípios os instrumentos de comunicação social listados nos tópicos a seguir. Porém, serão utilizadas apenas as ferramentas que melhor atender a realidade do município e apresentar maior eficácia no alcance da comunicação popular, conforme sugestões apresentadas pelos mesmos durante visita ao município.

✓ Sites da Prefeitura e do CBHSF

Essa é a ferramenta mais ampla que tem como alvo todos os públicos. Será utilizada não apenas para que a comunidade possa acompanhar a elaboração, revisão e adequação do PMSB, mas também para acompanhar os produtos, realizar consultas, e tirar dúvidas através contatos disponibilizados no mesmo.

Visando criar um canal de interlocução permanente e facilitar o acesso do público em geral às informações sempre atualizadas sobre o PMSB, os processos de elaboração, revisão e adequação do Plano estarão disponibilizados em um link no site da Prefeitura Municipal (<https://www.mulungudomorro.ba.gov.br>) e também do CBHSF (<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/>).

No site da Prefeitura o link deverá conter também um espaço estruturado (formulário) para recebimento de dúvidas, comentários, críticas, elogios, etc. Esse

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



espaço deverá ser de livre acesso, mediante pequeno cadastramento (nome, endereço de e-mail) para retorno do contato feito. A prefeitura deverá disponibilizar pessoal para providenciar o recebimento do contato e encaminhamento para a Projeta Engenharia, responsável pela elaboração da resposta para o solicitante da informação. Quando a dúvida ou sugestão não for referente ao cenário de elaboração do PMSB, a demanda será encaminhada imediatamente ao GT-PMSB para que este administre suas ações. A estrutura organizacional dentro do site, bem como seu layout, deverá ser definida pelos responsáveis pelo domínio na prefeitura, em conjunto com o Comitê de Bacias Hidrográficas e a empresa Projeta Engenharia. Este link deverá estar de acordo com o layout das demais ferramentas informativas, visando à criação de uma identidade visual dos PMSB.

✓ **Linha telefônica para comunicação direta**

Como complementação ao site, visando um canal de contato para a população que não tem a ferramenta da internet a disposição, prevê-se a implantação de uma linha telefônica direta, através do telefone (31) 3347-4405/ (31) 99845-1861, da Projeta Engenharia, que funcionará em dias úteis, a partir do segundo mês do início do contrato. A mesma providenciará a resposta e retornará para o solicitante com esclarecimentos claros e objetivos. Quando a dúvida ou sugestão não for referente ao cenário de elaboração do PMSB, a demanda será encaminhada imediatamente ao GT-PMSB para que este administre suas ações.

✓ **Criação de página virtual em rede social**

Foi criada uma página no Facebook (<https://www.facebook.com/PMSB-Mulungu-do-Morro-888873567931115>), que permitirá a ampla divulgação e transparência das etapas de elaboração do PMSB, tendo como objetivo atingir públicos diversos, principalmente jovens e adolescentes em idade escolar e acadêmica (Figura 5.2). Durante a elaboração do PMSB o domínio e a administração da página ficarão a cargo da Projeta Engenharia, que após o encerramento da elaboração do plano, passará o domínio, administração e senhas para a Prefeitura Municipal.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Figura 5-2: Página do PMSB no Facebook

Fonte: Projeta (2017)

Além da página do Facebook, serão utilizados informativos e convites que serão encaminhados através do aplicativo telefônico WhatsApp. Tais materiais serão encaminhados para os membros do GT-PMSB, gestores municipais e participantes das atividades de mobilização, que preencheram seus contatos telefônicos nas listas de presença das atividades anteriores.

✓ **Confecção de faixas**

Para as audiências públicas serão confeccionadas faixas em tecido, fixadas em pontos estratégicos da cidade, como o objetivo de garantir um acesso mais rápido da população aos convites dos eventos.

✓ **Confecção de cartazes e convites individuais**

Poderão ser utilizados cartazes e panfletos no processo de comunicação social, no entanto, conforme relatos dos gestores municipais esses não foram os mais indicados para tal. Desta forma, serão confeccionados uma parcela menor dos mesmos, de modo a atender apenas alguns pontos específicos. Os cartazes terão como objetivo divulgar todos os eventos e serão fixados em pontos estratégicos do

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Município, como áreas comerciais; prédios de instituições públicas; associações de bairros; escolas de áreas urbanas, dentre outros. Os convites individuais serão entregues aos secretários do executivo, presidentes da câmara municipal e presidentes das associações de bairros, conselhos comunitários, lideranças locais; diretoras de escolas públicas, privadas e municipais; gestores dos serviços de água e esgoto, dentre outros. A distribuição de tais convites será auxiliada pelo grupo de trabalho do PMSB e pelas parcerias firmadas com as Secretarias Municipais de Educação e Saúde. Ressalta-se que esses materiais serão distribuídos com uma antecedência mínima de 10 dias em relação às datas de realização dos eventos.

✓ **Confecção de Cartilhas**

Durante a Oficina de Educação Ambiental para o Saneamento previsto nesse Plano de Trabalho será entregue a cartilha para auxiliar no processo de capacitação do tema. Além disso, o objetivo da elaboração dessa cartilha é multiplicar a informação, podendo também ser distribuída após a realização da oficina nas escolas e espaços que promovam a discussão em torno do tema.

✓ **Carro de Som**

Conforme relatos dos gestores municipais, essa é uma das ferramentas mais eficaz para mobilizar a comunidade no município. Destadesta forma, esse recurso será utilizado como forma de divulgação dos eventos do Plano.

✓ **Rádio e mídia impressa**

Poderão ser utilizados rádios comunitários para convidar a população a participar dos eventos de mobilização, bem como para comunicar sobre o andamento das demais atividades do Plano de Saneamento, uma vez que esta também foi uma ferramenta citada como eficaz durante reunião com os gestores municipais.

Estratégias de Divulgação

A divulgação dos eventos será feita a todas as comunidades (rural e urbana) dos setores de mobilização. Para tanto, os materiais gráficos elaborados serão distribuídos da seguinte forma:

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



- A distribuição dos folders deverá ser feita pelos agentes de saúde, e estarão disponíveis, também, em locais de grande circulação;
- Será disponibilizado também através de mensagens encaminhadas pelos WhatsApp e por e-mail;
- Os cartazes quando utilizados serão afixados em pontos estratégicos do município;
- Os convites serão encaminhados aos líderes comunitários e estes providenciarão o repasse da informação em suas respectivas áreas de atuação.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5.8. Cronograma de eventos

Tabela 5-2: Cronograma das atividades de mobilização

EVENTO	POSSÍVEIS LOCAIS	PROPOSTA DE DATA
Reunião de Nivelamento com Gestores Municipais e Prestadores de Serviços	Prefeitura	22/09/2017
Oficinas Setoriais de Diagnóstico Técnico Participativo	Câmara, conselhos, escolas, posto de saúde, associações de bairro, etc.	Entre 13 a 15 de dezembro de 2017
I Audiência Pública	Sede – local a definir	22 de janeiro de 2018
Oficina de Educação Ambiental e Controle Social para o Saneamento	Sede – local a definir	04 de junho de 2018
II Audiência Pública	Sede – local a definir	23 de abril de 2018
Cerimônia Festiva de encerramento e celebração	Sede – local a definir	07 de setembro de 2018

Fonte: Projeta Engenharia (2017)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5.9. Justificativa, Quantitativos e Custos dos Materiais de divulgação

A escolha e a definição do quantitativo dos materiais de divulgação a serem utilizados foram definidos com base na reunião inicial realizada com os gestores municipais e com referencia ao estudo preliminar do território do município. Os descritivos dos materiais que serão utilizados são apresentados na Tabela 5-3, Tabela 5-4 e Tabela 5-5.

Tabela 5-3: Mecanismos de divulgação do lançamento do PMSB

PROPOSTA:		
Campanha de Divulgação para Lançamento do PMSB		
Data do início da divulgação:	<u>Outubro/2017</u>	
Data do término da divulgação	<u>Novembro/2017</u>	
Recursos a serem utilizados (cartazes, outdoors, carro de som, rádio,	Quantitativos sugeridos (horas, volume, número, etc)	Custos estimados (R\$)
1- Rádio	7 dias/3x ao dia	R\$ 651,00
2- Jornal	1 Anúncio	R\$ 540,00
3- Planfeto	500	R\$ 1.000,00
4 - Mídia eletrônica (Facebook, WhatsApp e Sites)	-	R\$ -
Total dos serviços		R\$ 2.191,00
<p>Larissa Costa Silveira Nome do profissional responsável pelos trabalhos de Mobilização Social</p>		

Fonte: Projeta Engenharia (2017)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Tabela 5-4: Mecanismos de divulgação para Conferência Pública de apresentação do diagnóstico da situação atual dos serviços de saneamento básico

PROPOSTA:		
Conferência Pública para Apresentação do Diagnóstico da Situação Atual dos Serviços de Saneamento Básico		
Data do início da divulgação:	<u>Dezembro/2017</u>	
Data do término da divulgação	<u>Janeiro/2018</u>	
Data da audiência Pública	<u>Janeiro/2018</u>	
Capacidade de lugares recomendada:	(a ser definido em conjunto com a prefeitura)	
Local do Evento:	(a ser definido em conjunto com a prefeitura)	
Recursos a serem utilizados (cartazes, outdoors, carro de som, rádio,	Quantitativos sugeridos (horas, volume, número, etc)	Custos estimados (R\$)
1- Convites impressos	50	R\$ 125,00
2- Convite virtual	-	R\$ -
3 - Cartazes	25	R\$ 75,00
3- Jornal impresso	1 Anúncio	R\$ 540,00
4 - Carro de som	3 dias/3 horas por dia	R\$ 750,00
5 -Mídia eletrônica (Facebook, WhatsApp e Sites)	-	R\$ -
6 -Faixa de tecido	2	R\$ 72,00
7 - Rádio	7 dias/3x por dia	R\$ 651,00
Total dos serviços		R\$ 2.213,00
Larissa Costa Silveira		
Nome do profissional responsável pelos trabalhos de Mobilização Social		

Fonte: Projeta Engenharia (2017)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Tabela 5-5: Mecanismos de divulgação para Conferência Pública de apresentação das propostas de ações e programas para intervenção nos serviços de saneamento básico

PROPOSTA:		
Conferência Pública para Apresentação das Propostas de Ações e Programas para Intervenção nos Serviços de Saneamento Básico		
Data do início da divulgação:	<u>Abril/2017</u>	
Data do término da divulgação	<u>Mai/2018</u>	
Data da conferência Pública	<u>Mai/2018</u>	
Capacidade de lugares recomendada:	(a ser definido em conjunto com a prefeitura)	
Local do Evento:	(a ser definido em conjunto com a prefeitura)	
Recursos a serem utilizados (cartazes, outdoors, carro de som, rádio,	Quantitativos sugeridos (horas, volume, número, etc)	Custos estimados (R\$)
1- Convites impressos	50	R\$ 125,00
2- Convite virtual	-	R\$ -
3 - Cartazes	25	R\$ 75,00
3- Jornal impresso	1 Anúncio	R\$ 540,00
4 - Carro de som	3 dias/3 horas por dia	R\$ 750,00
5 -Mídia eletrônica (Facebook, WhatsApp e Sites)	-	R\$ -
6 -Faixa de tecido	2	R\$ 72,00
7 - Rádio	7 dias/3x por dia	R\$ 651,00
Total dos serviços		R\$ 2.213,00
Larissa Costa Silveira		
Nome do profissional responsável pelos trabalhos de Mobilização Social		

Fonte: Projeta Engenharia (2017)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



5.10. Modelos de mídias para divulgação dos eventos

A seguir, são apresentados modelos das mídias a serem utilizadas para divulgação dos eventos. Ressalta-se que as mesmas já foram apresentadas, discutidas e aprovadas por membro do CBHSF (Sr. Ednaldo Castro, coordenador da CCR Médio São Francisco), devendo ainda passar por discussão e aprovação junto à AGB Peixe Vivo.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO DE CARTAZ 1



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura Municipal de XXXX, comunicam a todos que está sendo elaborado o **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO** do Município.

O plano abrange os quatro componentes do Saneamento Básico, conforme preconiza a lei Federal nº 11.445/2007 sendo:

- ABASTECIMENTO DE ÁGUA
- ESGOTAMENTO SANITÁRIO
- DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS
- LIMPEZA URBANA E MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Participe!
Ajude a construir uma cidade melhor!



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO DE CARTAZ 2



A sua participação é fundamental para melhorar a saúde e a qualidade do ambiente da sua cidade.

Contribua com a construção do PMSB do seu município!

Participe!



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO DE PANFLETO

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

ÁGUA DA CHUVA DEVE SER DRENADA PARA EVITAR INUNDAÇÕES.

O ESGOTO DEVE SER TRATADO PARA MINIMIZAR A CONTAMINAÇÃO DOS CURSOS DE ÁGUA.

TODOS DEVEM RECEBER ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE ADEQUADA.

O LIXO DEVE SER REDUZIDO E DISPOSTO ADEQUADAMENTE.

**Participe!
Ajude a construir uma cidade melhor!**

REALIZAÇÃO: CBHSF
APOIO TÉCNICO: AGENCIA PEIXE VIVO
EXECUÇÃO: PROJETA ENGENHARIA

APOIO INSTITUCIONAL: AMÉRICA DOURADA, CANARIANA, ITAQUAÇU DA BAHIA, LAPÁD, MULLUNGU DO MURRO, PRESIDENTE DUTRA, REMANSO

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

O que é Saneamento Básico?
O saneamento básico é definido pela Lei Federal nº 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Para garantir saúde e qualidade de vida é necessário que a infraestrutura de saneamento básico acompanhe continuamente as necessidades da população

O que é o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)?
O PMSB é um documento de planejamento para futura elaboração de projetos e execução de serviços e obras relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem das águas de chuva. É um instrumento que define critérios, parâmetros, metas e ações para atendimento dos objetivos propostos na área do saneamento básico. O PMSB do seu município está em fase de elaboração e sua contribuição é muito importante. Este plano foi contratado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), viabilizado pelos recursos da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, visando melhorias nos aspectos ambientais e sociais na bacia.

Como posso contribuir?
A participação da população é fundamental para elaboração de um PMSB que realmente garanta o acesso aos serviços de saneamento básico, prestados com qualidade. Por isso, é muito importante que todos participem da construção desse Plano, contando quais as dificuldades enfrentadas e exigindo, posteriormente que as ações sejam implantadas. Faça sua parte! Participe dos eventos e contribua também com sugestões por meio dos canais de participação:

Telefone: (31) 3347-4405 ou Whatsapp (31) 99845-1861
Email: rafaela@projetaengenharia.eng.br/ larissa@projetaengenharia.eng.br
Facebook: www.facebook.com/ProjetaPMSB
Acesse nossos produtos no site: www.cbhsfsaofrancisco.org.br

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO – TEXTOS PARA CARRO DE SOM



TEXTO PARA CARRO DE SOM

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura Municipal de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para divulgação e discussão do **Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico do Município**, que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXX, nº XX – Bairro XXXXX, Bahia.



TEXTO PARA CARRO DE SOM

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura Municipal de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para discussão e aprovação dos **Programas e Ações para o município**, que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXX, nº XX – Bairro XXXXX, Bahia.



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO – IMPRENSA LOCAL

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE XXXX



TEXTO PARA IMPRENSA LOCAL

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura Municipal de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para divulgação e discussão do **Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico do Município**, que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXX, nº XX – Bairro XXXXX, Bahia.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão democrático, pautado na participação da sociedade, tendo como principal objetivo garantir à população melhoria da salubridade ambiental e promover a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana.

Sua participação é muito importante em todas as etapas do planejamento!

Dê sua contribuição!

REALIZAÇÃO APOIO TÉCNICO EXECUÇÃO

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO – IMPRENSA LOCAL

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE XXXX



TEXTO PARA IMPRENSA LOCAL

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura Municipal de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para discussão e aprovação dos **Programas e Ações para o município**; que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXX, Rua XXXXX, nº XX – Bairro XXXXX, Bahia.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão democrático, pautado na participação da sociedade, tendo como principal objetivo garantir à população melhoria da salubridade ambiental e promover a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana.

Sua participação é muito importante em todas as etapas do planejamento!

Dê sua contribuição!

REALIZAÇÃO APOIO TÉCNICO EXECUÇÃO
CBHSF AGÊNCIA **peixe vivo** PROJETA ENGENHARIA

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO – RÁDIO LOCAL

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
BÁSICO DE XXXX**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

TEXTO PARA RÁDIO LOCAL

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura Municipal de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para divulgação e discussão do **Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico do Município**, que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXX, nº XX – Bairro XXXXX, Bahia.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão democrático, pautado na participação da sociedade, tendo como principal objetivo garantir à população melhoria da salubridade ambiental e promover a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana.



Sua participação é muito importante!



**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
BÁSICO DE XXXX**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

TEXTO PARA RÁDIO LOCAL

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura Municipal de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para discussão e aprovação do **Programas e Ações para o município**, que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXX, nº XX – Bairro XXXXX, Bahia.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão democrático, pautado na participação da sociedade, tendo como principal objetivo garantir à população melhoria da salubridade ambiental e promover a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana.



Sua participação é muito importante!



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO REDE SOCIAL (FACEBOOK)

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE XXXX



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura do Município de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para divulgação e discussão do **Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico do Município**, que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXX, n° XX – Bairro XXXXX, Bahia.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão democrático, pautado na participação da sociedade, tendo como principal objetivo garantir à população melhoria da salubridade ambiental e promover a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana.

Sua participação é muito importante!

REALIZAÇÃO:  APOIO TÉCNICO:  EXECUÇÃO: 



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE XXXX



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF e a Prefeitura do Município de XXXX, convidam a população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**, para discussão e aprovação dos **Programas e Ações para o município**, que será realizada no dia XX DE XXXXXX DE 2017, no XXXXXXXXXXXX, Rua XXXXX, n° XX – Bairro XXXXX, Bahia.

O Plano Municipal de Saneamento Básico é um instrumento de gestão democrático, pautado na participação da sociedade, tendo como principal objetivo garantir à população melhoria da salubridade ambiental e promover a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e limpeza urbana.

Sua participação é muito importante!

REALIZAÇÃO:  APOIO TÉCNICO:  EXECUÇÃO: 



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



MODELO BANNER PARA SITE



Realização:



Apoio Técnico:



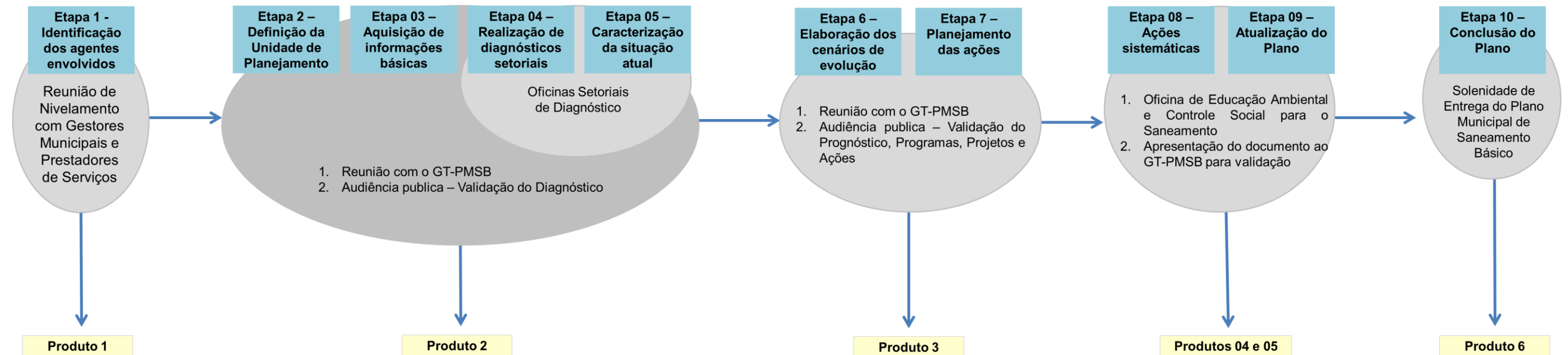
Apoio institucional:



Execução:



6 FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES TÉCNICAS E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



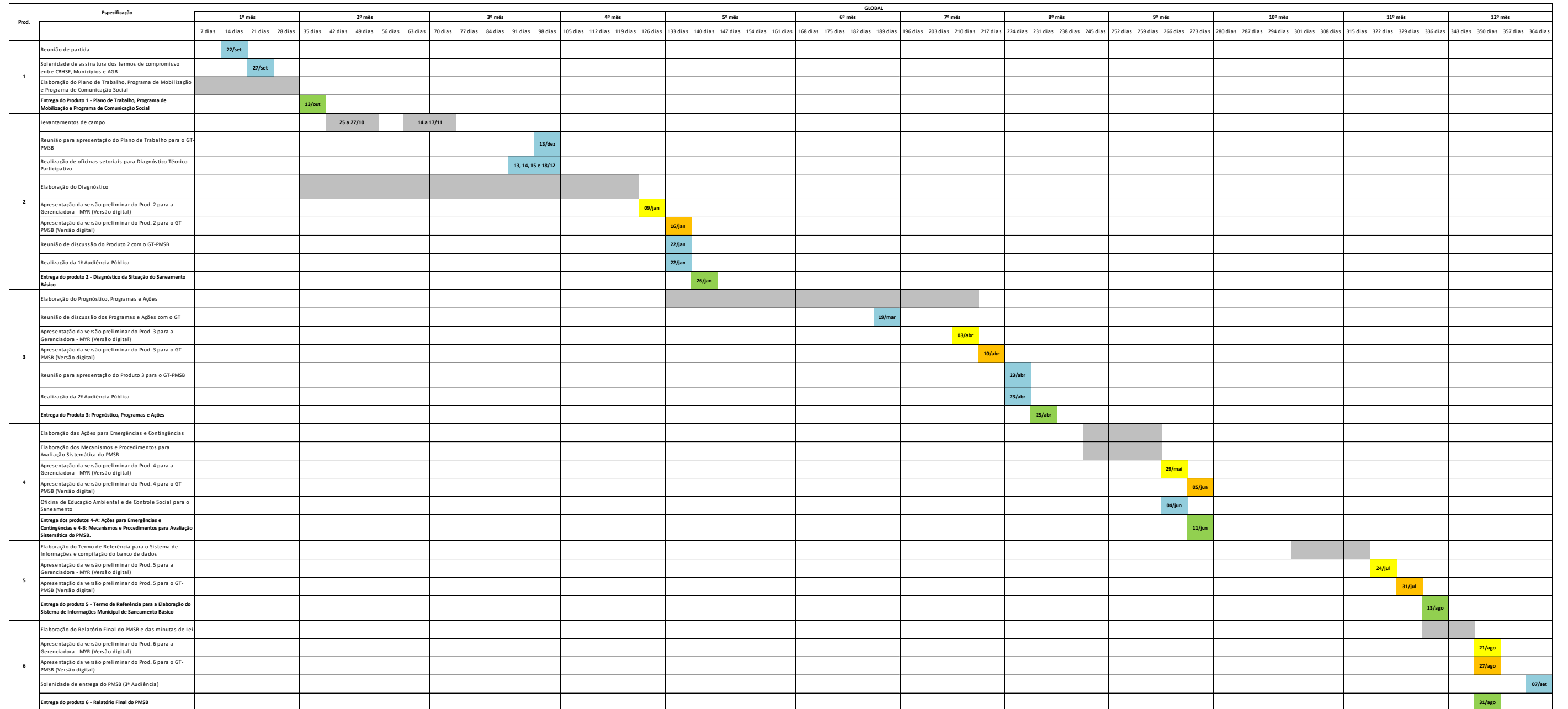
7 CRONOGRAMA FÍSICO DE ATIVIDADES



Legenda:

- Reuniões/Eventos
- Elaboração de produto
- Entrega de produtos para Gerenciadora
- Envio de versão preliminar para GT (Virtual)
- Entrega Final de produto

MULUNGU DO MORRO



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



8 EQUIPE TÉCNICA DA PROJETA ENGENHARIA

EQUIPE TÉCNICA		
Nome	Formação	Função
Equipe chave		
Raphael Eduardo de Melo e Silva	Ciências contábeis	Diretor Comercial da Projeta e apoio na avaliação dos aspectos econômico-financeiros
Guilherme Diniz	História/Engenharia Civil	Gerente de contratos da Projeta e apoio nos Aspectos Jurídicos/Institucionais
Gracielle Muniz	Engenharia Ambiental	Coordenação Geral do PMSB e Elaboração - Eixos Abastecimento de água e Esgotamento sanitário
Rafaela Priscila Sena do Amaral	Tecnologia em Gestão Ambiental	Coordenação Executiva do PMSB e Coordenação setorial - Eixo Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Matheus Comanducci Fernandes Neto	Engenharia Civil	Coordenação setorial - Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas
Juliana Gonçalves	Administração	Avaliação dos aspectos econômico-financeiros de serviços de saneamento
Henrique Flávio Matos Saliba	Direito	Advogado - Aspectos Jurídicos/Institucionais
Cristiane Passos	Comunicação Social	Coordenação setorial - Mobilização social e/ou comunicação social
Emanuel José Vaz Brandão	Geografia	Geoprocessamento/Caracterização física e ambiental
Equipe de apoio		
Adélia Nascimento	Engenharia Civil	Elaboração - Eixo Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Aline Souza Cavalcante Pires	Engenharia Ambiental	Elaboração - Eixos Abastecimento de água e Esgotamento sanitário
Aline Maia	Engenharia Elétrica	Apoio técnico na elaboração dos produtos
Danilo da Silva	Engenharia Civil	Elaboração - Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas
Fabiano Lopes	Engenharia Civil	Apoio técnico na elaboração dos produtos
Larissa Costa Silveira	Ciências Biológicas	Mobilização social e/ou comunicação social
Luciano Fernandes Souza	Engenharia Civil	Elaboração - Eixo Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Marina Santos Mattioli Meneghini	Engenharia Ambientale Sanitarista	Elaboração - Eixos Abastecimento de água e Esgotamento sanitário
Michele Ribeiro	Engenharia de Produção	Apoio técnico na elaboração dos produtos
Renato Queiros Cury	Engenharia Civil e Ambiental	Elaboração - Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas
Robert Bruno Oliveira e Silva	Estagiário - Engenharia Civil	Apoio técnico na elaboração dos produtos
Sayuri Osawa	Arquitetura e Urbanismo	Apoio técnico na elaboração dos produtos
Tayrini Campos Soares	Engenharia Civil	Elaboração - Eixo Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Tiago Rafael Marques	Estagiário - Comunicação Social	Apoio nas atividades de comunicação e mobilização social
Vânia Lúcia Gonçalves	Letras	Revisão dos produtos
Virginia Rodrigues da Silva	Comunicação Social	Apoio administrativo e apoio nas atividades de comunicação e mobilização social
Wallison Silva	Geografia	Geoprocessamento/Caracterização física/ambiental

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



9 INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS E RESPONSABILIDADES

Para o andamento dos trabalhos, além da equipe técnica da Projeta Engenharia, estão diretamente envolvidas no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mulungu do Morro, a Prefeitura Municipal, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo) e a empresa MYR Projetos Sustentáveis (gerenciadora do contrato entre a Agência Peixe Vivo e a Projeta Engenharia), as quais possuem as seguintes responsabilidades, estabelecidas em termo de compromisso assinado entre as partes (Anexo 2):

Instituição	Responsabilidades	Equipe técnica envolvida
Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo)	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos; Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação dos produtos entregues; Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico. 	Célia Maria Brandão Frões – Diretora Geral
		Alberto Simon Schwartzman – Diretoria Técnica
		Ana Cristina da Silveira – Diretora de Integração
		Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – Diretora de Administração e Finanças
		Jacqueline Evangelista Fonseca – Assessora técnica
		Patrícia Sena Coelho – Assessora técnica
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano. Participar das reuniões de planejamento com as partes. 	Thiago Batista Campos – Assessor técnico
		Anivaldo de Miranda Pinto – Presidente
		José Maciel Nunes Oliveira – Vice Presidente
		Lessandro Gabriel da Costa – Secretário
		Sílvia Freedman Ruas Durães – Coordenação da CCR Alto São Francisco
		Ednaldo de Castro Campos – Coordenação da CCR Médio São Francisco
		Julianeli Tolentino de Lima – Coordenação da CCR Sub Médio SF
Honey Gama Oliveira – Coordenação da CCR Baixo São Francisco		
Município (Grupo de trabalho para acompanhamento da elaboração do PMSB)	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer suporte técnico e disponibilizar informações e documentação necessárias à adequada execução dos trabalhos; Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviços da área de saneamento e de áreas afins ao tema para, em conjunto com a equipe da Agência Peixe Vivo e da empresa contratada, apoiar e auxiliar a operacionalização do processo de elaboração do PMSB; 	Eiselei Alves Sales – Secretário de Administração
		Ezionise Maria Alves – Sindicatos Dos Trabalhadores Rurais
		Guilherme Coutinho Maciel – Diretor de Agricultura
		Natália Gaspar Cedro – Associação Dos Trabalhadores Rurais Do Povoado De Espia

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Instituição	Responsabilidades	Equipe técnica envolvida
	<ul style="list-style-type: none"> Indicar, por meio de Decreto Municipal, um Grupo de trabalho (GT) do Plano Municipal de Saneamento Básico, instância consultiva e deliberativa responsável pela condução da elaboração do PMSB; Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização das reuniões e consultas públicas previstas; Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano; Enviar esforços para a aprovação do PMSB em forma de Lei Municipal e para a execução das ações de melhorias propostas, após a finalização do Plano. 	Reinilson Rodrigues de Oliveira – Associação Dos Trabalhadores Rurais Do Povoado De Mandacaru Renato Oliveira Silva – Câmara de Vereadores Romilson Alves da Silva – Sindicatos Dos Trabalhadores Rurais Sinvaldo Jose Alves – Diretor De Meio Ambiente
MYR Projetos Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o desenvolvimento das diversas etapas para construção dos PMSBs; Participar das reuniões, oficinas, e audiências previstas, conforme TDR; Apoiar, quando couber, as várias atividades para a execução dos trabalhos; Acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro dos respectivos Planos de Trabalho aprovados pela Agência Peixe Vivo; Verificar o conteúdo dos produtos contratados pela Agência, em relação às especificações técnicas; Analisar e subsidiar a validação dos planos apresentados pelas empresas consultoras contratadas pela Agência Peixe Vivo, com vistas à sua aprovação; Garantir, se necessário, a viabilização de reuniões localizadas, como forma de promover ajustes nos produtos intermediários; Elaborar relatórios e emitir pareceres técnicos a respeito da elaboração dos PMSBs. 	Marina Guimarães - Coordenação das atividades Ana Paula - Ponto Focal da Projeta Engenharia Victor Carvalho - Ponto Focal Arthur Oliveira - Ponto Focal Ikary Nascimento - Ponto Focal Marcelo Pereira - Ponto Focal João Paulo - Apoio Técnico Diana - Apoio Técnico

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou o Plano de Trabalho, o Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Mulungu do Morro.

O Plano de Trabalho abordou o planejamento das ações e as metodologias a serem empregadas durante a elaboração do PMSB, o qual será o instrumento guia para o desenvolvimento das atividades previstas. O Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social apresentou a proposta para envolver a população no processo participativo do Plano.

A partir dos planejamentos propostos no Plano de Trabalho e no Programa de Mobilização e o Programa de Comunicação Social espera-se que a elaboração do PMSB de Mulungu do Morro se dê de forma organizada e otimizando a alocação de recursos, atendendo as diretrizes apresentadas no Termo de Referência da Agência de Bacias Peixe Vivo – Ato Convocatório 026/2016.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PEIXE VIVO. XIX Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <<http://agenciapeixevivo.org.br/noticias/noticias-internas/xix-plenaria-ordinaria-do-comite-da-bacia-hidrografica-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

ANA. Agências de Água. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/AgenciasAgua.aspx>>. Acesso em: Outubro de 2017.

BAHIA. Decreto Nº 9.939 de 22 de março de 2006: Cria o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Verde e Jacaré e dá outras providências. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/decreto_9939-06_cria_cbh_verde_jacare.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Decreto Nº 11.247 de 17 de Outubro de 2008: Cria o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Baianos do Entorno do Lago do Sobradinho - CBHLS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/CBH_Sobradinho_Decreto_de_Criacao.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei Nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Decreto nº 8.243 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em 03/10/2017.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



_____. Lei Federal nº 10.257 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Acesso em 03/10/2017.

_____. Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em 03/10/2017.

_____. Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acessado em 03/10/2017.

_____. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Lei Federal Nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



dezembro de 1989. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lei/l9433.htm>. Acesso em: Outubro de 2017.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Características da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em:
<<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/a-bacia/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

CBH PARÁ. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará. Deliberação Normativa do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará Nº 15, de 04 de junho 2009 Aprova a indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo para desempenhar as funções de Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará. Disponível em:
<http://agenciapeixevivo.org.br/wp-content/uploads/2012/07/images_AAGB_comites_DN%2015%202009%20cbh%20sf2.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

CERH-MG. Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Deliberação Normativa CERH-MG Nº 56 de 18 de julho de 2007. Aprova a equiparação da entidade Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo - à Agência de Bacia. Disponível em:
<<http://agbpeixevivo.org.br/images/arquivos/legislacaoambiental/CERH/deliberacao%20normativa%20cerh-mg%20n%20056-2007.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2017.

CBHSF. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A Bacia. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/a-bacia/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Decreto de 5 de junho de 2001: Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, localizada nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e no Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2012/05/decreto-de-criacao-cbhsf1.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Deliberação CBHSF Nº 47 de 13 de maio de 2010. Aprova indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Água do Comitê da Bacia

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/download/DELIBERACOES/ANO%202010/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CBHSF_n_47.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Deliberação CBHSF N° 88, de 10 de dezembro de 2015: Aprova o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao período 2016 a 2018 e dá outras providências. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/download/deliberacoes/deliberacoes-2015/delibera%C3%87%C3%83o%20cbhsf%20n%C2%BA%2088%20aprova%20pap%202016%202018.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Deliberação CBHSF N° 94, de 25 de agosto de 2017. Atualiza, estabelece mecanismos e sugere novos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/download/deliberacoes/deliberacoes_do_ano_de_2017/deliberaccca7acc83o-cbhsf-no-94-2017-metodologia-de-cobranccca7a-e-ppu-para-a-bhsf.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Documentos: Centro de Documentação - Carta de Petrolina. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/documentacao/centro-de-documentacao/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Linha do Tempo CBHSF. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/linha-do-tempo-cbhsf/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: Atualização 2015-2025. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/planoderecursoshidricos/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. O Comitê da Bacia do Rio São Francisco. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/2017/o-cbhsf/o-que-e-um-comite-de-bacia/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



_____. Ofício Circular de Chamamento Público N° 01, de 11 de março de 2016. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2016/03/oficio-circular-chamamento-publico-para-manifesta-de-interesse-para-contrata-de-elabora-de-planos-municipais-de-saneamento-basico-1.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2017.

CONERH-BA. Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia. Resolução CONERH N° 43 de 02 de março de 2009. Institui a Divisão Hidrográfica Estadual em Regiões de Planejamento e Gestão das águas. disponível em: <http://www2.sema.ba.gov.br/gestor/arquivosistemas/sistemapublicacao/arquivos/2499/resolucao_conerh_n_43_institui_divisao_hi.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia. Resolução CONERH N° 88 de 26 de novembro de 2012. Altera a Resolução CONERH N°43, de 02 de Março de 2009. Disponível em: <http://www2.sema.ba.gov.br/gestor/ArquivosSistemas/SistemaPublicacao/arquivos/2452/resolucao_n_88_rpga_altera_a_resolucao_n43.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>. Acesso em: Outubro de 2017.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. CBH-Verde Jacaré. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-verde-jacare/>>. Acesso em: Outubro de 2017.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



SEDUR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Estudo de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Do Estado Da Bahia - Relatório 01 - Tomo 1.2 – Diagnóstico dos Resultados dos Levantamentos e Pesquisas Realizadas - Volume 02 – Território de Identidade Velho Chico - Parte 2 - Diagnósticos de Limpeza Urbana dos Municípios, 2010. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/EIGIRSPDF.7z>> Acesso em: Outubro de 2017.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. 2015. Brasília: MCIDADES/SNSA.

PICCOLI, Andrezza de Souza et al . A Educação Ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 797-808, Mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000300797&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04/10/2017.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



ANEXOS

Anexo 1 – Lista de presença da reunião de nivelamento com gestores municipais e prestadores de serviços



Data: 22/09/17

Hora: 08:00

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Local: Prefeitura Municipal de Patos do Mouro

Paleta: Reunião inicial do PMSB de Patos do Mouro

Nome	Instituição/Localidade	Telefone (fixo e celular)	E-mail
01 Simão de Almeida	DIRETORIA DE SANEAMENTO	21-999389765	simao.almeida@patosmouro.com
02 Sueli Alves Sales	Prefeitura	21 99134-5525	sueli@patosmouro.com
03 Fúlio Souza Santos	Per. Planura	(24) 99110-5713	fúlio.souza@patosmouro.com
04 Angéla Amând	Projeto Engenharia	(31) 999979-8495	angela@projetoengenharia.com.br
05 Larissa Silveira	PROJETA ENGENHARIA	(31) 99496-4936	larissa@projetoengenharia.com.br

Realização



Apoio técnico



Execução



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Anexo 2 - Termo de Compromisso assinado entre o CBHSF, Agência de Bacias Peixe Vivo e a Prefeitura Municipal para a elaboração do PMSB



Termo de Compromisso ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Termo de Compromisso que entre si celebram o Município de Mulungu do Morro e a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo e o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco - CBHSF.

O Município de Mulungu do Morro, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 16.445.876/0001-81, com sede na Rua Eronides Souza Santos, nº 55, Centro, Morro/BA, CEP: 44.885-000, neste ato representada pelo prefeito, Senhor Fredson Cosme Andrade de Souza, brasileiro, casado, prefeito, residente à Rua Satélite, nº 258, bairro _____, CEP 44.885-000, portador da Carteira de Identidade nº 09.614.491-75 expedido por SE/B.A, e do CPF nº 869.106.985-68, conforme ato de posse ora anexo, a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, entidade delegatária de funções de agência de bacia por meio do Contrato de Gestão nº 014/2010 firmado com a Agência Nacional de Águas - ANA, situada a rua dos Carijós nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-060, CNPJ/MF nº 09.226.288/001-91, representada legalmente pela Senhora Célia Maria Brandão Frões, brasileira, casada, engenheira química, portadora do CPF nº 463.217.646-04, documento de identidade nº M-1.414.806, expedido pela SSP-MG, residente na rua Guaratinga nº 77, Belo Horizonte-MG, e o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, doravante denominado CBHSF, representado pelo seu Presidente Anivaldo de Miranda Pinto, portador do CPF nº 264.243.467-53, documento de identidade nº 1478070, expedido pela SSP-AL, residente na rua Machado de Assis, nº 17, Guaxuma, Maceió-AL, resolvem celebrar o presente **Termo de Compromisso** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), considerando que:

- i- A cobrança pelo uso da água gera recursos para investimentos na própria bacia hidrográfica;
- ii- O Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio São Francisco (PBHSF) e o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da bacia do rio São Francisco ordenaram investimentos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (item II.1.2) na bacia;
- iii- O Ofício Circular de Chamamento Público nº 01/2016 publicado em 11/03/2016, no qual os municípios da bacia foram convidados a se manifestarem;
- iv- A hierarquização dos municípios, após assinatura do Termo de Manifestação de Interesse, mediante critérios de pontuação e avaliação da disponibilidade de recursos para aplicação na bacia do rio São Francisco.

  1 

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Sujeitando-se, no que couber, às disposições legais e aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir, a Agência Peixe Vivo, a Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro e o CBHSF firmam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto firmar a cooperação entre a Agência Peixe Vivo, o Município de Mulungu do Morro e o CBHSF com vistas à elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento Básico, com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio São Francisco, a ser licitado, supervisionado e acompanhado pela Agência Peixe Vivo, e apoiado e validado pelo município.

Para a efetivação da contratação do PMSB pela Agência Peixe Vivo, o Município de Mulungu do Morro afirma não possuir PMSB elaborado ou em fase de elaboração que atenda aos princípios da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e afirma também não dispor de recursos de outras fontes destinados à elaboração do seu PMSB.




CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Compete a Agência Peixe Vivo:

- a) Elaborar o Ato Convocatório e o Termo de Referência para contratação do PMSB;
- b) Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação dos produtos entregues;
- d) Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

II. Compete ao Município:

- a) Assinar o presente Termo de Compromisso, assumindo as responsabilidades cabíveis, previamente à contratação do PMSB;
- b) Fornecer suporte técnico e disponibilizar informações e documentação necessárias à adequada execução dos trabalhos;
- c) Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviços da área de saneamento e de áreas afins ao tema para, em conjunto com a equipe da Agência Peixe Vivo e da empresa contratada, apoiar e auxiliar a operacionalização do processo de elaboração do PMSB;
- d) Indicar, por meio de Decreto Municipal, um **GRUPO DE TRABALHO (GT)** do Plano Municipal de Saneamento Básico, instância consultiva e deliberativa responsável pela condução da elaboração do PMSB. Este **GRUPO** deve ser constituído por representantes das instituições públicas, civis e prestadores de serviços relacionados ao saneamento, bem como por representantes de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais, ONGs),

  2 

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





- além de representantes dos conselhos municipais, da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e outros;
- e) Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização das reuniões e consultas públicas previstas;
 - f) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
 - g) Envidar esforços para a aprovação do PMSB em forma de Lei Municipal e para a execução das ações de melhorias propostas, após a finalização do Plano.

III. Compete ao CBHSF:

- a) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- b) Participar das reuniões de planejamento com as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo da vigência do presente Termo de Compromisso será correspondente à vida útil do objeto do contrato, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado desde que haja concordância entre as partes, o que será feito mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO

Ficam assegurados aos partícipes os direitos de acompanhar toda a execução dos trabalhos desenvolvidos, assim como questionar quaisquer eventualidades que desvirtuem o caráter intrínseco do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Todos os gastos com a execução do objeto avençado ficam a cargo da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas - Peixe Vivo, estando o Município desonerado com as despesas, exceto aquelas despesas inerentes ao cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso, em especial aquelas contidas na cláusula segunda, inciso II.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de termos aditivos objetivando o seu aprimoramento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por denúncia de qualquer dos partícipes, comunicada ao outro, por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias,

  ³ 

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





bem como pela inadimplência de suas cláusulas e condições, independentemente de interpelação.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

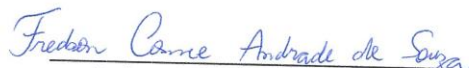
A Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro providenciará até o quinto dia útil subsequente à assinatura do presente Termo de Compromisso, a publicação, em forma de extrato, no Diário Oficial competente, em obediência ao parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas durante a vigência deste Termo de Compromisso, fica eleito o Foro da comarca de Belo Horizonte - MG.

E por estarem justos e compromissados com as cláusulas e condições aqui pactuadas, assinam as partes do presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.


Lapão, 27 de Setembro de 2017.



Fredson Cosme Andrade de Souza
Prefeito Municipal de Mulungu do Morro


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral da Agência Peixe Vivo


Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF

Testemunhas:


Nome: PATRÍCIA SENNA COENTRO
CPF: 029.489.616-37
RG: MG 9443942


Nome: EDINALDO DE CASTRO CAMPOS
CPF: 203.864195-15
RG: 363070547

4

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Anexo 3 – Breve descrição, lista de presença e fotos da solenidade de assinatura do Termo de Compromisso entre o CBHSF, Agência de Bacias Peixe Vivo e as Prefeituras contempladas com a elaboração do PMSB

DESCRIÇÃO DO EVENTO: A solenidade de assinatura do Termo de Compromisso entre o CBHSF, Agência de Bacias Peixe Vivo e as Prefeituras contempladas com a elaboração do PMSB foi realizada no dia 27/09/2017, na Câmara Municipal de Lapão, no período de 09:00hs às 12:00hs. A solenidade contou com a participação do Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco (CCR Médio SF), Senhor Ednaldo de Castro Campos, representando o CBHSF, Rosa Maria Dourado Lopes - Prefeita de América Dourada, Ezenivaldo Alves Dourado – Prefeito de Canarana, Joelson Pereira, Secretario Municipal de Meio Ambiente de Itaguaçu da Bahia, Jose Ricardo Rodrigues Barbosa - Prefeito de Lapão, Fredson Cosme Andrade de Souza - Prefeito de Mulungu do Morro, Silvio Mario Alves Almeida - Prefeito de Presidente Dutra, representando os municípios, Patrícia Sena representando a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo, Rafaela Amaral e Larissa Silveira representando a Projeta Engenharia. O município de Remanso foi impossibilitado de participar do evento, devido à reunião já agendada em Brasília, sendo enviada justificativa para a ausência, a qual foi acatada pelo CBHSF. A solenidade contou ainda com a participação de outros representantes dos municípios objeto do contrato para a elaboração dos PMSBs, a exemplo de secretários e vereadores.

O evento foi aberto dando a palavra aos representantes dos municípios para que se manifestassem sobre o início da elaboração dos PMSBs, sendo posteriormente dada a palavra ao Coordenador da CCR Médio SF, o qual explicitou apresentou o CBHSF, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que viabilizou a contratação dos PMSBs, a importância dos planos para os municípios e a seleção dos municípios contemplados. Em seguida, a representante da Projeta Engenharia, Rafaela Amaral, fez uma breve contextualização sobre a importância do apoio dos municípios nessa fase de elaboração, dando prosseguimento com a assinatura dos Termos de compromisso pelos Prefeitos presentes e encerramento do evento após assinatura.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Data: 27/09/17
Hora: 9:00

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Local: Câmara dos Vereadores do Município
Paula: Assessoria dos Serviços de Comunicação

Nome	Instituição/Localidade	Telefone (fixo e celular)	E-mail
1. Jovairanda O. Porto	PM LARÃO	99970 4667	lucaporto2017@outlook.com
2. Profª Maria do Socorro	Ass. Lig. P. OARU	999292999	
3. Josphany Farias de Sá	Sec. Municipal de Saneamento	99957-6459	josphanyfarias@peixe.vivo.com.br
4. Rafael de Jesus de A. Leite	Sec. Assistência	99946-9081	
5. Jéssy Milton Duarte	Sec. Saneamento	99907 9421	
6. Amanda B. Vieira	São Gabriel	99927-2812	amandavieira@gmail.com
7. Sany. Sany S/L	Sec. - Zr 81m	99922-0900	SanySany@gmail.com
8. Albetino (Imã) de Maciel	Soc. Meios Ambientais	999390231	albetinomeiosambientais@hotmail.com
9. APB - T. B. R.	SEC. Assistência	(74) 9 8518 1032	apb@hoi.com
10. Vitor L. de O. D.	Sec. Export. Cultura	74949964455	vitorlopes@outlook.com
11. Vitor L. de O. D.	SEC. CULTURA	74999964455	vitorlopes@outlook.com



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Data: 21/09/17
Hora: 09:00 h

Local: Lafão/Bahia - Lômene Municipal
Pauta: Assinatura Termos de compromisso

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Nome	Instituição/Localidade	Telefone (fixo e celular)	E-mail
12 Patricia grande de A. Dourado	freei	3641-8400	patricia.ardade@amba.ba.gov.br
13 Manoel Batista de Azevedo	Associação da Bahia	999582160	emaneleao@gnoril.com
14 Polly Martins de Carvalho	Stroganov da Bahia	711999359468	adm@stroganov.com.br
15 Gildemara José Alves	Ass. Secretaria Afinculturas	71 999752995	Adilombolas@gmail.com
16 Jaquira de Albuquerque R. Romão	Associação da Bahia	74. 889654406	jaquira@gnoril.com
17 Patrícia Sena	Peixe Vivo	(31) 98182-5246	patricia.sena@oppxvivo.org.br
18 FREDSON ROSNE A. DE SOUTA	PREPEI / MUNICÍPIO DE NEZELÂNDIA	(74) 99933-2680	fredsonrosne@gmail.com
19 Eliane Quellberto Pereira	Ass. Produtoras Benefício	(74) 999916940	
20 Lidia P. Soares	TAURO EXPRESS	(74) 99111-5328	ltssoares@tauro.com
21 Alina Damasceno de Noronha	SEBUC / MAPAO	74) 99971-1190	adn.reduc@gnoril.com
22 Geanete F dos S. Eiga	SEBUC / LAFÃO	(74) 99966-9003	geanete.gausdassantaf@gmail.com



Realização



Apoio técnico



Execução



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



Data: 27/05/2017
Hora: 09:30

Local: Câmara de Vereadores de Lagoa.
Pauta: Assinatura dos Termos de Compromisso

Nome	Instituição/Localidade	Telefone (fixo e celular)	E-mail
23. Poliana Martins Sobrinho	SEC. MUNICIPAL SAÚDE	999322-7663	cmartins@cmh.lagoa.br
24. Afécides Casquente Viveiros	Conselho de Saúde Pública	99191-7270	afecides@gsn.lagoa.br
25. Roneide Brito Pereira	Ass. Votat Grande	999 829214	
26. Dalva Lucio dos Santos	Inst. Tutor Rio Veredas	99769-8359	
27. Erika Fernandes de Souza	PM LAGOA	99999-5142	erika@lagoa.br
28. Aécia Souza Mendes	Legado de Euripedes	(41)99941-7599	acaecia@lagoa.br
29. Gabriela Tenack Mendes	PM Lagoa / Adm		gabrielat@lagoa.br
30. Wallace Martins	PM Lagoa / Adm		wallace@lagoa.br
31. Renato Novais	PM Lagoa / Adm	889 626682	
32. Anderson Pereira	PM Lagoa / Adm	99999 4474	anderson@lagoa.br
33. Joice Regina de Almeida	Embrasa LUNI	41 99966 3452	joice@lagoa.br

Realização



Apoio técnico



Execução



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



Data: 21/09/17

Horas: _____

Local: Câmara dos Vereadores de João

País: Assessoria dos Serviços de Saneamento

Nome	Instituição/Localidade	Telefone (fixo e celular)	E-mail
34 Dinacelo Villela	Corporato	999 645434	
35 Atílio Reis dos Santos Demarchi Borges	Associação LAPAS		
36 Apertando M. Juarez	Sempra Lapa		
31 Paulo Vilela Spaur	SEDEC.	999076602	
38 Valmir M. Oliveira	CBHSF	(31)999424488	emur2do@cbhsf.org.br
39 EMERSON DE CAMPOS	PROSISA SANEAMENTO	(31)99944936	emerson@prosisa.com.br
40 Larissa Sussina	"	(31)986745268	reguela@progebr.org.br
41 Reguela Amoral	"		

Realização



Apoio técnico



Execução



Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





SOLENIDADE DE ASSINATURA DOS TERMOS DE COMPROMISSO PARA ELABORAÇÃO DO PMSB ENTRE O CBHSF, AGÊNCIA PEIXE VIVO E AS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE AMÉRICA DOURADA, CANARANA, ITAGUAÇU DA BAHIA, LAPÃO, MULUNGU DO MORRO, PRESIDENTE DURA E RAMANSO.

LISTA DE PRESEÇA
 Lapão/BA, 27 de setembro de 2017.

CONSELHEIRO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE/ E-MAIL	ASSINATURA
1. Kauçiranda O Porto	PM L	lucport@2017@outlook.com	
2. Alor Leopoldo	Soc. Esperte Cultura	alorleop@1371@hotmail.com	
3. Anilda Ferramentas de Souza	PM L	anilda@redmail.com	
4. Aécia Souza Carlos	Secretaria Ação Social	acaacac@cel@183@gmail.com	
5. José Humberto Dives-Souh	CEBERTS I/PORTH	Jose.humberto@ceberts.gov.br	
6. Emanuel Botelho da Rocha	PM L	emmanuelciard@igmail.com	
7. Willy Martins de Carvalho	Secretaria de Educação	411998359468@sec.educ.ig.igmail.com	
8. Jéssica de Carvalho R. Sousa	Secretaria de Educação	jeffica@igmail.com	
9. Gildemar José Alves	Ass. P. Div. Secretaria Agrária	71998751993	
10. Patrícia Sehn	Peixe Vivo	patricia.sma@op.peixe vivo.org.br	
11. Eliane Gualberto	Ass. de Produtores		
12. Rafael Amara	Projeta	rafael@projetaengenharia-eng.br	
13.			
14.			
15.			

Realização:

Apoio Técnico:

Apoio institucional:

Execução:





Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:





Fonte das fotos: CBHSF (2017)

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Anexo 4 – Modelo de questionário a ser aplicado para diagnóstico da situação do saneamento básico

Questionário simplificado sobre saneamento básico |
Diagnóstico Técnico-Participativo_Plano Municipal de Saneamento Básico de XXXXXX

Prezado (a),

A Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico e estabeleceu que todos os municípios devem ter seus respectivos Planos de Saneamento Básico, abrangendo os quatro eixos do saneamento: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. O Plano Municipal de Saneamento Básico de XXXXX está sendo financiado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com recursos da cobrança pelo uso das águas na bacia, sendo contratada para tal a empresa Projeta Consultoria e Serviços Ltda, por meio de processo venceu o processo licitatório realizado para contratação conjunta dos PMSBs de América Dourada/BA, Canarana/BA, Itaguaçu da Bahia/BA, Lapão/BA, Mulungu do Morro/BA, Presidente Dutra/BA e Remanso/BA. Visando também o atendimento do município à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratação prevê que o conteúdo mínimo especificado na legislação para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) seja abordado nos PMSBs a serem elaborados, atendendo dessa forma à duas Leis Federais (11.445/2007 e 12.305/2010).

Para elaboração do Plano de Saneamento é fundamental que haja participação de toda a população do município, de modo que o Plano retrate a realidade de todos os moradores e possa trazer melhorias nas questões relacionadas ao saneamento básico. Sendo assim, o presente questionário foi elaborado no intuito de conhecer a realidade da sua região, para que possamos propor soluções e melhorias que atendam seus anseios.

Agradecemos desde já por dedicar parte do seu tempo para responder este questionário. Após o recebimento das respostas elas passarão a integrar o Diagnóstico Técnico-Participativo do Plano Municipal de Saneamento de XXXXX. Para quaisquer esclarecimentos sobre a elaboração do Plano de Saneamento Básico, fale conosco em rafaela@projetaengenharia.eng.br, larissa@projetaengenharia.eng.br, pelos telefones (31) 3347-4405 // (31) 31 9845-1861 (whatsapp) ou pela página no Facebook do PMSB do seu município (XXXXXX).

Município: _____

Nome do Distrito/Localidade/Povoado: _____

Bairro: _____ Rua: _____

Nome (opcional): _____ Contato/telefone (opcional): () _____

Email: _____

- 1) Quantas pessoas moram na sua casa? _____
- 2) Como é realizado o **abastecimento de água** na sua residência? (Pode marcar mais de uma opção, caso seja adotado mais de uma forma e coloque o número "1" na frente daquela que sua família mais utiliza)
 - () Rede pública (a água é proveniente de um reservatório coletivo da EMBASA ou da Prefeitura)
 - () Poço artesiano/poço profundo
 - () Cisterna comum
 - () Cisterna para captação de água de chuva
 - () Nascente/Mina
 - () Córrego ou rio
 - () Não sei informar
 - () Outra forma Especificar: _____
- 3) A **água** que você e sua família consomem é tratada?
 - () Não
 - () Sim. O tratamento é realizado pela EMBASA.
 - () Sim. O tratamento é realizado em casa (água é filtrada, fervida, etc). Especificar: _____
 - () Não sei informar se a água é tratada

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Questionário simplificado sobre saneamento básico |
Diagnóstico Técnico-Participativo_Plano Municipal de Saneamento Básico de XXXXXX

4) **Dentre os problemas de abastecimento de água apresentados abaixo, qual ou quais deles afetam a região em que você mora? (Pode marcar mais de uma opção)**

-) A região/bairro não é abastecida por sistema da EMBASA ou da Prefeitura
) A região/bairro é abastecida, mas a água não chega até minha casa (falta pressão, local muito elevado, etc)
) Água não é tratada
) Interrupções frequentes no abastecimento Número (aproximado) de vezes no mês: _____
) Falta de água (a água distribuída não é suficiente para atender às necessidades da família)
) Desperdício
) Vazamentos frequentes
) Demora no atendimento às solicitações da população
) Outros Especificar: _____

5) **Como o esgoto gerado na sua residência é disposto? (Pode marcar mais de uma opção, caso seja adotado mais de uma forma e coloque o número "1" na frente daquela que sua família mais utiliza)**

-) Coletado por rede pública de esgoto (EMBASA)
) Fossa ¹ Especificar: 1 __ Negra 2 __ Séptica
) Lançado diretamente no rio ou córrego
) Lançado diretamente nas ruas ou no solo dentro de casa
) Lançado na rede que coleta as águas de chuvas (o cano que leva o esgoto o lança em uma boca de lobo, bueiro, galeria, etc)
) Não sei informar
) Outra forma Especificar: _____

6) **Dentre os problemas de esgotamento sanitário apresentados abaixo, qual ou quais deles afetam a região em que você mora? (Pode marcar mais de uma opção)**

-) Ausência de coleta dos esgotos
) Ausência de tratamento dos esgotos
) Ligações de esgoto na rede de drenagem
) Extravasamentos frequentes na rede
) Demora no atendimento às solicitações da população
) Outros Especificar: _____

7) **Quais as formas de destinação do lixo da sua residência? (Pode marcar mais de uma opção, caso seja adotado mais de uma forma e coloque o número "1" na frente daquela que sua família mais utiliza)**

-) Enterrado
) Queimado
) Lançado em terreno baldio/rua
) Lançado em rios, córregos ou canais
) Coletado por caminhão da Prefeitura ou de empresa privada
) Não sei informar
) Outra forma Especificar: _____

8) **Caso coletado, qual a frequência de coleta (nº de vezes na semana)?**

-) 1) 2) 3) 4) 5) 6) de 15 em 15 dias) Uma vez no mês
) Não sei informar) Outros Especificar: _____

9) **Sua rua é atendida pelos serviços de coleta seletiva (separação de recicláveis dos resíduos comuns)? Se sim, com qual frequência?**

¹ A fossa negra é um buraco na terra que recebe todos os dejetos sem passar por qualquer tratamento. Já a fossa séptica é uma unidade de tratamento que separa os dejetos sanitários em três etapas.

Questionário simplificado sobre saneamento básico |
Diagnóstico Técnico-Participativo_Plano Municipal de Saneamento Básico de XXXXXX

Não Sim Não sei informar

Frequência:

1 2 3 4 5 6 de 15 em 15 dias Uma vez no mês

Outros Especificar: _____ Não sei informar

10) Sua rua é atendida pelos serviços de varrição? Se sim, com qual frequência?

Não Sim Não sei informar

Frequência:

1 2 3 4 5 6 de 15 em 15 dias Uma vez no mês

Outros Especificar: _____ Não sei informar

11) Dentre os problemas relacionados à limpeza urbana e ao manejo do lixo apresentados abaixo, qual ou quais deles afetam a região em que você mora? (Pode marcar mais de uma opção)

- Ausência de coleta de lixo
- Frequência de coleta insuficiente
- Ausência de coleta seletiva
- Acúmulo de entulho
- Existência de pontos de lançamento inadequado de lixo doméstico
- Lixo hospitalar descartado incorretamente (algodão, seringa, gaze, etc)
- Ausência de varrição das vias
- Frequência de varrição insuficiente
- Ausência de capina/roçada
- Ausência de lixeiras
- Outros Especificar: _____

12) A área em que você mora sofre problemas de inundação devido ao transbordamento de rios/córregos?

Não
 Sim. De quanto em quanto tempo? _____

13) A área em que você mora sofre problemas de alagamento de ruas por causa da chuva?

Não
 Sim. De quanto em quanto tempo? _____

14) Caso saiba de algum outro local com problemas de alagamento ou inundação, especificar a rua e o bairro ou um ponto próximo.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Anexo 5 – Ofício entregue em mãos aos representantes municipais, sobre o início da elaboração do PMSB, acompanhado do convite para a solenidade de assinatura dos termos de compromisso



Bom Jesus da Lapa – BA, 15 de Setembro de 2017.

Ofício CCR Médio SF nº 30/2017

Excelentíssimos,

Rosa Maria Dourado Lopes - **Prefeita América Dourada – BA**

Ezenivaldo Alves Dourado - **Prefeito de Canarana – BA**

Ivan Tiburtino Oliveira - **Prefeito de Itaguaçu da Bahia – BA**

Jose Ricardo Rodrigues Barbosa - **Prefeito de Lapão – BA**

Fredson Cosme Andrade de Souza - **Prefeito de Mulungu do Morro – BA**

Silvio Mario Alves Almeida - **Prefeito de Presidente Dutra – BA**

José Clementino de Carvalho Filho - **Prefeito de Remanso – BA**

Assunto: Informação sobre a contemplação dos vossos municípios do PMSB, fornecido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, para a Elaboração desse importante instrumento de Saneamento: O Plano Municipal de Saneamento Básico.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, por meio da Câmara Consultiva do Médio São Francisco, vem primeiramente cumprimentá-los com elevados votos de saúde e sucesso e na oportunidade trazer-lhes uma excelente notícia.

Visando o apoio aos municípios nos avanços na gestão de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco, vimos por meio desse ofício, informar que vossos, América Dourada - BA, Canarana - BA, Itaguaçu da Bahia - BA, Lapão - BA, Mulungu do Morro - BA, Presidente Dutra - BA e Remanso - BA, foram contemplados com o Plano Municipal de Saneamento Básico, sem necessidade de contrapartida financeira alguma por parte de vossos municípios.

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Esse PMSB está sendo custeado pelo CBHSF, com os recursos financeiros oriundos da Cobrança pelo Uso das Águas do Rio São Francisco.

Por meio de critérios de seleção já ocorridos anteriormente, em seu procedimento do Ato Convocatório nº 026/2016, com o cumprimento do devido processo legal da Lei nº 8.666 e encerrado com êxito da empresa Projeta Consultoria e Serviços Ltda.

Assim sendo, vimos **CONVIDAR** Vossa Excelência para participação da **SOLENIDADE de ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A PREFEITURA, O CBHSF, a Agência Peixe Vivo e a Empresa Projeta Consultoria e Serviços Ltda, objetivando a formalização da ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DOS VOSSOS MUNICÍPIOS.**

DATA: 27/09/2017

HORÁRIO: 09:00 hs

LOCAL: Câmara de Vereadores do Município de Lapão - Localizada na Praça Bráulio Cardoso, nº 58, Lapão - BA

VOSSA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL PARA ASSINATURA DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À VIABILIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO EM VOSSO MUNICÍPIO.

CONTAMOS COM OS SENHORES PREFEITOS E SUAS EQUIPES.

Atenciosamente,



Edinaldo de Castro Campos
Coordenador da CCR Médio SF
(74) 99942-4488

Telefone para contato em Belo Horizonte – MG

Rafaela Amaral - Projeta Consultoria e Serviços Ltda
(31) 3347-4405 / (31) 33477079
rafaela@projetaengenharia.eng.br

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:



Anexo 6 – Publicação do Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico

terça-feira, 7 de novembro de 2017 | Ano V - Edição nº 00554 | Caderno 1

Diário Oficial do **Município 003**

Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro

Decreto



Estado da Bahia

Prefeitura Municipal de Mulungu do Morro

CNPJ: 16.445.876/0001-81- Rua – Eronides Souza Santos, 55 – Mulungu do Morro – Bahia
Tel.: (74) 3643-1076 Fax: (74) 3643-1230 e-mail: prefeitura.mulungudomorro@hotmail.com



DECRETO Nº. 181/2017, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017

Cria o Comitê de Coordenação para condução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB e dá outras providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU DO MORRO, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os representantes para o Comitê de Coordenação para condução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, com a seguinte estruturação.

I – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

* Sinvaldo José Alves

II – Representante da Secretaria Municipal de Administração Geral e Finanças:

* Elseclei Alves Sales

III – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura:

* Guilherme Coutinho Maciel

IV – Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

* Renato Oliveira Silva

V – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mulungu do Morro:

* Ezionice Maria Alves

* Romilson Alves da Silva

VI – Representante da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Mandacaru:

* Reinilson Rodrigues de Oliveira

VII – Representante da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Espia:

* Natália Gaspar Cedro

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Mulungu do Morro – BA, 20 de outubro de 2017.

Fredson Cosme Andrade de Souza

=Prefeito Municipal=

Rua Eronides de Souza Santos | 55 | Centro | Mulungu do Morro-Ba

www.pmmulungudomorro.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
9326534A29CCC48196089C650B290A20

Realização:



Apoio Técnico:



Apoio institucional:



Execução:

